

**UNIVERSIDADE DE LISBOA  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



**PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE: REGIME DE FRUTA  
ESCOLAR NO CONCELHO DE SOURE, COIMBRA**

**Ana do Carmo Castro Marques Nobre**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO  
Área de especialidade em Desenvolvimento Social e Cultural**

**Relatório de Estágio Orientado pela Professora Doutora Paula Guimarães**

**2017**

## **Agradecimentos**

Este relatório de estágio é o resultado de diversas contribuições e colaborações, dadas de uma forma direta e indireta, mas todas essenciais à sua realização. Desta forma, gostaria de agradecer a todos os que tornaram possível a sua realização.

Aos meus pais, porque só nós sabemos o que isto significa. Obrigado por todo o apoio, dedicação, compreensão e motivação ao longo do meu percurso académico, e, especialmente, obrigado por nunca terem desistido de mim enquanto pessoa.

Ao meu irmão, cunhada, sobrinho e avós, por serem uns bons pilares na minha vida, acreditando sempre que seria possível chegar até onde cheguei e pela transmissão inconsciente de confiança e força em todos os momentos.

Aos amigos da Granja do Ulmeiro, Daniela, Sara, André, Rita e Orlanda, pelo apoio incondicional desde a nossa infância. Somos poucos mas somos os melhores!

Às amigas de curso, M<sup>a</sup> Francisca, Soraia, Inês, Tânia e Patrícia, por partilharem esta etapa comigo, porque fazer relatórios de estágio ao mesmo tempo... é mais divertido.

À Tuna Académica de Psicologia e Ciências de Educação, que me acolheu desde o primeiro ano de licenciatura até ao primeiro ano de mestrado, onde aprendi a gostar um bocadinho mais de Lisboa, construir amizades e criar uma família.

À Professora Doutora Paula Guimarães pela orientação dada, pela motivação e o valioso acompanhamento durante todo o desenvolvimento do estágio e do respetivo relatório.

Por fim, à minha supervisora de estágio Sofia Valente, pois foi uma verdadeira honra ser sua aprendiz, gratulando-a pela sua amabilidade e pela experiência de estágio que me proporcionou. Agradeço também aos restantes membros do Serviço Educativo que privaram comigo e que tanto me ensinaram, em especial à Estagiária Salomé Duque, fazendo-me sentir parte da equipa em todos os momentos.

## Resumo

O presente relatório de estágio é reflexo do percurso desenvolvido no Serviço Educativo, da Câmara Municipal de Soure, distrito de Coimbra, no âmbito do estágio curricular do Mestrado em Educação e Formação, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, na área de especialização de Desenvolvimento Social e Cultural. Este relatório tem como título *Promoção e Educação para a Saúde: Regime de Fruta Escolar no Concelho de Soure, Coimbra*, estando organizado em três capítulos. O primeiro capítulo refere-se à contextualização do estágio, tendo como temas o Sistema Educativo e a importância da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico; a Participação dos Municípios Portugueses na Educação; a Câmara Municipal de Soure; e, por fim, o Serviço Educativo. O segundo capítulo apresenta a importância da Promoção e Educação para a Saúde e a Educação Não Formal. Apresenta ainda o Regime de Fruta Escolar, em especial no Concelho de Soure. Por fim, o terceiro capítulo, é a apresentação e reflexão sobre as atividades e projetos desenvolvidos ao longo do estágio.

**Palavras-Chave:** Promoção e Educação para a Saúde, Serviço Educativo, Regime de Fruta Escolar, Educação Pré-Escolar, 1º Ciclo do Ensino Básico

## **Abstract**

This internship report is a reflection upon the work developed at the Educational Service, Soure Municipality, Coimbra district, under the curricular internship required to obtain the Master Degree in Education and Training with specialization in Social and Cultural Development at Institute of Education of the University of Lisbon. This report is titled *Promotion and Health Education: School Fruit Scheme in Soure, Coimbra*, and is organized into three chapters. The first chapter refers to the contextualization of the internship, having as subjects the Educational System and the importance of Pre-School Education and the 1st Cycle of Basic Education; the Participation of Portuguese Municipalities in Education; the Soure Town Hall; and finally the Educational Service. The second chapter discusses the importance of Health Promotion and Education and Non-formal Education, and also presents the School Fruit Scheme, especially in the Municipality of Soure. Finally, the third chapter is the presentation and reflection on the activities and projects developed during the internship.

**Key words:** Health Promotion and Education, Educational Service, School Fruit Scheme, Pre-School Education, 1st Cycle of Basic Education

# Índice Geral

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>ii</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>iii</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>iv</b>
<b>Índice Geral.....</b>	<b>v</b>
<b>Índice de Figuras .....</b>	<b>vii</b>
<b>Índice de Siglas .....</b>	<b>ix</b>
<b>Índice de Anexos (disponíveis no CD-Rom na contracapa).....</b>	<b>x</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Notas Metodológicas.....</b>	<b>3</b>
<b>Capítulo I – Contexto de Estágio .....</b>	<b>5</b>
<b>1. O Sistema Educativo e a importância da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico .....</b>	<b>5</b>
1.1. Educação Pré-Escolar.....	7
1.2. 1º Ciclo do Ensino Básico .....	9
<b>2. Participação dos municípios portugueses na educação.....</b>	<b>13</b>
<b>3. Câmara Municipal de Soure.....</b>	<b>19</b>
<b>4. Serviço Educativo .....</b>	<b>25</b>
4.1. Educação Pré-Escolar.....	29
4.2. 1º Ciclo do Ensino Básico .....	30
4.3. Alunos com Necessidades Educativas Especiais .....	33
4.4. Componente de Apoio à Família.....	34
<b>Capítulo II - A importância da Promoção e Educação para a Saúde.....</b>	<b>37</b>
<b>5. Promoção e Educação para a Saúde .....</b>	<b>37</b>
5.1. Conceito de Educação .....	37
5.2. Conceito de Saúde .....	38
5.3. Educação para a saúde.....	38
5.4. Promoção de Saúde .....	40

5.5. Alimentação Saudável na Escola .....	44
<b>6. Educação Formal, Educação Não Formal e Educação Informal.....</b>	<b>47</b>
6.1. Educação Não Formal .....	47
<b>7. Regime de Fruta Escolar.....</b>	<b>50</b>
7.1. Regime de Fruta Escolar no Concelho de Soure.....	54
 <b>Capítulo III – Estágio .....</b>	 <b>66</b>
<b>8. Serviço de Apoio à Família .....</b>	<b>66</b>
<b>9. Regime de Fruta Escolar.....</b>	<b>70</b>
9.1. “Peças Saborosas”.....	85
9.2. “Fruta & Festa” .....	92
9.3. Jogo Educativo “Fruta & Festa” – Câmara Municipal de Proença a Nova	101
<b>10. Outras Atividades .....</b>	<b>104</b>
10.1. “A Brincar e a Rir o <i>Bullying</i> Vamos Prevenir” .....	104
10.2. <i>Peddy Paper</i> “À Descoberta de Soure” .....	106
<b>11. Ações de Formações.....</b>	<b>110</b>
<b>12. Reflexões sobre as aprendizagens desenvolvidas .....</b>	<b>115</b>
 <b>Considerações Finais .....</b>	 <b>118</b>
 <b>Referências Bibliográficas .....</b>	 <b>120</b>
Outros documentos consultados .....	125
Legislação.....	127
 <b>Anexos</b>	

## **Índice de Figuras**

**Figura 1** – Freguesias do Concelho de Soure

**Figura 2** - Infraestruturas existentes no concelho - Carta Educativa do Concelho de Soure (2015)

**Figura 3** - Número de alunos por JI e 1º CEB, ano letivo 2016/2017 – Serviços Educativos

**Figura 4** - Panfleto Informativo do Regime de Fruta Escolar para Encarregados de Educação e Professores (Ano Letivo 2014/2015)

**Figura 5** - Frente 1 da Roda da Sazonalidade das Frutas e Legumes (Ano Letivo 2015/2016)

**Figura 6** - Frente 2 da Roda da Sazonalidade das Frutas e Legumes (Ano Letivo 2015/2016)

**Figura 7** - Verso da Roda da Sazonalidade das Frutas e Legumes (Ano Letivo 2015/2016)

**Figura 8** - Panfleto para Crianças do 1º CEB sobre o Dia da Alimentação (Ano Letivo 2015/2016)

**Figura 9** - Panfleto para Crianças do 1º CEB sobre o Dia da Alimentação (Ano Letivo 2015/2016)

**Figura 10** - Parte exterior do Panfleto Informativo para as Crianças do 1º CEB (Ano Letivo 2015/2016)

**Figura 11** - Parte interior do Panfleto Informativo para as Crianças do 1º CEB (Ano Letivo 2015/2016)

**Figura 12** - Panfleto Informativo do RFE para Professores do JI e do 1º CEB (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 13** - Parte exterior do Panfleto do Dia da Alimentação para as crianças do 1º CEB (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 14** - Parte interior do Panfleto do Dia da Alimentação para a crianças do 1º CEB (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 15** - Panfleto do Dia da Alimentação para a crianças do JI (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 16** - Parte exterior do Panfleto do Dia da Alimentação para Encarregados de Educação (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 17** - Parte inferior do Panfleto do Dia da Alimentação para Encarregados de Educação (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 18** - Panfleto Jogo Educativo “Peças Saborosas” (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 19** - Panfleto Jogo Educativo “Fruta & Festa” (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 20** - Fotografia *Workshop* “Culinária de Alimentação Saudável” (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 21** - Fotografia *Workshop* “Culinária de Alimentação Saudável” (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 22** - Convite para o *Workshop* “Culinária de Alimentação Saudável” (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 23** - Fotografia Jogo Educativo “Peças Saborosas” (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 24** - Fotografia Jogo Educativo “Peças Saborosas” (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 25** - Fotografia Tapete e Dados do Jogo Educativo “Fruta & Festa” (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 26** - Fotografia Jogo Educativo “Fruta & Festa” (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 27** - Fotografia Jogo Educativo “Fruta & Festa” (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 28** - Fotografia Jogo Educativo “Fruta & Festa” (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 29** - Fotografia Jogo Educativo “Fruta & Festa” em Proença-a-Nova (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 30** - Fotografia Jogo Educativo “Fruta & Festa” em Proença-a-Nova (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 31** - Fotografia Jogo Educativo “Fruta & Festa” em Proença-a-Nova (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 32** - Cartaz Publicitário do Jogo Didático “A Brinca e a Rir o *Bullying* Vamos Prevenir” (Ano Letivo 2016/2017)

**Figura 33** - O aluno exige 16 habilidades para o Século XXI. Apresentação em *Power Point* de Dias de Figueiredo no Colóquio para Professores – Empreendedorismo e Criatividade na Região de Coimbra



## **Índice de Siglas**

AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular

CEB - Ciclo do Ensino Básico

CMS – Câmara Municipal de Soure

EF – Educação Formal

EI – Educação Informal

ENF – Educação Não Formal

EpS - Educação para a Saúde

IBAN - Número Internacional de Conta Bancária

IFAP - Instituto de Financiamento de Agricultura e Pesca, I.P.

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

JI – Jardim de Infância

RFE - Regime de Fruta Escolar

SAF - Serviço de Apoio à Família

## **Índice de Anexos (disponíveis no CD-Rom na contracapa)**

**Anexo 1** - Guião de Entrevista - Coordenadora do Serviço Educativo da Câmara Municipal de Soure

**Anexo 2** - Protocolo da Entrevista - Coordenadora do Serviço Educativo da Câmara Municipal de Soure

**Anexo 3** - Análise da Entrevista - Coordenadora do Serviço Educativo da Câmara Municipal de Soure

**Anexo 4** - Guião de Entrevista - Enfermeira da Extensão de Saúde de Granja do Ulmeiro

**Anexo 5** - Protocolo da Entrevista - Enfermeira da Extensão de Saúde de Granja do Ulmeiro

**Anexo 6** – Análise da Entrevista - Enfermeira da Extensão de Saúde de Grnaja do Ulmeiro

**Anexo 7** – Notas de Campo

**Anexo 8** – Pedido de Ajuda do Regime de Fruta Escolar (Ano Letivo 2016/2017)

**Anexo 9** – Mapa Diário de Consumo do Regime de Fruta Escolar (Ano Letivo (2016/2017)

**Anexo 10** – Registo de Execução de Medidas de Acompanhamento do Regime de Fruta Escolar (Ano Letivo (2016/2017)

**Anexo 11** – Mapa Recapitulativo do Regime de Fruta Escolar (Ano Letivo (2016/2017)

**Anexo 12** – Relatório das Medidas de Acompanhamento do Regime de Fruta Escolar (1º Período – Ano Letivo 2016/2017)

**Anexo 13** – Candidatura das Medidas de Acompanhamento realizadas no Ano Letivo 2014/2015

**Anexo 14** – Ficha de Inscrição da Sessão de *Showcooking* do Regime de Fruta Escolar (Ano Letivo 2015/2016)

**Anexo 15** - Ficha de Inscrição da Educação Pré-Escolar para o Serviço de Apoio à Família (Ano Letivo 2016/2017)

**Anexo 16** - Ficha de Inscrição do 1º Ciclo do Ensino Básico para o Serviço de Apoio à Família (Ano Letivo 2016/2017)

**Anexo 17** - Mapa de Presenças de Almoços do 1º Ciclo do Ensino Básico do EB1 de Alfarelos (Ano Letivo 2016/2017)

**Anexo 18** - Mapa de Pagamento de Almoços do 1º Ciclo do Ensino Básico da EB1 de Alfarelos (Ano Letivo 2016/2017)

**Anexo 19** - Mapa de Pagamento de Almoço, Transporte e Prolongamento de Horário do Jardim de Infância de Alfarelos (Ano Letivo 2016/2017)

**Anexo 20** – Candidatura das Medidas de Acompanhamento realizadas no Ano Letivo 2016/2017

**Anexo 21** - Porta-Chaves em Forma de Morango

**Anexo 22** – Fotografias do *Workshop* “Culinária de Alimentação Saudável”

**Anexo 23** - Receita Doce de Limão do *Workshop* “Culinária de Alimentação Saudável”

**Anexo 24** - Receita Leites Vegetais do *Workshop* “Culinária de Alimentação Saudável”

**Anexo 25** - Receita Bifinhos de Tofu do *Workshop* “Culinária de Alimentação Saudável”

**Anexo 26** – Fotografias do Jogo Educativo “Peças Saborosas”

**Anexo 27** - Calendarização do Jogo Educativo “Peças Saborosas”

**Anexo 28** - Publicação do Jogo Educativo “Peças Saborosas” na página de *Facebook* do Município de Soure

**Anexo 29** – Fotografias do Jogo Educativo “Fruta & Festa”

**Anexo 30** – Provas do Jogo Educativo “Fruta & Festa”

**Anexo 31** – Distribuição de Alunos no Jogo Educativo “Fruta & Festa”

**Anexo 32** – Calendarização do Jogo Educativo “Fruta & Festa”

**Anexo 33** – Publicação do Jogo Educativo “Fruta & Festa” na página de *Facebook* do Município de Soure

**Anexo 34** – Tabuleiro do Jogo didático “A Brincar e a Rir o *Bullying* Vamos Prevenir”

**Anexo 35** - Regulamento do *Peddy Paper* “À Descoberta de Soure”

**Anexo 36** - Carta do *Peddy Paper* “À Descoberta de Soure”

**Anexo 37** - Soluções da Carta do *Peddy Paper* “À Descoberta de Soure”

**Anexo 38** – Percurso do *Peddy Paper* “À Descoberta de Soure”

**Anexo 39** – Certificado de Participação no *Peddy Paper* “À Descoberta de Soure”

**Anexo 40** – Cartaz Publicitário do *Peddy Paper* “À Descoberta de Soure”

**Anexo 41** - Cartaz Formação “Colóquio para professores – Empreendedorismo e Criatividade na Região de Coimbra”

**Anexo 42** - Cartaz Formação “Curso Práticas Comportamentais Positivas: Gestão do Tempo, do Stress e Conflitos com Ricardo Pocinho”

## **Introdução**

No estágio curricular do Mestrado em Educação e Formação, com especialização em Desenvolvimento Social e Cultural do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, fui integrada na equipa dos Serviços Educativos da Câmara Municipal de Soure, distrito de Coimbra, desde 15 de setembro de 2016 a 17 de junho de 2017. Neste tempo estive com o horário laboral de 2.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> feira das 9h às 17h, numa distribuição de vinte e uma horas semanais, o que fez num percurso de aprendizagem de 9 meses.

No decorrer deste período, tive como supervisora de estágio a Coordenadora dos Serviços Educativos, psicóloga de Clínica Sistémica, tendo ainda frequentado ações de formação em Medicação Familiar, Terapia Familiar, Formação Parental e Gestão de Recursos Humanos. Esta teve um papel fulcral na minha integração e orientação enquanto Estagiária dos Serviços Educativos, possibilitando-me um percurso de aprendizagem contínua.

Relativamente às razões que me levaram a optar pela Câmara Municipal de Soure, estas prenderam-se com o interesse pessoal pelo processo administrativo e pela criação e planificação de projetos educativos, tendo como destinatárias as crianças, mas também por esta ser a Câmara Municipal do meu Concelho de residência. Assim sendo, a minha integração no estágio curricular permitiu-me concretizar objetivos traçados numa fase inicial, sendo estes:

- Conhecer uma realidade profissional relacionada com a Licenciatura em Ciências da Educação e em conformidade com o Mestrado em Educação e Formação;
- Integrar a equipa dos Serviços Educativos e participar nas suas atividades;
- Criar e planear projetos educativos;
- Conhecer os objetivos e as competências dos Serviços Educativos;
- No âmbito formativo, realizar aprendizagens e consolidar conhecimentos adquiridos na Licenciatura e no 1º ano de Mestrado, através da sua aplicação prática num contexto profissional.

No presente relatório de estágio começo por apresentar as notas metodológicas e, de seguida, os três capítulos que o constituem. No primeiro faço uma abordagem ao contexto de estágio curricular, realizando uma contextualização da Câmara Municipal de Soure e a sua caracterização, em especial do Serviço Educativo. Dou também a conhecer um pouco sobre o Sistema Educativo Português e a importância do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico na vida das crianças.

No segundo capítulo começo por abordar o tema da importância da Promoção e Educação para a Saúde, sendo que os projetos desenvolvidos no estágio referem-se ao Regime de Fruta Escolar, um programa cujo objetivo é a distribuição de frutas e hortícolas às crianças nos estabelecimentos de ensino, estando este também referido neste mesmo capítulo. Ainda neste capítulo faço uma abordagem à educação não formal, sendo esta a base dos projetos que desenvolvi ao longo do estágio.

No terceiro capítulo descrevo os projetos desenvolvidos, durante os nove meses de estágio curricular nos Serviços Educativos, através dos quais reforcei as aprendizagens que desenvolvi no decorrer desse mesmo estágio. Realizo ainda uma reflexão acerca de duas ações de formação às quais assisti enquanto Estagiária dos Serviços Educativos.

## Notas Metodológicas

Para a realização deste relatório de estágio foi necessário recorrer a algumas notas metodológicas para obter a informação fundamental como, por exemplo, observação participante, notas de campo, entrevistas semi-diretivas e análise documental.

A observação participante é realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa (Correia, 2009). Esta observação permitiu-me integrar melhor no trabalho realizado, nos Serviços Educativos, como primeira instância.

A partir da observação, redigi notas de campo, onde foi possível descrever e anotar o trabalho realizado pelos Serviços Educativos.

As notas de campo, segundo Bogdan e Biklen, (1982, citados por Ludke e André, 1986), apresentam várias características: descrição dos sujeitos, reconstrução de diálogos, descrição de locais, descrição de eventos especiais, descrição de atitudes e os comportamentos do observador. Nas notas de campo também é possível incluir observações pessoais, ou seja, os seus sentimentos, ideias, problemas, dúvidas, surpresas, decepções, como em jeito de uma reflexão sobre a observação (Ludke e André, 1986).

Assim, as notas de campo que escrevi são o registo da minha observação participante do trabalho realizado nos Serviços Educativos e das atividades e projetos que fui desenvolvendo ao longo do meu estágio curricular.

Também, com o passar do tempo, senti necessidade de recorrer também a duas entrevistas semi-diretivas, nas quais o entrevistado é convidado a responder a um conjunto de questões previamente delineadas pelo investigador<sup>1</sup>. Esta é uma técnica utilizada quando já se detém algum conhecimento do fenómeno em estudo ou quando já há uma noção clara do que se pretende estudar.

A entrevista é um dos melhores meios para aceder às representações subjetivas do sujeito, pois permite obter informações sobre o sofrimento do sujeito, as dificuldades de vida, os acontecimentos vividos, a sua história, a maneira como gere as relações com

---

<sup>1</sup> Informação disponível em <https://goo.gl/dJVdLs>

os outros, a sua vida íntima, os seus sonhos e os seus fantasmas (Bénony & Chahraoui, 2002).

Assim, como referi, realizei duas entrevistas: a primeira à Coordenadora dos Serviços Educativos e a segunda à enfermeira da Extensão de Saúde de Granja do Ulmeiro, uma das freguesias do Concelho de Soure. Na primeira entrevista pretendia ficar a conhecer melhor a organização dos Serviços Educativos, qual o trabalho desempenhado e quantas pessoas se reuniam nesse trabalho. Na segunda entrevista optei por uma enfermeira de centro de saúde, que através do seu serviço estabelece uma ligação às escolas da freguesia (desde o pré-escolar até ao 12º ano), para conseguir entender qual seria a importância e os benefícios da fruta para as crianças.

Recorri também à análise documental para uma melhor reflexão sobre o Sistema Educativo Português, a importância da Promoção e Educação para a Saúde, o Regime de Fruta Escolar, o Serviço de Apoio à Família e a organização dos Serviços Educativos da Câmara Municipal de Soure.

A análise documental pode ser usada segundo duas perspetivas: servir para complementar a informação obtida por outros métodos, esperando encontrar-se nos documentos informações úteis para o objeto em estudo; e ser o método de pesquisa central, ou mesmo exclusivo, de um projeto e, neste caso, os documentos são alvo de estudo por si próprios (Bell, 1993).

Numa última parte, a exploração reflexiva que faço da minha prática que se aproxima da investigação-ação, sendo que esta inclui simultaneamente ação e investigação, com base num processo cíclico ou espiral, que alterna entre ação e reflexão crítica, e em que, nos ciclos posteriores são aperfeiçoados os métodos, os dados e a interpretação feita à luz da experiência obtida no ciclo anterior. Assim, essa reflexão contribui para a resolução de problemas e também para a planificação e introdução de alterações na mesma prática (Coutinho et al., 2009).

Por fim, para a fundamentação das atividades/projetos realizados durante o meu estágio curricular, recolhi algumas fotografias que documentam essas mesmas atividades. Neste sentido, foi feito um pedido informal a todas as entidades e indivíduos que aparecem nas fotografias, para a sua utilização neste mesmo relatório<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Algumas das fotografias utilizadas ao longo do relatório não identificam os indivíduos; contudo as que poderão identificar, crianças ou outras pessoas envolvidas nos projetos, as pessoas fotografadas consentiram com a inclusão das fotografias no relatório de estágio.

## **Capítulo I – Contexto de Estágio**

Como referi na introdução, o meu estágio curricular realizou-se nos Serviços Educativos da Câmara Municipal de Soure, no distrito de Coimbra. Neste sentido, no primeiro capítulo achei relevante começar por falar sobre o Sistema Educativo Português e a importância da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, sendo estes os anos de escolaridade mais presentes nos Serviços Educativos.

Ainda neste capítulo reforço a imagem da participação dos municípios portugueses na educação, apresentando de seguida a caracterização da Câmara Municipal de Soure e dos Serviços Educativos.

Este capítulo tem como objetivos explicitar o Sistema Educativo Português e a importância dos municípios na educação, em especial o Município de Soure.

### **1. O Sistema Educativo e a importância da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico**

O Sistema Educativo Português organiza-se num conjunto de estruturas e ações da responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas e privadas. Este apresenta-se em três etapas essenciais, a saber: Educação Pré-Escolar, Educação Escolar e Educação Extraescolar.

A Educação Pré-Escolar é considerada a primeira etapa do Sistema Educativo, tendo um papel formativo que complementa a educação familiar, com a qual deve estabelecer uma estreita cooperação. Esta primeira etapa é opcional para crianças a partir dos 3 anos de idade até ingressarem no ensino obrigatório que é universal para todas as crianças, a partir dos 4 anos de idade. Assim, o Estado tem o dever de garantir, para esta faixa etária, a existência de uma rede de educação pré-escolar gratuita que permita a inscrição de todas as crianças, assegurada pelo Estado, por instituições particulares e cooperativas, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e por instituições sem fins lucrativos (Ferreira, 2016).

A Educação Escolar subdivide-se em três ensinos, sendo eles, o Ensino Básico, Secundário e Superior. A Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, estabelece o regime de escolaridade obrigatória para os ensinos básico e secundário, alargando, deste modo, o



ensino obrigatório ao 12º ano, abrangendo todas as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos de idade.

O Ensino Básico encontra-se organizado em três ciclos:

- O 1º Ciclo tem a duração de quatro anos e engloba as crianças dos 6 aos 10 anos de idade. Está organizado a partir das seguintes áreas curriculares: Expressão Artística/Motora; Estudo do Meio; Língua Portuguesa, Matemática.<sup>34</sup>

A Educação Extraescolar engloba uma série de atividades, desde a educação de base ao aperfeiçoamento e atualização cultural e científica. Compete ao Estado promover a realização deste tipo de atividades e apoiar as instituições que as desenvolvam, assegurando também a existência e o funcionamento da rádio e da televisão educativas. Contudo, a evolução do Sistema Educativo Português tem sido marcada, ao longo das últimas décadas,

*“(em particular desde os finais dos anos 60 do século XX), por um conjunto diversificado de reformas, muitas vezes contraditórias, que se sucedem ao ritmo da mudança dos partidos políticos que estão no governo e, muitas vezes, dos próprios ministros, independentemente das forças políticas que representam.”* (Barroso, 2006, p.43).

Estas reformas têm-se focado principalmente em aspetos estruturais do sistema, como, por exemplo, nas configurações curriculares, nos planos de estudo, nos órgãos de gestão, nos organismos de formação, entre outros, sendo justificadas em função de princípios e objetivos gerais que acentuam o carácter retórico das medidas tomadas (Barroso, 2006).

---

<sup>3</sup> O 2º Ciclo tem a duração de dois anos e engloba as crianças dos 10 aos 12 anos de idade. Está organizado a partir das seguintes áreas curriculares: Línguas e Estudos Sociais; Matemática e Ciências; Educação Artística e Tecnológica; Formação Pessoal e Social (facultativa).

<sup>4</sup> O 3º Ciclo tem a duração de três anos e engloba as crianças dos 12 aos 15 anos de idade. Está organizado a partir das seguintes áreas curriculares: Língua Portuguesa; Língua Estrangeira; Ciências Humanas e Sociais; Matemática; Ciências Físicas e Naturais; Educação Artística; outra disciplina; Educação Tecnológica; Educação Física; Introdução às Tecnologias da Informação e da Comunicação (9º ano); Formação Pessoal e Social; e Educação Moral e Religiosa (facultativa).

## 1.1. Educação Pré-Escolar

Sendo a Educação Pré-Escolar a primeira etapa do Sistema Educativo, as orientações curriculares baseiam-se nos objetivos globais pedagógicos definidos pela Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro) e destinam-se a apoiar a construção e gestão do currículo no jardim de infância, da responsabilidade de cada educador/a, em colaboração com a equipa educativa do estabelecimento/agrupamento.

A organização destas orientações curriculares contempla três secções, sendo elas: Enquadramento Geral, Áreas de Conteúdo e Continuidade Educativa e Transições.

O Enquadramento Geral abrange três tópicos, que são: Fundamentos e Princípios da Pedagogia para a Infância, que constituem uma base comum para o desenvolvimento da ação pedagógica em creche e jardim de infância; Intencionalidade Educativa – Construir e gerir o currículo, que implica uma reflexão sobre as finalidades e sentidos das suas práticas pedagógicas, os modos como organiza a sua ação e a adequa às necessidades das crianças; e, por último, Organização do Ambiente Educativo, que aborda aspeto da organização do ambiente educativo da sala, como suporte ao trabalho curricular do/a educador/a e da sua intencionalidade e, ainda, as diferentes interações e relações que estes contextos proporcionam e as suas potencialidades educativas (Marques, Mara, Rosa & Silva, 2016).

Neste sentido, as Áreas de Conteúdo explicitam as implicações para uma abordagem integrada e globalizante, sendo elas:

- *“Área de Formação Pessoal e Social – considerada como área transversal pois embora tendo conteúdos próprios, se insere em todo o trabalho educativo realizado no jardim-de-infância. Esta área incide no desenvolvimento de atitudes, disposições e valores, que permitam às crianças continuar a aprender com sucesso e a tornarem-se cidadãos autónomos, conscientes e solidários.*
- *Área de Expressão e Comunicação – entendida como área básica, uma vez que engloba diferentes formas de linguagem que são indispensáveis para a criança interagir com os outros, dar sentido e representar o mundo que a rodeia.*

*Sendo a única que comporta diferentes domínios, é precedida de uma introdução que fundamenta a inclusão e articulação desses domínios. (Domínio da Educação Motora; Domínio da Educação Artística; Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita; Domínio da Matemática)*

- *Área do Conhecimento do Mundo – é uma área integradora de diferentes saberes, onde se procura que a criança adote uma atitude de questionamento e de procura organizada do saber, própria da metodologia científica, de modo a promover uma melhor compreensão do mundo físico, social e tecnológico que a rodeia” (Marques, Mara, Rosa & Silva, 2016, p.6).*

A última secção, Continuidade Educativa e Transições, aposta na continuidade do percurso de desenvolvimento de aprendizagem (em contexto familiar ou institucional). Para além disso, o desenvolvimento das potencialidades de cada criança no jardim de infância criará condições para que tenham sucesso na transição para o 1º ciclo numa perspetiva de continuidade das aprendizagens que já realizou.

Assim sendo, os objetivos da educação pré-escolar passam por:

*a) “Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;*

*b) Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;*

*c) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso de aprendizagem;*

*d) Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;*

*e) Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;*

*f) Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;*

*g) Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e colectiva;*

*h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;*

*i) Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.”<sup>5</sup>*

## 1.2. 1º Ciclo do Ensino Básico

No seguimento da Educação Pré-Escolar, a Lei de Bases do Sistema Educativo<sup>6</sup> define um conjunto de objetivos gerais, para o 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB), que devem ser seguidos na escolaridade básica, entre eles:

*a) “Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória, espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;*

*b) Assegurar que, nesta formação, sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;*

---

<sup>5</sup> Informação disponível na Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro de 1997.

<sup>6</sup> Informação disponível na Lei nº46/86, de 14 de outubro de 1986.

*c) Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar atividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detetando e estimulando aptidões nesses domínios;*

*e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;*

*h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;*

*i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;*

*m) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral”<sup>7</sup>.*

Neste sentido, o ensino básico prossegue com três grandes objetivos gerais, que são: criar as condições para o desenvolvimento global e harmonioso da personalidade, mediante a descoberta progressiva de interesses, aptidões e capacidades que proporcionem uma formação pessoal, na sua dupla dimensão individual e social; proporcionar a aquisição e domínio de saberes, instrumentos, capacidades, atitudes e valores indispensáveis a uma escolha esclarecida das vias escolares ou profissionais subsequentes; desenvolver valores, atitudes e práticas que contribuam para a formação de cidadãos conscientes e participativos numa sociedade democrática.

Assim, no 1º CEB, existe uma estrutura de currículo mais organizada, com áreas disciplinares de frequência obrigatória (Português, Matemática, Estudo do Meio e

---

<sup>7</sup> Informação disponível na Lei nº 46/86, de 14 de outubro de 1986.

Expressões Artísticas e Físico-Motoras) e áreas não disciplinares (Área de Projeto, Estudo Acompanhado e Educação para a Cidadania).

Apesar das áreas disciplinares serem importantes para a aprendizagem das crianças, vou focar-me nas áreas não disciplinares, por estas serem uma base para a minha interpretação dos projetos que realizei no meu estágio curricular e que explico mais à frente.

Deste modo, as áreas não disciplinares, devem ser desenvolvidas em articulação com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias de informação e comunicação, e constar explicitamente no plano de turma. As escolas, no âmbito da sua autonomia, devem desenvolver projetos e atividades que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos, designadamente educação cívica, educação para a saúde, educação financeira, educação para os media, educação rodoviária, educação para o consumo, educação para o empreendedorismo<sup>8</sup>.

Assim sendo, os objetivos das áreas não disciplinares são os seguintes:

- *“Área de Projeto, visando a conceção, realização e avaliação de projetos, através da articulação de saberes de diversas áreas curriculares, em torno de problemas ou temas de pesquisa ou de intervenção, de acordo com as necessidades e os interesses dos alunos;*
- *Estudo Acompanhado, visando a aquisição de competências que permitam a apropriação, pelos alunos, de método de estudo e de trabalho e proporcionem o desenvolvimento de atitudes e de capacidades que favoreçam uma cada vez maior autonomia na realização das aprendizagens;*
- *Educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, afetivos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos*

---

<sup>8</sup> Informação disponível no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho de 2012.

*alunos e á sua participação, individual e coletiva, na vida da turma, da escola e da comunidade”<sup>9</sup>.*

Este currículo ainda conta com uma disciplina de frequência facultativa, Educação Moral e Religiosa, e também com Atividades de Enriquecimento Curricular: de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, incidindo, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.

Assim, os programas propostos para o 1º CEB implicam que o desenvolvimento de educação escolar constitua uma oportunidade para que os alunos realizem experiências de aprendizagem ativas (oportunidade de viver situações estimulantes de trabalho escolar), significativas (vivências realizadas pelos alunos fora ou dentro da escola e que decorrem da sua história pessoal ou que a ela se ligam), diversificadas (utilização de recursos que permitam uma pluralidade de enfoques dos conteúdos abordados), integradas (realidades vivenciadas ou imaginadas que possam ter sentido para a cultura de cada aluno) e socializadoras (formação moral e crítica na apropriação dos saberes e no desenvolvimento das conceções científicas) que garantam o direito ao sucesso escolar de cada aluno<sup>10</sup>.

Neste sentido, a União Europeia teve a iniciativa de criar o Regime de Fruta Escolar (RFE), que irei aprofundar no próximo capítulo, para promover hábitos saudáveis e uma dieta equilibrada entre as crianças, tendo como grande objetivo mudar os hábitos alimentares e reduzir a obesidade infantil na Europa.

Este regime que visa a distribuição de frutas e produtos hortícolas, nos estabelecimentos de ensino público, é orientado para as crianças que frequentam o 1º CEB dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, bem como os jardins de infância associados a estas escolas. É por esta razão que decidi fazer uma abordagem sobre o Sistema Educativo Português e, principalmente, dar um enfoque à Educação Pré-Escolar e ao 1º CEB sendo que o RFE é a base dos projetos que realizei durante o meu estágio, demonstrando no terceiro capítulo.

---

<sup>9</sup> Informação disponível em Ministério de Educação (2004).

<sup>10</sup> Informação disponível em Ministério de Educação (2004).

## **2. Participação dos municípios portugueses na educação**

A instauração do regime democrático, a aprovação de uma nova Constituição da República (1976) e a Lei das Finanças Locais<sup>11</sup>, contribuíram para a criação de um novo enquadramento do município na organização política do nosso país, estabelecendo novas condições para a afirmação do poder local autónomo. De acordo com Fernandes (2003; 2004), a análise da participação dos municípios portugueses na educação passa por uma organização de três fases, sendo elas:

1) entendimento do papel do município na gestão da educação como um serviço periférico de apoio à educação infantil e básica obrigatória, estando esta orientação presente entre a realização da primeira eleição municipal (1976) e a promulgação da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986). Para além da Constituição da República, destaca-se também a publicação do normativo<sup>12</sup> que confirma o nível de atribuições anteriores das câmaras municipais em matéria educacional: construções escolares, equipamento e manutenção de estabelecimentos e escolas da educação pré-primária e primária, residências e transportes escolares, ação social escolar e equipamentos para a educação de adultos;

2) o município é visto como parceiro privado com uma função complementar em relação ao sistema educativo público, que se inicia com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo<sup>13</sup>, ainda hoje em vigor, reconhecendo ao município um papel educativo em algumas áreas ou modalidades em que o sistema dito regular não dá resposta completa: educação pré-escolar, formação profissional, educação especial, ocupações de tempos livre, entre outros. Nesta altura emerge, também, uma dinâmica de reforma do sistema educativo, sendo que a Comissão de Reforma do Sistema Educativo concede ao poder local municipal um papel mais interventivo na educação, como decorre na proposta de criação de um Conselho Local de Educação, que só viria a ser legislada anos mais tarde. Ainda de salientar as mudanças legislativas que consagraram os municípios como parceiros sociais na definição e gestão da política educativa nacional e local, tendo participação na Associação Nacional de Municípios Portugueses, no Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo do Ministério da Educação

---

<sup>11</sup> Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013.

<sup>12</sup> Decreto-lei 299/84, de 5 de setembro 1984.

<sup>13</sup> Lei n.º 46/86, de 14 de outubro de 1986.



instituído em 1987, e no Conselho Consultivo das escolas básicas e secundárias instituído em 1989;

3) o município posiciona-se como participante público na promoção e coordenação local da política educativa, iniciada em 1995, com a entrada em funções do XIII Governo constitucional do primeiro-ministro António Guterres, responsável pela promoção de algumas políticas que reforçavam o papel do município como parceiro educativo local: promoção do sucesso educativo no âmbito dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (1996); expansão da rede de estabelecimentos da educação pré-escolar através de protocolos celebrados entre o Ministério da Educação e vários municípios; a participação dos municípios nos órgãos de gestão de jardins de infância, de escolas básicas e secundárias com a publicação do respetivo regime jurídico em 1998.

As competências das autarquias portuguesas, em matéria educativa, são bastante reduzidas e a autonomia dos estabelecimentos de ensino é escassa, o que não facilita o desenvolvimento de políticas educativas locais. Ou seja, embora exista uma legislação superior (Constituição e a Lei de Bases do Sistema Educativo) que antevê uma maior descentralização do sistema, as funções educacionais mais importantes continuam a ser asseguradas ao nível central ou a nível hierarquicamente dependentes do poder central, como é o caso das Direções Regionais de Educação (Pedrosa, 2015).

Contudo, é possível encontrar na legislação portuguesa várias disposições legais que regulamentam esta questão<sup>14</sup>, como aquelas que se relacionam com o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respetivos agrupamentos. Segundo o Artigo 3º, do mesmo Decreto-Lei, a autonomia é definida como

*“o poder reconhecido à escola pela administração educativa de tomar decisões nos domínios estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, no quadro do seu projeto educativo e em função das competências e dos meios que lhe estão consignados”.*

---

<sup>14</sup> Decreto-Lei n.º 115A/98, de 4 de maio de 1998.

O projeto educativo é considerado, neste Decreto-Lei, um instrumento privilegiado da autonomia das escolas, ao oferecer “a orientação educativa das escolas, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo as quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa”<sup>15</sup>.

No final do século XX e início do século XXI, as competências das autarquias locais portuguesas, no domínio educativo, resultavam fundamentalmente da conjugação das competências mencionadas<sup>16</sup>. Desta forma, apresento de uma forma simplificada aquelas que são as principais competências das autarquias portuguesas em matéria de educação:

- Mobiliário e equipamento: fornecimento de mobiliário, eletrodomésticos e audiovisuais para escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância;
- Alfabetização: equipar espaços e financiar o funcionamento das atividades;
- Obras: reparação, manutenção e construção dos edifícios do 1º ciclo e Pré-escolar;
- Transportes escolares: pagamento a todos os alunos, que duma forma compulsiva, estejam colocados numa escola a mais de 3 km da sua residência;
- Ação social escolar: suplemento alimentar, manuais escolares, expediente e limpeza, material de desgaste e didático para alunos carenciados.

(Louro e Fernandes, 2004)

Neste sentido, hoje em dia, os municípios são as autarquias de maior dimensão e com maior capacidade de intervenção, podendo

*“investir num vasto conjunto de atribuições, que vão desde o ordenamento do território, o urbanismo e a habitação, até à educação, cultura, desporto e tempos livres, passando pelo equipamento rural e urbano, a energia, os transportes e as*

---

<sup>15</sup> Decreto-Lei n.º115A/98, de 4 de maio de 1998.

<sup>16</sup> Decreto-Lei n.º77/84, de 8 de março de 1984 e Lei n.º46/86, de 14 de outubro de 1986.

*comunicações, a saúde e a acção social, a defesa do ambiente e do consumidor, o saneamento básico, a protecção civil, a polícia e a cooperação externa” (Pinhal, 2006, p. 102).*

Como referi anteriormente, a intervenção dos municípios na área da educação, em Portugal, é relativamente recente, sendo que esta decorre do aumento da autonomia local consagrado nas leis superiores da República aprovadas depois da revolução de 1974.

Nos tempos da ditadura, a única competência educacional dos municípios era a construção, conservação e manutenção das escolas primárias; depois de 1974, o panorama foi modificando gradualmente, no sentido de uma maior e mais significativa intervenção, sendo que as competências educacionais dos municípios, segundo a diversa legislação em vigor, são as seguintes<sup>17</sup>:

- Competências relativas à concepção e ao planeamento do sistema educativo: criar os conselhos locais de educação, elaborar a carta educativa do município, propor ou dar parecer sobre a constituição de agrupamentos de escolas, integrar as assembleias de escola e de agrupamento, intervir na celebração de contratos de autonomia de escolas e agrupamentos;
- Competências relativas à construção e gestão de equipamentos e serviços: construir, apetrechar e manter os jardins-de-infância e as escolas do 1º CEB da rede pública e participar na construção das escolas do 2º e 3º ciclo, assegurar a gestão dos refeitórios dos jardins-de-infância e das escolas do 1º CEB da rede pública, gerir o pessoal não docente da educação pré-escolar e do 1º CEB;
- Competências relativas ao apoio aos alunos e aos estabelecimentos: assegurar os transportes escolares, garantir alojamento aos alunos do ensino básico, quando deslocados obrigatoriamente da sua zona de residência, comparticipar na ação social escolar, apoiar atividades

---

<sup>17</sup> Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio de 1998; Lei nº 159/99, de 14 de setembro de 1999; Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril de 2008; Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho de 2008; Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro de 2016.

complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no 1º CEB, e, por fim, participar no apoio à educação extraescolar.

Segundo Pinhal (2006), a crescente intervenção municipal na área da educação não é uma decorrência direta e linear da evolução da legislação sobre a administração do sistema educativo. Antes pelo contrário, a legislação pareceu ir sempre “a reboque” de experiências que, entretanto, os agentes locais, designadamente os municípios, já iam levando a cabo.

Neste sentido, as necessidades do sistema educativo e a incapacidade reveladas pelo Ministério da Educação para responder aos problemas das diferentes localidades e regiões do país,

*“levaram os autarcas a envolverem-se no sistema educativo mais do que seria de exigir, tendo em vista a letra da lei. A resposta a desejos e necessidades urgentes da população e a consciência crescente do valor da educação como envolvimento tenha ganho uma expressão considerável em muitos municípios, nem sempre pelos montantes envolvidos, mas sobretudo pela natureza das intervenções realizadas a mais”* (Pinhal, 2006, p. 104).

Penso que uma dessas incapacidades do Ministério da Educação, que depois acaba por ser combatida por alguns dos municípios portugueses, é a aplicação do Regime de Fruta Escolar, que vou abordar no próximo capítulo, nas escolas portuguesas.

A implementação do Regime de Fruta Escolar, em Portugal acontece desde o ano letivo 2009/2010 e tem como objetivo a promoção de hábitos alimentares saudáveis, através da introdução ou reforço de hábitos alimentares nas crianças de modo a disseminar comportamentos saudáveis na população (Estratégia Nacional do Regime de Frutas e Hortícolas nas Escolas, 2016).

Contudo, a aplicação deste regime nos municípios de todo o país não é obrigatória. Ou seja, em cada ano letivo, se algum município tiver interesse neste regime e achar que este será uma mais valia para as suas crianças, o município terá de

fazer uma candidatura (que explico mais à frente) para poder ter os direitos a este regime e poder aplicá-lo nas suas escolas.

Por esta razão, e para o bem das crianças portuguesas, penso que esta é uma das incapacidades do Ministério da Educação sendo que este regime poderia ajudar todas as crianças do nosso país e não só algumas a desenvolverem uma alimentação mais saudável. Neste ponto, os municípios, ao aderirem a este regime, poderão ajudar as crianças que neles residem, assim como fez o Município de Soure.

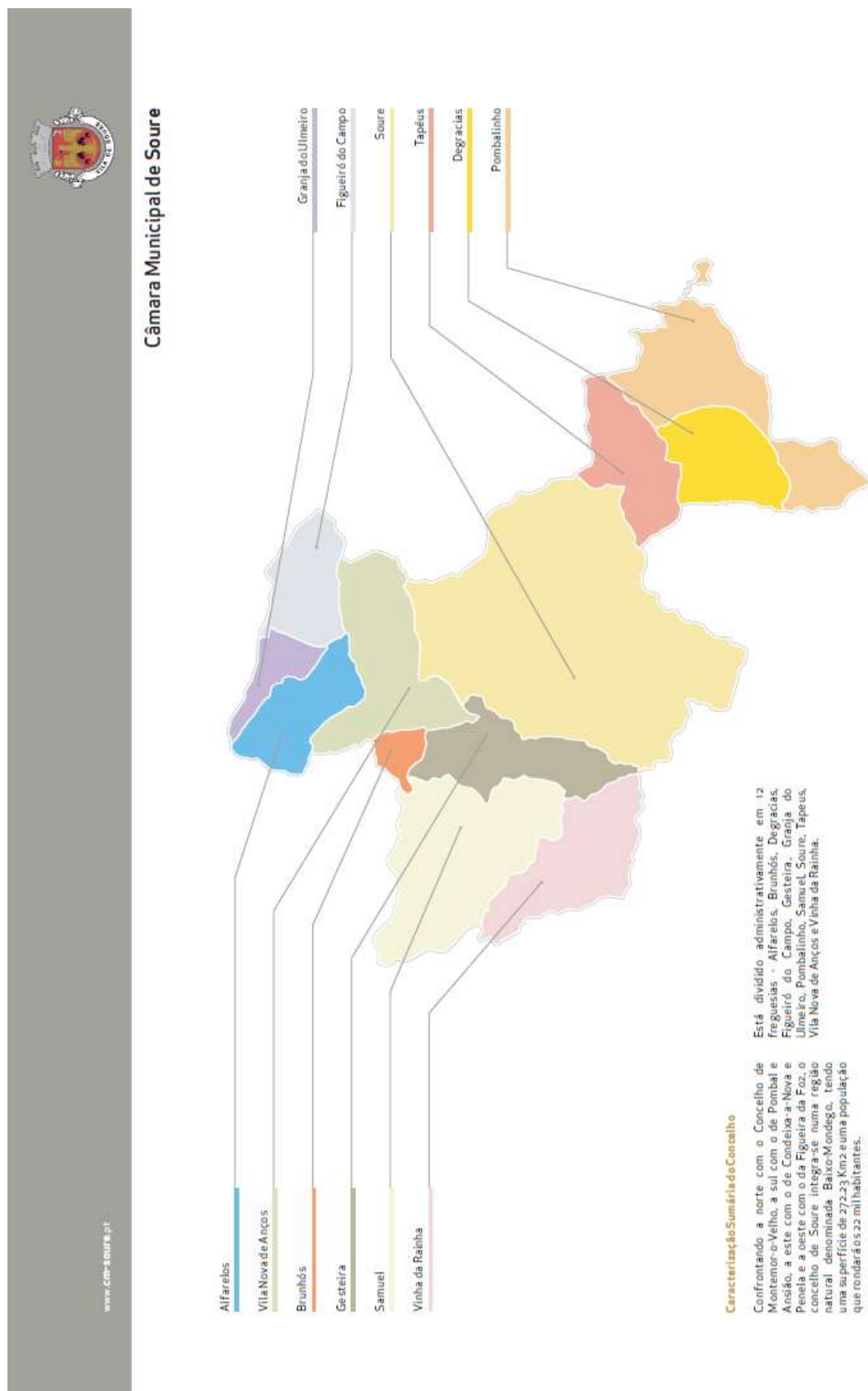
### **3. Câmara Municipal de Soure**

O Concelho de Soure pertence ao distrito de Coimbra e tem por limites o Concelho de Montemor-o-Velho (a Norte), os Concelhos de Condeixa-a-Nova e Penela (a Nascente), os Concelhos de Pombal e Ansião (a Sul) e o Concelho da Figueira da Foz (a Oeste). O Concelho de Soure corresponde a uma Nomenclatura de Unidades Territoriais de ordem III, sendo parte integrante do agrupamento de concelhos da sub-região denominada de Baixo Mondego.

Tem uma área total de 265,1 Km<sup>2</sup> e uma população de, sensivelmente, 21 mil habitantes. Está dividido em doze freguesias (Figura 1), sendo elas: Alfarelos, Brunhós, Degracias, Figueiró do Campo, Gesteira, Granja do Ulmeiro, Pombalinho, Samuel, Soure, Tapéus, Vinha da Rainha e Vila Nova de Anços<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Informação disponível em <https://goo.gl/ShFtxa>.



**Figura 1 - Freguesias do Concelho de Soure** (fonte: <http://www.cm-soure.pt/docs/concelho-mapa.pdf>)

O Município de Soure apresenta duas zonas com características bem diferenciadas, que são:

- A zona serrana, que integra a sub-região de Sicó, constituída pelas freguesias de Tapéus, Degracias e Pombalinho, continuando a ter a produção de queijo de qualidade e também o funcionamento de unidades de extração de calcário e uma outra de torrefação de frutos secos;
- O resto do concelho, sendo este mais plano, dominado pelas bacias de aluvião dos rios Anços, Arunca e Pranto, com uma maior riqueza de solo e uma maior proximidade dos principais eixos de comunicação da região e do país, apresentando um maior índice de desenvolvimento no plano sectorial<sup>19</sup>.

Este Concelho é rico em associativismo, em especial nos âmbitos cultural (grupos de folclore e de teatro, filarmónicas, escolas de música e tunas), desportivo e de ação social. A Câmara Municipal de Soure (CMS) tem vindo a consolidar uma política integrada e diversificada de apoios, sempre com dimensão concelhia, que tem revelado um dos vetores mais relevantes na realização efetiva de um investimento público intenso, sendo que o “que está em causa é que se continue a fazer de Soure um Concelho cada vez mais atrativo, onde todos se possam sentir cada vez melhor”<sup>20</sup>.

A CMS realiza, anualmente, alguns projetos, sendo eles: a Semana do Livro e da Cultura; Artesanato Gastronomia Cultura; a Festa de S. Mateus; e a Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Soure.

A Semana do Livro da Cultura é realizada em Maio e integra um conjunto de atividades dirigidas quer à população escolar do Concelho, quer ao público em geral, tendo como objetivos: dar continuidade à linha de atuação da Autarquia no âmbito da criação de hábitos de leitura e da sedução para o prazer de ler; sensibilizar para propostas culturais diversificadas; e continuar a promover o envolvimento cultural de toda a comunidade do Concelho, integrando também todos os níveis etários. Esta é uma iniciativa que tende a envolver o “público estudantil, da Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, bem como as Instituições Culturais e Sociais do Concelho,

---

<sup>19</sup> Informação disponível em <https://goo.gl/ShFtxa>.

<sup>20</sup> Informação disponível em <http://goo.gl/QCqPp3>.



reforçando, no plano cultural e educativo, a Coesão Concelhia”<sup>21</sup>. No Artesanato Gastronomia Cultura, a CMS organiza em parceria com as doze freguesias do Concelho, dois fins-de-semana, habitualmente, o último de junho e o primeiro de julho, no Parque da Várzea (Soure) um evento que tem como atração a gastronomia diversificada das diversas freguesias, complementada pelos trabalhos apresentados pelos artesãos concelhios e pela riqueza cultural dos grupos de Folclore, Filarmónicas e Grupos Musicais.

As Festas de S. Mateus são realizadas próximas ao feriado municipal do Concelho (21 de Setembro), que constitui o maior cartaz turístico da Vila e do Concelho, conjuntamente com a Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Soure, um certame fundamental para a promoção e divulgação de um significativo conjunto de atividades económicas. As Festas de S. Mateus são:

*“o momento ideal, por excelência, em que se propicia o ansiado reencontro festivo de todos os Munícipes e demais Sourenses, onde participam ativamente inúmeras Instituições do Concelho e em que muitos visitantes de fora são atraídos, quer pelo cartaz profano das festas, quer pela romaria a S. Mateus, cujos devotos vêm, por vezes de muito longe, pagar as suas promessas e fazer as suas orações”<sup>22</sup>.*

A CMS “situa-se na Praça da República, no centro da Vila de Soure. Nesta praça encontramos, ao centro, o Jardim Municipal, de frente, a Câmara Municipal, do lado direito, os Bombeiros Voluntários, e do lado esquerdo, o Jardim de Infância de Soure” (Anexo 7, Notas de Campo – Quinta-Feira, 15 de setembro de 2016)

Esta, em 1996, dividia-se em três serviços, sendo eles: os Serviços Instrumentais, onde se encontrava o departamento de administração geral e finanças, que se subdividia em divisão de administração e finanças e divisão técnico-jurídica; os Serviços de Assessoria e Coordenação, onde existiam vários gabinetes de apoio à presidência, relações públicas e informação, apoio informático, saúde pública, planeamento e desenvolvimento municipal e proteção civil; e, por fim, os Serviços

---

<sup>21</sup> Informação disponível em <http://goo.gl/FgS2tR>.

<sup>22</sup> Informação disponível em <http://goo.gl/J7YVc9>.

Operativos, onde existiam o departamento de obras e urbanismo, que se subdividia em divisão de obras públicas e municipais, repartição de apoio administrativo, divisão de ambiente e habitação, divisão de gestão urbanística e planeamento, e onde se encontrava também a divisão de ação sociocultural, turismo e educação (serviço de apoio logístico e administrativo; e os gabinetes de educação, desporto e tempos livres, ação cultural, ação social e saúde, turismo, mercado e feiras)<sup>23</sup>.

Contudo, a partir de 2010, com a eleição do novo Presidente da Câmara, a distribuição fez-se de maneira diferente, passando a existir seis gabinetes e dois departamentos, que são: o Gabinete de Apoio Pessoal, o Gabinete de Relações Públicas, Comunicação Social e Novas Tecnologias, o Gabinete Jurídico e Contencioso/Contra Ordenações e Fiscalização, o Gabinete de Saúde Pública, o Gabinete de Planeamento Municipal, Industrial, Comercial e Empresarial, o Gabinete de Proteção Civil e Defesa da Floresta, o Departamento de Obras e Urbanismo e por último, o Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos.

O Departamento de Obras e Urbanismo é constituído por seis sectores, sendo eles: o Sector de Saneamento e Salubridade, que inclui a higiene e limpeza, o saneamento e o cemitério; o Sector de Água, Energia, Turismo e Termalismo, que envolve os serviços de apoio administrativo e as águas; o Sector de Obras Públicas e Municipais, que abrange os serviços de apoio administrativo, as empreitadas, a rede viária e sinalização, e as obras públicas; o Sector de Gestão Urbanística e Planeamento, que inclui os serviços de apoio administrativo, o serviço de loteamentos e obras particulares, os serviços de planeamento municipal e ordenamento do território e os serviços de estudo, projeto e vistorias; o Sector de Proteção Civil e Ambiente, que envolve os serviços de apoio administrativo, a habitação, jardins e parques públicos, e o trânsito e florestas; e por fim, o Sector de Instalações e Equipamentos, que abrange os serviços de equipamento urbano, as instalações municipais, e as oficinas, máquinas e viaturas.

O Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos divide-se em quatro sectores, que são: o Sector de Finanças e Recursos Humanos, que inclui os serviços de expediente geral, atendimento e arquivo/taxas e licenças, o serviço de contabilidade e património municipal, os serviços de aprovisionamento e gestão de *stocks*, os serviços de tesouraria, os serviços de pessoal, os serviços de regulamentação,

---

<sup>23</sup> Informação disponível em <https://goo.gl/oF4ZDD>.

contratos e formação, e o serviço de higiene, saúde e segurança no trabalho; o Sector de Ação Social e Saúde, que abrange os serviços de saúde, ação social e rede social; o Sector de Mercadorias e Feiras, Industrias e Fiscalização Sanitária, que inclui a fiscalização sanitária; e por último, o Sector de Educação, Cultura, Desportos e Tempos Livres, que abarca os serviços de desporto e tempos livres, a biblioteca municipal, o museu municipal e os serviços educativos<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Informação disponível no Organigrama, aprovado em 2010, em <https://goo.gl/oF4ZDD>.

#### 4. Serviço Educativo

Segundo o Artigo 19º, da Lei nº 159/99, de 14 de setembro, é da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos e realizar investimentos na construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e das escolas do ensino básico, tendo ainda como competência elaborar a carta escolar e integrar nos planos diretores municipais e criar conselhos locais de educação. Neste seguimento,

*“Compete ainda os órgãos municipais no que se refere à rede pública:*

- a) Assegurar os transportes escolares;*
- b) Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;*
- c) Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente em residências, centros de alojamento e colocação familiar;*
- d) Comparticipar no apoio às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da acção social escolar;*
- e) Apoiar o desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na educação pré-escolar e no ensino básico;*
- f) Participar no apoio à educação extra-escolar;*
- g) Gerir o pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.”* (Artigo 19º, da Lei nº 159/99, de 14 de setembro).

Neste sentido, segundo o documento de revisão da estrutura e organização dos serviços municipais de 1996 da Câmara Municipal de Soure (CMS), assinado pelo Presidente em funções, o Sector de Ação Sociocultural, Turismo e Educação possui como atribuições:

*“a) Promover o desenvolvimento cultural da comunidade, fomentando, implementando e criando medidas orientadoras de gestão dos centros de cultura, bibliotecas e museus municipais;*

*b) Estudar e executar acções no domínio do património cultural e paisagístico do município;*

*c) Planear e executar programas de educação e ensino da competência do município;*

*d) Fomentar a construção de instalações e o desenvolvimento de equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal;*

*e) Fomentar as artes tradicionais da região, designadamente o teatro, a música e as actividades artesanais e promover estudos e edições destinados a recolher e divulgar a cultura popular tradicional;*

*f) Organizar, manter e desenvolver a rede de transportes escolares, assegurando a respectiva gestão;*

*g) Colaborar no desenvolvimento e fomento da recreação, através do aproveitamento de equipamentos turísticos, espaços, matas, etc.;*

*h) Fomentar a criação de equipamentos destinados à ocupação dos tempos livres dos jovens.”* (Revisão da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Soure, 1996).

Em 2010, com a eleição do novo Presidente, a divisão fez-se de maneira diferente, como refiro anteriormente, separando a Educação do Desporto e dos Tempos Livres, ou seja, criando os Serviços Educativos que passam a desempenhar as seguintes funções:

- Superintender a gestão dos centros de educação pré-escolar;
- Executar as ações no âmbito da competência do município no que se refere às escolas dos níveis de ensino básico;

- Organizar, manter e desenvolver a rede de transportes escolares, assegurando a respetiva gestão;
  - Fomentar atividades escolares de ação educativa pré-escolar e do ensino básico;
  - Estudar as carências em equipamentos escolares e propor a aquisição e substituição de equipamentos degradados;
  - Promover e apoiar ações de educação de base e complementar de adultos;
  - Estudar e propor os tipos de auxílio a prestar a estabelecimentos particulares de educação e a obras de formação educativa existentes na área do município;
  - Promover e divulgar ações de formação profissional;
  - Fomentar a construção de instalações e a aquisição de equipamento para a prática desportiva e recreativa.
- (Organigrama, aprovado em 2010<sup>25</sup>).

De uma forma geral, segundo a entrevista efetuada à Coordenadora dos serviços (Anexo 3), o Serviço Educativo abrange toda a gestão do processo Serviço de Apoio à Família (SAF), a gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), a gestão do expediente e limpeza, as despesas de manutenção, refeições e transporte escolar, atendimento a pais e professores e ainda a gestão do projeto Regime de Fruta Escolar.

No momento do meu estágio, o Serviço Educativo era composto por uma Coordenadora, uma Assistente Técnica (Assistente 1), uma Assistente ao Apoio Administrativo (Assistente 2) e, por uma Estagiária Profissional (até fevereiro de 2017), e as suas funções eram as seguintes, de acordo com a entrevista da Coordenadora (Anexo 3):

- Distribuição e gestão das diversas tarefas e atividades;
- Atendimento a encarregados de educação e professores;
- Reencaminhamento de pedidos das escolas para os diversos serviços;
- Gestão do processo SAF (abertura de inscrições, articulação com o agrupamento de escolas, receção de inscrições nos serviços, preenchimento

---

<sup>25</sup> Informação disponível em <https://goo.gl/oF4ZDD>.

de formulários, articulação com os outros serviços, nomeadamente transporte e refeições, envio de ofícios, receção de mapas de registo mensais de kms e de refeições e presenças em prolongamento de horário, preenchimento e gestão da base de dados da conta corrente do pré-escolar e do 1º CEB, confirmação das faturas das entidades relativamente às refeições);

- Preenchimento das plataformas do pré-escolar e do 1º CEB, no que se referia a acordos e a dados mensais e inserção de respetivos comprovativos;
- Gestão da conta corrente das AEC;
- Inserção de dados na conta corrente das AEC;
- Pedido de dados e respetivo preenchimento da base de dados da população escolar atual e evolutiva e discriminativa. Monitorização da Carta Educativa.
- Emissão de deliberações internas e preenchimento das bases de dados do Expediente e Limpeza e Despesas de Manutenção, Refeições e Transportes;
- Receção de novas inscrições no SAF, inserção na base de dados, emissão de ofícios, articulação com os serviços e alteração e envio de mapas de presenças;
- Receção de mapas de kms e de refeições;
- Contagem das refeições e realização dos mapas mensais de participação familiar;
- Gestão do pessoal não docente aquando de substituições e de horários;
- Realização de ofícios e outros serviços administrativos;
- Controle de serviço de refeições e visitas às escolas pessoalmente;
- Gestão de protocolos com IPSS em termos de Recursos Humanos;
- Preenchimento do Inquérito da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Coordenação município Empreendedorismo;
- Coordenação município Escola de Verão Júnior;
- Coordenação município Heróis da Fruta;
- Coordenação município Eco-Escolas;
- Gestão de candidaturas nas áreas da Educação (Comunidade Intermunicipal);
- Gestão de atividades diversas pontuais previstas no plano educativo municipal;

- Em termos de psicologia: consultas, participação no Sistema Nacional de Intervenção precoce na Infância, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Soure e no Projeto Portas Abertas (Violência Doméstica).
- Gestão do processo do Projeto Regime de Fruta Escolar (pedido de candidatura, pedido de fruta, realização e submissão dos mapas trimestrais) e participação e registo das medidas de acompanhamento obrigatórias;
- Participação nas atividades diversas a realizar nas escolas.

O Serviço Educativo ainda oferecia atividades diversas, como, por exemplo, o Regime de Fruta Escolar, atividades de prevenção de hábitos de vida saudável, Heróis da Fruta, Dia Nacional do Pijama, empreendedorismo nas escolas e a escola de verão.

#### 4.1. Educação Pré-Escolar

A Educação Pré-Escolar, no seu aspeto formativo, é complementar da ação educativa das famílias, com as quais estabelece estreita cooperação, sendo de cariz facultativo no reconhecimento de que à família cabe um papel preponderante no processo da educação antes do ingresso na escolaridade obrigatória, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário (Carta Educativa do Concelho de Soure, 2015). Destina-se a todas as crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico.

Em 2015, no Concelho de Soure, existiam 15 estabelecimentos onde é ministrada a educação pré-escolar, 10 dos quais pertencentes à rede pública (Alfarelos, Degracias, Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro, Samuel, Sobral, Soure, Tapéus, Vila Nova de Anços e Vinha da Rainha) e 5 integrados em IPSS.

Considera-se existir uma boa cobertura ao nível da Educação Pré-Escolar, tanto pela localização dos equipamentos existente, como pela rede de transportes criada pela Câmara Municipal de Soure, no que tocava à rede pública, e pelas IPSS (Carta Educativa do Concelho de Soure, 2015).

Considerando as salas em funcionamento e o número de alunos a frequentar a educação pré-escolar, poder-se-á acrescentar que a taxa de ocupação média concelhia,



considerando um rácio de 25 alunos/sala, apresentava uma média de, sensivelmente, 16 alunos por sala (Carta Educativa do Concelho de Soure, 2015).

#### 4.2. 1º Ciclo do Ensino Básico

O 1.º Ciclo apresenta-se como a primeira etapa do Ensino Básico no garante da universalidade e obrigatoriedade da educação. Assim, um dos objetivos é assegurar uma formação geral comum a todas as crianças que lhes assegure a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social (Ministério da Educação, 2004).

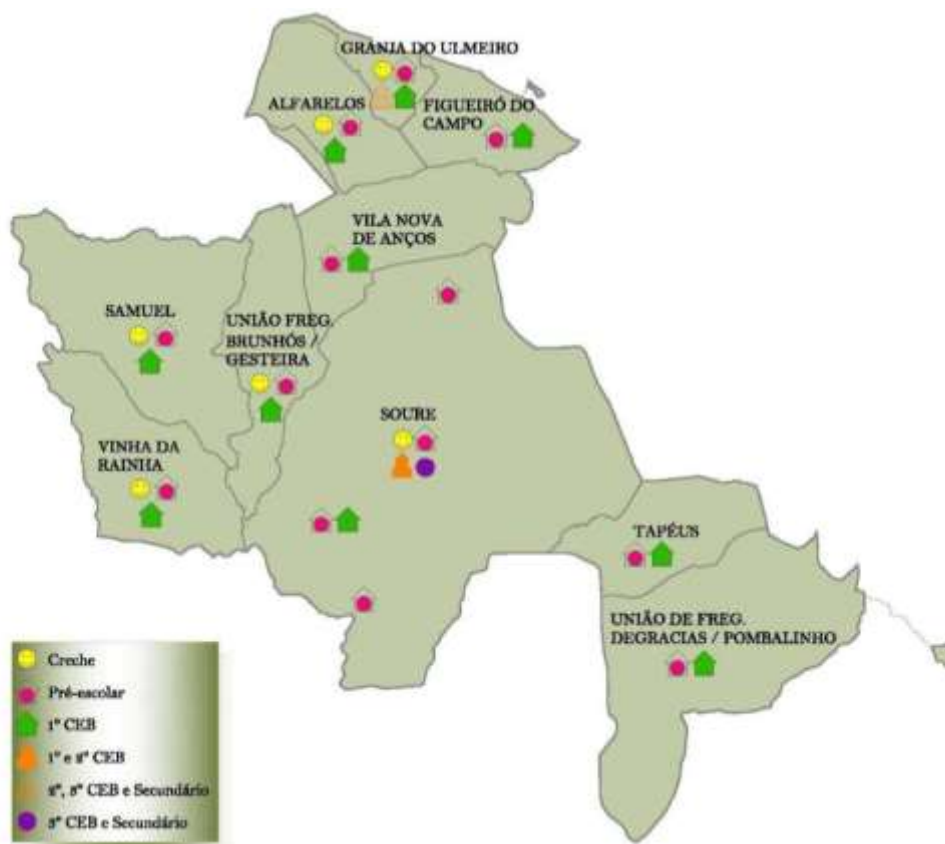
No Concelho de Soure, este nível de ensino é assegurado por, pelo menos, um estabelecimento da rede pública, em cada freguesia, não existindo nenhuma resposta de índole privado.

Desde o ano letivo de 2009/2010, verificou-se um decréscimo do número de alunos (cerca de 12%), acompanhado pelo encerramento de 6 escolas do 1º CEB:

- 2010/2011 – Encerramento das Escolas de Casal do Marachão (freguesia de Figueiró do Campo), Cavaleiros e Paleão (freguesia de Soure);
- 2011/2012 – Encerramento das Escolas de Casal do Redinho (freguesia de Figueiró do Campo) e Pouca Pena (freguesia de Soure);
- 2014/2015 – Encerramento da Escola de Simões (freguesia de Soure) (Carta Educativa do Concelho de Soure 2015).

Este processo tem vindo a ser gradual, tendo sempre em consideração a especificidade de cada situação, que é ponderada em estreita articulação com as famílias, a Autarquia e o Ministério da Educação.

Assim, neste ano letivo de 2016/2017, o Concelho de Soure contou com 11 escolas para o 1º CEB (*voltava a colocar por extenso*), localizadas nas seguintes freguesias: Alfarelos, Degracias, Figueiró do Campo, Gesteira, Granja do Ulmeiro, Marco de Samuel, Sobral, Soure, Tapéus, Vila Nova de Anços e Vinha da Rainha.



**Figura 2** - Infraestruturas existentes no concelho - Carta Educativa do Concelho de Soure (2015)

Por fim, posso adiantar que, no ano letivo de 2016/2017, estiveram inscritas 175 crianças nos Jardins de Infância (JI), distribuídas da seguinte forma, como podemos verificar na imagem que se segue: JI de Alfarelos – 7; JI de Degraças – 14; JI de Figueiró do Campo – 10; JI de Granja do Ulmeiro – 18; JI Samuel – 12; JI do Sobral – 18; JI de Soure – 45; JI de Tapéus – 19; JI de Vila Nova de Anços – 13; e no JI de Vinha da Rainha – 19. E no 1º CEB estiveram inscritas 506 crianças, distribuídas pelas várias escolas do concelho: Alfarelos – 34; Degraças – 23; Figueiró do Campo – 26; Gesteira – 34; Granja do Ulmeiro – 85; Samuel – 42; Sobral – 37; Soure – 142; Tapéus – 14; Vila Nova de Anços – 50; e Vinha da Rainha – 19.

Na figura que se segue, podemos verificar também, que 571 das 681 crianças inscritas (JI e 1º CEB) requereram à refeição fornecida pela CMS, e ainda, que 105 das 175 crianças do JI recorreram ao prolongamento de horário.



**Município de Soure**  
**SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA - ANO 2016/2017**

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	N.º ALUNOS			
	TOTAL	Refeições (Almôços)	Prolongamento de Horário	Int. Act. Lectivas
J. I. Alfaiates	7	7	7	
J. I. Degraças	14	12	11	
J. I. Figueiró do Campo	10	9	4	
J. I. Granja do Ulmeiro	18	18	15	
J. I. Marco	12	10		
J. I. Sobral	18	18	13	
J. I. Soure	45	39	30	
J. I. Tapeus	19	19	17	
J. I. Vila Nova Anços	13	13	8	
J. I. Vinha da Rainha	19	16		
<b>TOTAL</b>	<b>175</b>	<b>161</b>	<b>105</b>	<b>0</b>
1.º CEB Alfaiates	34	19		
1.º CEB Degraças/ Pombalinho	23	22		
1.º CEB Figueiró do Campo	26	26		
1.º CEB Gesteira	34			
1.º CEB Granja Ulmeiro	85	77		
1.º CEB Marco	42	11		
1.º CEB Sobral	37	37		
1.º CEB Soure	142	142		
1.º CEB Tapeus	14	14		
1.º CEB Vila Nova de Anços	50	43		
1.º CEB Vinha da Rainha	19	19		
<b>TOTAL</b>	<b>506</b>	<b>410</b>		
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>681</b>	<b>571</b>	<b>105</b>	<b>0</b>

Não está a funcionar

O/A Responsável pelo preenchimento

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.../ GAS

21-05-2017

**Figura 3** – Número de alunos por Jardim de Infância e 1º CEB, Ano Letivo 2016/2017  
– Serviços Educativos

#### 4.3. Alunos com Necessidades Educativas Especiais

O Serviço Educativo tem também em atenção os alunos com Necessidades Educativas Especiais, sendo que

*“Um aspeto determinante da qualidade do ensino é a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens. Assim, torna-se necessário planear um sistema de educação flexível, pautado por uma política global integrada, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos os alunos, o que implica a inclusão das crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE), no quadro de uma política de equidade para todos”* (Carta Educativa do Concelho de Soure, 2015).

A partir dos anos 60 do século XX, novos conceitos e práticas começaram a ser introduzidas no âmbito das respostas educativas a dar às crianças e jovens em situação de deficiência. O Sistema Nacional de Intervenção precoce na Infância<sup>26</sup>, consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, com o objetivo de garantir condições de desenvolvimento das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como as crianças com risco de atraso no desenvolvimento. Assim, a missão deste Sistema passa por garantir a intervenção precoce na infância, tendo um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza reabilitativa e preventiva, no âmbito da saúde, educação e da ação social (Carta Educativa do Concelho de Soure, 2015).

Esta intervenção precoce junto de crianças até aos 6 anos de idade, com alterações ou em risco de apresentar alterações nas funções ou estruturas do corpo, tendo como preocupação um desenvolvimento normal, constitui um instrumento político do maior alcance na concretização do direito à participação social dessas

---

<sup>26</sup> Informação Disponível no Decreto-Lei N.º 281/2009, de 6 de outubro de 2009.

crianças, jovens e adultos que se irão tornar (Carta Educativa do Concelho de Soure, 2015).

No ano letivo de 2010/2011, a Equipa Local de Intervenção do Concelho de Soure juntou-se à Equipa Local de Intervenção do Concelho de Montemor-o-Velho, passando a equipa a designar-se Equipa Local de Intervenção Montemor-o-Velho/Soure, tendo como sede o Centro de Saúde de Montemor-o-Velho.

#### 4.4. Componente de Apoio à Família

Para além da construção e manutenção dos equipamentos educativos, cabe ao município gerir o pessoal não docente da Educação Pré-Escolar e das Escolas Básicas, não só no campo da ação social escolar, como também no Serviço de Apoio à Família (SAF) (Regulamento do Serviço da Componente de Apoio à Família, 2014).

Deste modo, a CMS define o Regulamento do Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família, nos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º CEB, da Rede Pública do Município de Soure, sendo de seguida aprovado pela Assembleia Municipal, nos termos da lei. Este regulamento aplica-se a todas as crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino acima referidos, sendo considerados serviços da Componente de Apoio à Família: o fornecimento de refeições (almoço) ao 1ºCEB e Pré-Escolar; o prolongamento de horário (Pré-Escolar); as atividades nas interrupções letivas (Pré-Escolar); e o transporte (Pré-Escolar) (Regulamento do Serviço da Componente de Apoio à Família, 2014).

De acordo com as necessidades, as famílias optam pela inscrição em simultâneo nos vários serviços ou apenas num deles, sendo que os encarregados de educação comparticipam no custo dos serviços da Componente de Apoio à Família. Também o horário de funcionamento é definido no início de cada ano letivo, de acordo com as necessidades das famílias (Regulamento do Serviço da Componente de Apoio à Família, 2014).

O prolongamento de horário entende-se ao acolhimento das crianças do Ensino Pré-Escolar após o final da componente letiva, ou seja, entre as 15h / 15h30 e as 17h30 / 18h. Este horário é definido no início do ano letivo por cada estabelecimento de ensino, consoante as necessidades das famílias, podendo ser estendido em casos excecionais, justificado através de informação dos serviços.

Este prolongamento de horário destina-se a servir as crianças cujo agregado familiar não tenha possibilidade de acompanhar os seus educandos, devido a compromissos profissionais ou outros. Por norma, o prolongamento de horário funciona no Jardim de Infância ou noutro espaço da comunidade, como as IPSS, associações locais, Juntas de Freguesia ou outro considerado conveniente. Contudo, este prolongamento só funciona com um número mínimo de 7 crianças (Regulamento do Serviço da Componente de Apoio à Família, 2014).

O serviço de transporte é disponibilizado, desde que estejam reunidas as condições necessárias. No caso das crianças da Educação Pré-Escolar, o transporte obriga ao pagamento de uma tarifa mensal, nos termos da tabela previamente aprovada pela CMS, sendo esta atualizada anualmente de acordo com a legislação em vigor. No caso das crianças do 1º CEB, o transporte é gratuito, nos termos da legislação em vigor, quando residem a mais de 3 ou 4 kms dos estabelecimentos de ensino, bem como para os estudantes com Necessidades Educativas Especiais (Regulamento do Serviço da Componente de Apoio à Família, 2014).

As inscrições para estes serviços da Componente de Apoio à Família decorrem anualmente na Câmara Municipal de Soure, sendo que no decorrer do período das matrículas é efetuada a inscrição nos Serviços Educativos, por parte das famílias das crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar e o 1º CEB da rede pública.

Segundo o Artigo 6º, do Regulamento do SAF, aprovado em Reunião de Câmara Municipal e Sessão da Assembleia Municipal, em setembro de 2014,

*“As inscrições são apresentadas com os seguintes elementos:*

*a) Preenchimento de impresso próprio disponibilizado pela Câmara Municipal;*

*b) Documento comprovativo do Escalão do Abono de Família, no qual o Agregado Familiar está Integrado;*

*c) Declaração de Rendimentos, (IRS e/ ou IRC) do ano anterior;*

*d) Declaração das Finanças, comprovativa de Não Declaração de IRS e/ ou IRC do ano anterior;*

*e) Declaração da Segurança Social, comprovativa de uma destas situações: Descontos efectuados/ RSI/ Subsídio de Desemprego;*

*f) Comprovativo de pagamento de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).”*

Como referi anteriormente, os serviços prestados pela Componente de Apoio à Família obrigam ao pagamento de uma comparticipação familiar mensal, aprovada pela CMS, sendo esta atualizada anualmente, de acordo com a legislação em vigor. Assim sendo, a comparticipação familiar é determinada com base no Rendimento do Agregado Familiar e no Escalão de Abono de Família. A não apresentação dos documentos acima referidos, do Artigo 6º do Regulamento do SAF, implica o pagamento da comparticipação familiar máxima.

Ainda assim, os encarregados de educação podem solicitar uma nova avaliação da sua situação socioeconómica, quando se verifique qualquer alteração na composição do agregado familiar, ou no respetivo rendimento, ou no escalão de abono de família. Se a nova avaliação concluir uma alteração da comparticipação familiar mensal, essa deverá entrar em vigor no mês seguinte ao da comunicação do resultado.

O pagamento da comparticipação familiar, relativamente aos serviços de almoços, prolongamento de horário e transporte é pago, entre o dia 20 e 30 do mês seguinte na Junta de Freguesia da área de localização do estabelecimento de ensino, ou na tesouraria da Câmara Municipal, ou ainda por transferência bancária.

Por fim, este valor da comparticipação mensal poderá ser reduzido consoante a utilização da criança, sendo que esta pode não utilizar integralmente e permanentemente os SAF.

Com este capítulo pretendi abordar alguns aspetos que, para mim, fazem sentido em relação ao meu estágio curricular. Começando pelo Sistema Educativo Português e pela participação dos municípios portugueses na educação, que para além de poder ficar a conhecer melhor estes dois temas, este texto ajudou-me a compreender e a interpretar o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Soure e pelos Serviços Educativos.

Depois deste dois grandes temas, foi-me mais fácil a explicação da organização da Câmara Municipal de Soure e do trabalho desenvolvido pelo Serviço Educativo.

## **Capítulo II - A importância da Promoção e Educação para a Saúde**

Um dos programas europeus a que a Câmara Municipal de Soure aderiu, e que o Serviço Educativo coordena, é o Regime de Fruta Escolar que tem como objetivo a distribuição de frutas e hortícolas às crianças nos estabelecimentos de ensino. Este programa foi a base do meu estágio curricular, tendo ficado responsável por uma parte da sua organização.

Assim sendo, neste segundo capítulo começo por referenciar a importância da Promoção e Educação para a Saúde, dando uma pequena explicação sobre o conceito de Educação, o conceito de Saúde, Educação para a Saúde, Promoção de Saúde e Alimentação Saudável na Escola, e neste seguimento, apresento o Regime de Fruta Escolar, dando visibilidade a este regime no Conselho de Soure.

Também achei pertinente, neste capítulo falar sobre Educação Não Formal (e Educação Informal), sendo esta(s) modalidade(s), a meu ver, uma base para a Promoção e Educação para a Saúde como para o Regime de Fruta Escolar.

Este capítulo tem como objetivos: explicitar o tema da Promoção e Educação para a Saúde e também conhecer o Regime de Fruta Escolar no Conselho de Soure.

### **5. Promoção e Educação para a Saúde**

#### **5.1. Conceito de Educação**

O conceito de Educação, segundo Emiliano (2008), afasta-se cada vez mais do mero ensinar de conteúdos específicos a determinados indivíduos, orientando-se para um campo bem mais complexo e abrangente e, sobretudo, direcionado para todos.

No século XIX, a ideia de educação não poderia desmarcar-se de conceitos como a religião, a disciplina rígida e obediência inquestionável, bem como da transmissão de conhecimentos específicos através da escola. Atualmente, as funções da escola são claramente distintas:

*“à escola não cabe apenas a transmissão de conhecimentos organizados em disciplinas (...) entre as suas múltiplas responsabilidades está o desenvolvimento de*



*competências capazes de sustentar a aprendizagem ao longo da vida*”<sup>27</sup>.

Nesta abertura a uma maior complexidade do conceito de educação, há lugar para a consideração da saúde, sendo que “a educação para a saúde, para a sexualidade e para os afectos incluem-se entre as múltiplas responsabilidades da escola actual”<sup>28</sup>, segundo a prática educativa em vigor.

## 5.2. Conceito de Saúde

O conceito de Saúde tem evoluído ao longo dos anos. No entanto, a Organização Mundial da Saúde, em 1946, definiu saúde como um estado de bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença. Neste sentido, ao descentrar a atenção na doença e na patologia e ao focar o indivíduo na sua dimensão total e integrada, abriu o caminho para novas perspetivas de abordagem, passando assim das drogas e dos tratamentos para a prioridade da prevenção da doença e da promoção da saúde.

Atualmente, a mesma organização aceita que a saúde deva ser encarada como uma qualidade adaptativa da pessoa, ao seu ambiente interno e externo, sendo esta, não uma finalidade em si própria, mas um recurso ao alcance de todos. Desta forma, ter saúde é considerado um processo dinâmico e não um estado final utópico que se deseja e que parece inalcançável (Oliveira, 2008).

Assim sendo, o conceito de saúde evoluiu para uma dimensão integradora de uma multiplicidade de condições que se orientam para a autorrealização do indivíduo, mais que para a simples realização das necessidades básicas humanas.

## 5.3. Educação para a saúde

A Educação para a Saúde (EpS) tem vindo a ser internacionalmente reconhecida como parte integrante dos esforços para a prevenção da doença.

Segundo Griffiths (1972, citado por Russel, 1996, p.5), a “EpS tenta encurtar a distância entre práticas de saúde óptimas e o que é presentemente realizado”, processo

---

<sup>27</sup> Informação disponível no Despacho nº2506/2007, de 20 de fevereiro de 2007.

<sup>28</sup> Informação disponível no Despacho nº2506/2007, de 20 de fevereiro de 2007.

que serve de ponte entre a informação de saúde e as práticas de saúde, considerando o indivíduo como centro da educação para a saúde, atendendo às suas características individuais no domínio afetivo, cognitivo, cultural ou espiritual.

Em 1990, Tonnes (1990, citado por Murphy, 1999, p.11) definiu EpS como “qualquer actividade planeada que promova a aprendizagem relacionada com a saúde e a doença, isto é, qualquer alteração relativamente permanente na competência ou disposição de um indivíduo”. Posteriormente, Green e Kreuter (1991, citados por Russel, 1996, p.5), definiam EpS como “qualquer combinação planeada de experiências de aprendizagem, realizada de forma a predispor, capacitar e reforçar o comportamento voluntário que promove a saúde dos indivíduos, grupos e comunidades”.

A EpS é ainda um processo baseado em regras científicas que utiliza oportunidades educacionais programadas, por forma a capacitar indivíduos, agindo isoladamente ou em conjunto, para tomarem decisões fundamentadas sobre assuntos relacionados com a saúde. Neste seguimento, o foco da Educação para a Saúde são as atitudes e os comportamentos de saúde. O comportamento de saúde pode ser definido em sentido lato, segundo Gochman (1996, citado por Russel, 1996, p.6), como “o padrão de comportamento observável, as acções e hábitos que se relacionam com a manutenção, a cura e a melhoria de saúde”. Assim, a EpS centra-se na mudança de comportamento individual ou de fatores intra pessoais, tais como atitudes ou crenças, julgados determinantes do comportamento, a fim de promover um melhor estado de saúde.

A tentativa de descrever a complexidade das questões de saúde/doença na sua dimensão sistémica, determina o crescimento e enriquecimento terminológico. Desta forma, surgem termos de interesse para as questões de EpS, como: mudança centrada no cidadão; abordagem centrada na família; proteção e promoção de saúde; vida ativa saudável; qualidade de vida, fatores de risco e fatores protetores; comportamentos de risco; ambientes específicos; cidades saudáveis; meio ambiente; grupos vulneráveis; crescer com segurança; promover a saúde infantil; uma vida adulta produtiva; um envelhecimento ativo; gestão integrada de saúde; liberdade de escola; sustentabilidade nos sistemas; sistemas de alerta e de resposta; entre outros (Rodrigues, Pereira & Barroso, 2009).

#### 5.4. Promoção de Saúde

A promoção de saúde tem vindo a diferenciar-se da Educação para a Saúde como sendo mais ampla, pois alguns dos métodos da promoção de saúde não contêm apenas uma filosofia educacional.

Assim, nos anos 80, do século XX, deu-se uma mudança na forma de pensar acerca da promoção de saúde. A primeira Conferência Internacional da Promoção da Saúde, realizada em 1986, em Ottawa no Canadá, marcou essa mudança, sendo que os princípios orientadores ficaram registados num documento de ação, conhecido por A Carta de Ottawa, com o objetivo de conseguir saúde para todos para o ano de 2000 (Parsons, Stears & Thomas, 1996).

A Carta de Ottawa traduz-se numa chamada à ação para a promoção da saúde para todos, foca-se na mudança individual de comportamentos e também na mudança social e a ação política, traduzindo um movimento novo de saúde pública baseado numa abordagem situada. A promoção de saúde exige uma ação coordenada de todos os elementos envolvidos, necessitando de ambientes propícios à saúde. Assim, as instituições e as comunidades tornam-se fatores relevantes na promoção da saúde, sendo que as chamadas cidades saudáveis, empresas saudáveis, hospitais saudáveis e escolas saudáveis são um resultado desse movimento (A Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde, 1986).

Neste sentido, a Carta de Ottawa define cinco estratégias que têm sido reafirmadas em todos os encontros internacionais, que apontam para uma participação ativa da saúde exigindo:

- A elaboração de uma política da saúde saudável;
- A criação de ambiente saudáveis;
- O fortalecimento da ação comunitária;
- O desenvolvimento de competências pessoais;
- A reorganização dos serviços de saúde.

Em junho de 1997, na Declaração de Jacarta, sobre a promoção de saúde no século XXI, renova a confiança nestas estratégias cuja eficácia sobre a melhoria dos níveis de saúde da população tem vindo a ser avaliada. Assim, as prioridades estabelecidas em Jacarta neste âmbito são:

- *“Tomar consciência sobre a mudança das determinantes da saúde;*
- *Apoiar a criação e desenvolvimento de redes de promoção da saúde;*
- *Mobilizar recursos para a promoção de saúde;*
- *Melhorar e acumular os conhecimentos sobre as melhores estratégias;*
- *Possibilitar a partilha de aprendizagens;*
- *Promover a solidariedade na ação;*
- *Fomentar a transparência e a responsabilidade pública na promoção da saúde”* (Declaração de Jacarta sobre Promoção da Saúde no Século XXI, 1997).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (1986), a promoção de saúde é o processo que visa criar condições para que as pessoas desenvolvam a sua capacidade em controlar fatores determinantes da saúde, no sentido de a melhorar. Os principais fatores que determinam a saúde (genéticos, biológicos, comportamentais, ambientais e serviços de saúde) fundamentam uma ação de promoção de saúde, envolvendo atividades diversificadas, que podem ser sistematizadas em três vertentes de intervenção que se relacionam e completam:

- Educação para a saúde – processo que utiliza a comunicação pedagógica no sentido de facilitar a aprendizagem da saúde;
- Prevenção da doença – conjunto de medidas que visam evitar, detetar e tratar precocemente de doenças específicas e eventuais sequelas;
- Proteção de saúde – conjunto de medidas destinadas ao controlo de fatores de risco de natureza ambiental e à preservação dos recursos naturais (Organização Mundial da Saúde, 1986).

Contudo, existe a necessidade de derrubar as fronteiras tradicionais dentro dos sectores públicos, entre organizações governamentais e não-governamentais e entre os sectores público e privado, sendo essa cooperação essencial. Ou seja, isto requer a

criação de novas parcerias em prol da saúde, com condições de igualdade, entre os diferentes setores em todos os níveis de governo.

Assim, as prioridades para a promoção da saúde no século XXI, segundo a Declaração de Jacarta (1997), são:

- Promover a responsabilidade social para com a saúde - Tanto o sector público quanto o sector privado devem promover a saúde indo ao encontro de políticas e práticas que evitem prejudicar a saúde dos indivíduos; protejam o meio ambiente e assegurem o uso sustentável dos recursos; restrinjam a produção e o comércio de produtos e substâncias inerentemente prejudiciais, tais como tabaco e armas; salvaguardem tanto a pessoa no mercado como a pessoa no local de trabalho; e incluam uma avaliação do impacto sobre a saúde focalizando na equidade como parte integral da elaboração de políticas.
- Aumentar os investimentos para fomentar a saúde - Um maior investimento para a saúde e uma reorientação dos investimentos existentes tem o potencial de avançar significativamente o desenvolvimento humano, a saúde e a qualidade de vida. Os investimentos em saúde deveriam refletir as necessidades de certos grupos, tais como mulheres, crianças, pessoas idosas, indígenas, pobres e marginalizadas.
- Consolidar e expandir parcerias em prol da saúde - As parcerias oferecem benefício mútuo para a saúde através da partilha de especializações, habilidades e recursos. Cada parceria tem que ser transparente e responsável pela prestação de contas e ser fundamentada em princípios éticos concordados, compreensão e respeito mútuo.
- Aumentar a capacidade comunitária e dar direito de voz ao indivíduo - Melhorar a capacidade das comunidades para promover a saúde requer instrução prática, formação em liderança e acesso aos recursos. Dar voz às pessoas requer acesso mais consistente ao processo de tomada de decisão e às habilidades e ao conhecimento essenciais para efetuar a mudança.
- Assegurar uma infraestrutura para a promoção da saúde - Para conseguir uma infraestrutura para a promoção da saúde é necessário encontrar

novos mecanismos para o financiamento ao nível local, nacional e mundial. Devem-se criar incentivos para influenciar as ações de organizações governamentais e não-governamentais, instituições educacionais e do setor privado a fim de assegurar que a mobilização de recursos para a promoção da saúde seja maximizada. Deve-se incentivar à formação e à prática das habilidades da liderança local para apoiar as atividades de promoção da saúde. Deve-se intensificar a documentação de experiências em promoção da saúde através da pesquisa e de relatos sobre projetos a fim de melhorar o planeamento, a implementação e a avaliação (A Declaração de Jacarta sobre promoção da Saúde no Século XXI, 1997).

Relativamente ao desenvolvimento da promoção de saúde, atualmente considera-se que esta só poderá decorrer pela teoria do *empowerment*. Esta consiste num processo social multidimensional que ajuda as pessoas a ganharem controlo sobre as próprias vidas, sendo também um processo de capacitação de mudanças de carácter social e cultural. O conceito de *empowerment* na promoção de saúde é definido como a educação sobre problemas de saúde, colocando os interesses e necessidades dos indivíduos no centro do processo, como sujeitos ativos e participativos em todas as fases do mesmo (Oliveira, 2008).

O *empowerment* é entendido como o processo de saúde comprometido com a transformação da realidade e a produção de saúde e de sujeitos saudáveis, sendo a efetiva e concreta participação social estabelecida como objetivo essencial da promoção de saúde. O *empowerment* possui dois sentidos: psicológico (ou individual) e social (ou comunitário). O *empowerment* psicológico leva a que “os indivíduos tenham um sentimento de maior controle sobre a própria vida, capaz de influenciar e adaptar-se ao seu meio e desenvolver mecanismos de autoajuda e de solidariedade” (Souza, Tholl, Córdova, Heidemann, Boehs & Nitschke, 2014, p.2266). O *empowerment* social procura “destacar a ideia da saúde como um processo e uma resultante de lutas de coletivos sociais por seus direitos. Ele não nega o psicológico, mas procura destacar a importância de enfrentar as raízes e as causas da iniquidade social” (Souza, Tholl, Córdova, Heidemann, Boehs & Nitschke, 2014, p.2266).

Assim, segundo Freire (1996), o *empowerment* pode ser entendido como um processo que emerge das interações sociais, nas quais os seres humanos problematizam

a realidade. Pode-se considerar o *empowerment* como um eixo que une consciência e liberdade, sendo que resulta de uma práxis reflexiva e da inserção crítica das pessoas, estimulado pelas perguntas que as colocam em ação.

Neste sentido, entende-se a importância do papel da escola, enquanto contexto privilegiado para, desde cedo, e em fases de desenvolvimento tidas como determinantes, se chegar a um grande número de indivíduos, influenciando assim a saúde e a educação das gerações futuras, procurando chegar a alunos, funcionários, famílias e membros da comunidade (Organização Mundial da Saúde, 2000, 2002).

### 5.5. Alimentação Saudável na Escola

A alimentação saudável é essencial para o crescimento, desenvolvimento e a manutenção da saúde. Os hábitos alimentares inadequados acarretam problemas de saúde imediatos e também a longo prazo. Desta forma, o aumento do consumo de frutas e hortaliças deve ser estimulado, inclusive no ambiente escolar, visto que os alimentos são fontes ricas em vitaminas, minerais, fibras e água e apresentam baixa densidade energética. Além disso, o aumento desses alimentos representa a possível redução da ingestão de produtos alimentares de alta densidade energética e baixo valor nutritivo, como os produtos processados de cereais refinados com adição de açúcar, gordura e sódio, comum em alimentos industrializados (Oliveira, 2008).

Segundo a entrevista à enfermeira (Anexo 6), a fruta é um alimento bastante importante, tendo os nutrientes necessários para o desenvolvimento da criança, para a prevenção de doenças e também para o sistema imunitário. Esta referia ainda que, em média, deve-se comer entre 3 a 4 peças de fruta por dia, e também que, para a prevenção da obesidade, deve-se comer fruta entre as refeições e não às refeições.

A escola desempenha um papel importante na formação dos hábitos alimentares, visto que é nesse ambiente que substancial proporção de crianças e adolescentes permanecem por expressivo período de tempo diário. Nesse contexto, a entrevistada referiu que se pode perceber a importância que os serviços de alimentação disponíveis no ambiente escolar deveriam assumir, principalmente no que se refere ao fornecimento/comercialização de alimentos e refeições adequados do ponto de vista nutricional.

O apoio do Estado prestado à educação, em matéria de alimentação compreende as seguintes modalidades: a distribuição diária e gratuita de leite; o fornecimento de

refeições gratuitas ou a preços comparticipados; e a promoção de ações no âmbito da educação e higiene alimentar. Os apoios alimentares têm por objetivo a promoção do sucesso escolar e educativo, o desenvolvimento equilibrado e a promoção da saúde das crianças e jovens que frequentam a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário. O fornecimento de refeições em refeitórios escolares visa assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, considerados os hábitos alimentares das regiões<sup>29</sup>.

Segundo o mesmo Decreto-Lei nº55/2009, quanto à Educação, Higiene e Segurança Alimentar indica-se que:

*“1 - As actividades escolares devem promover, com a participação activa dos alunos, hábitos alimentares saudáveis.*

*2 - Os princípios dietéticos de qualidade e variedade a que devem obedecer as refeições servidas nos refeitórios escolares são definidos por orientações emanadas da Direcção -Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e com observância das normas gerais de higiene e segurança alimentar a que estão sujeitos os géneros alimentícios, de acordo com o disposto nos Regulamentos (CE) nº 178/2002, de 28 de Janeiro, e 852/2004, de 29 de Abril, do Parlamento Europeu e do Conselho.*

*3 - Cabe às direcções regionais de educação apoiar e acompanhar a introdução e observância dos princípios e normas a que se refere o número anterior.*

*4 - As ementas das refeições devem ser afixadas nos refeitórios antecipadamente, sempre que possível na semana anterior.*

*5 - Os refeitórios e bufetes escolares são objecto de inspecções sanitárias periódicas, pelo menos uma vez por ano, da responsabilidade da autoridade competente, a fim de garantir o seu funcionamento em boas condições de higiene e de salubridade”.*

---

<sup>29</sup> Informação disponível no Decreto-Lei nº55/2009, de 2 de março de 2009.



Segundo Pereira (2003), a educação e a saúde são espaços de produção e de aplicação de saberes destinados ao desenvolvimento humano. Deste modo, a escola é um dos alicerces da educação, da cidadania e da formação de uma nação, sendo que nela a criança inicia a sua educação, a sua interação e inclusão social, os seus relacionamentos e os seus potenciais, ou seja, estabelece relações complexas que se estendem por toda a vida.

## **6. Educação Formal, Educação Não Formal e Educação Informal**

A Educação divide-se em três grandes modalidades, sendo elas: a Educação Formal (EF), a Educação Não Formal (ENF) e a Educação Informal (EI). Segundo Coombs e Ahmed (1975), a EF compreende as situações altamente institucionalizadas, cronologicamente definidas e hierarquicamente estruturadas, que vão dos primeiros anos de escola primária até à universidade; a ENF compreende todas as atividades organizadas, sistemáticas e educativas realizadas fora do sistema oficial; e EI compreende um processo que decorre ao longo da vida, através do qual as pessoas adquirem e aperfeiçoam conhecimentos, habilidades e atitudes.

No decorrer do tempo, a necessidade de educação permanente, ou seja, ao longo da vida, “mostrou-nos que o desenvolvimento de competências variadas pode ser conseguido através da aprendizagem em contextos quer formais, quer não formais ou informais, sendo essa aprendizagem mais eficiente porventura nuns do que noutros.” (Pinto, 2005, p.3)

Segundo Gadotti (2005, p.11), as escolas precisam conhecer a vida dos seus alunos, a “sua origem social, cultural, econômica, suas motivações, seus sonhos e utopias. Para isso, precisamos construir uma nova cultura escolar, que leve em conta a identidade cultural do aluno na construção do seu itinerário educativo.” Neste sentido, penso que a EF e a ENF, bem como a EI, são importantes para o desenvolvimento da pessoa.

### **6.1. Educação Não Formal**

Focando agora na ENF e segundo Pinto (2005, p.3), a ENF tornou-se sumariamente naquilo que se domina de “educação fora da escola”. O autor reforça ainda que “a educação não-formal é vista como complementar, e não como contraditória ou alternativa ao sistema de Educação Formal e deve, pois, ser desenvolvida em articulação permanente quer com a Educação Formal”. Para Gohn (2006, p. 28), a ENF “é aquela que se aprende no mundo da vida”, por via dos processos de partilha de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas quotidianas.

Ainda sobre este tema, Canário acrescenta que esta inclui “a aprendizagem de coisas que não são ensinadas, ou seja que não obedecem aos requisitos do modelo

escolar, corresponde ao que de uma forma genérica se pode designar por educação não formal” (Canário, 2006, p.2).

A ENF, como refere Pinto (2005), tem formatos altamente diferenciados em termos de tempo e localização, número e tipo de participantes, equipas de educação, dimensões de aprendizagem e aplicação dos seus resultados. É importante sublinhar, no entanto, que o facto de não ter um currículo único não significa que não seja um processo de aprendizagem estruturado, baseado na identificação de objetivos educativos, com formatos de avaliação efetivos e atividades preparadas e implementadas por educadores altamente qualificados.

Relativamente ao modo como se educa, Gohn (2006, p. 29) refere que a ENF

*“ocorre em ambientes e situações interativos  
construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos,  
usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas  
poderá ocorrer por força de certas circunstâncias da vivência  
histórica de cada um”.*

No que respeita à sua finalidade e objetivos, Pinto (2005, p. 5) salienta que este envolve o “desenvolvimento de saberes e competências, um vasto conjunto de valores sociais e éticos, tais como os direitos humanos, a tolerância, a promoção da paz, a solidariedade e a justiça social”.

Segundo Gohn (2006), os principais atributos da ENF passam pela não organização de séries/idades/conteúdos, atua sobre os aspetos subjetivos do grupo e trabalha a cultura política de um grupo.

Quanto aos resultados, espera-se que haja uma maior consciência e organização de como agir em grupos coletivos, haja uma construção e reconstrução de conceção de mundo e sobre o mundo, formando o indivíduo para a vida e suas adversidades; e, por fim, a ENF resgata o sentimento de valorização de si próprio, dando hipótese aos indivíduos de desenvolverem sentimentos de auto valorização.

É ainda importante realçar que a ENF possui formatos altamente diferenciados. Porém, não possui um currículo único, o que não significa que esta não seja um processo de aprendizagem estruturado, baseado na identificação de objetivos educativos, com formatos de avaliação efetivos e atividades preparadas e implementadas por educadores qualificados (Pinto, 2005).

Este tema foi-me importante desenvolver, não só para o meu conhecimento, mas também para me ajudar na construção das atividades que realizei, e abordarei no terceiro capítulo, sendo que estas vêm de encontro com a Educação Não Formal. Como referem Faria e Shuvartz (2011), na ENF a utilização dos jogos pedagógicos contribuem para desenvolver nas crianças e nos adolescentes o respeito, a responsabilidade, a concentração e o gosto pela aprendizagem. Assim, a utilização dos jogos, da brincadeira, das dinâmicas, do lúdico em si é de extrema importância para as crianças no processo educativo.

## 7. Regime de Fruta Escolar

O Regime de Fruta Escolar resulta de uma iniciativa da União Europeia para promover hábitos saudáveis e uma dieta equilibrada entre crianças, tendo como grande objetivo mudar os hábitos alimentares, para reduzir a obesidade infantil na Europa, no âmbito da estratégia de União Europeia em matéria de nutrição, atividade física e saúde.<sup>30</sup>

Este regime, iniciado no ano letivo de 2009/2010 em Portugal, visa a distribuição de frutas e produtos hortícolas, nos estabelecimentos de ensino público, aos alunos que frequentam o 1º CEB dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas<sup>31</sup>.

A Organização Mundial da Saúde recomenda a ingestão diária de 400 gr de fruta e legumes por pessoa. A maioria dos europeus não consome quantidades suficientes de fruta e legumes, sendo esta deficiência particularmente evidente entre os mais novos. A promoção dos hábitos alimentares saudáveis na escola é um fator determinante para a obtenção de resultados sustentáveis, no longo prazo, na luta contra a obesidade e contra doenças cardíacas, cancro e diabetes<sup>32</sup>.

A implementação do regime em Portugal tem como objetivo principal a promoção de hábitos alimentares saudáveis, através da introdução ou reforço de hábitos alimentares nas crianças de modo a disseminar comportamentos saudáveis na população. Tem como objetivos específicos: reduzir o risco de obesidade infantil e de doenças crónicas associadas à obesidade (saúde pública); reforçar a aquisição de competências nas áreas da educação alimentar e da saúde em contexto escolar (educação); e aproximar as crianças do mundo rural e dar a conhecer a proveniência dos alimentos, com vista à criação e manutenção de hábitos de consumo hortofrutícolas (agricultura) (Estratégia Nacional do Regime de Frutas e Hortícolas nas Escolas, 2016).

Os produtos elegíveis do RFE devem, preferencialmente, obedecer aos regimes públicos de qualidade certificada de produção integrada, de produção biológica, de denominação protegida e indicação geográfica protegida ou integrada.

---

<sup>30</sup> Informação disponível em <http://migre.me/wAoDk>.

<sup>31</sup> Informação disponível em <http://migre.me/wAoDk>.

<sup>32</sup> Informação disponível em <http://migre.me/wAoDk>.

Segundo a Estratégia Nacional do Regime de Frutas e Hortícolas nas Escolas (2016), estes são os critérios de escolha dos produtos: forma de apresentação, qualidade, origem, sazonalidade e impacto ambiental.

Deste modo, os produtos elegíveis definidos são: Maçã, Pera, Clementina, Tangerina, Laranja, Banana, Cereja, Uvas, Ameixa, Pêssego, Cenoura e Tomate.

Este regime está sujeito à aplicação de uma ou mais medidas de acompanhamento que visem promover o consumo de fruta, como:

*a) “Organização de aula de degustação, criação e manutenção de atividades de jardinagem, organização de visitas a explorações agrícolas e atividades similares destinadas a sensibilizar as crianças para a agricultura;*

*b) Medidas destinadas à educação das crianças sobre a agricultura, os hábitos alimentares saudáveis e as questões ambientais relacionadas com a produção, a distribuição e o consumo de frutas e produtos hortícolas;*

*c) Medidas aplicadas a fim de apoiar a distribuição dos produtos e que sejam conformes com os objetivos do regime de distribuição de frutas e produtos hortícolas nas escolas.”*

(Instituto de Financiamento da Agricultura e da Pesca, I.P., 2016/2017).

Assim, o município elege as medidas de acompanhamento a desenvolver, sendo de seguida enviadas para o Instituto de Financiamento de Agricultura e Pesca, I.P, (IFAP) para conferir se as medidas de acompanhamento se enquadram ou não. Depois de aprovadas pelo IFAP, este comunica à Direção-Geral de Educação as medidas validadas para implementação.

Tendo em conta as disponibilidades orçamentais e não sendo possível assegurar uma distribuição diária que cubra todo o ano escolar para o universo de alunos, este projeto devia realizar-se em 2 dias por semana, durante 30 semanas por ano letivo.

Neste seguimento, os municípios interessados em participar no RFE deviam requerer a concessão de ajuda assumindo os seguintes compromissos<sup>33</sup>:

---

<sup>33</sup> Informação disponível no Instituto de Financiamento da Agricultura e da Pesca, I.P., 2016/2017.

- *“Utilizar os produtos financiados pelo do RFE para consumo pelas crianças nos estabelecimentos de ensino para os quais solicitem uma ajuda;*

- *Adequar a gestão dos montantes que lhes são afetos com vista a garantir a disponibilização dos produtos do RFE à população alvo, com a frequência e calendarização definidas;*

- *Reembolsar as ajudas pagas indevidamente quando se verifique que os produtos em causa não são distribuídos às crianças beneficiárias do RFE ou quando a ajuda é paga para produtos não elegíveis a título do RFE;*

- *Pagar, em caso de fraude ou de negligência grave, um montante igual à diferença entre o montante pago inicialmente e o montante a que tenha direito;*

- *Disponibilizar os documentos justificativos às autoridades competentes, quando solicitado;*

- *Sujeitar a qualquer verificação decidida pelas autoridades competentes, nomeadamente no que respeita ao exame de registos e a inspeções materiais;*

- *Manter os registos dos nomes e endereços dos estabelecimentos de ensino, dos produtos e quantidades fornecidos a esses estabelecimentos, bem como dos produtos e quantidades efetivamente consumidos, por aluno;*

- *Ajustar a frequência das entregas e das quantidades a distribuir por alteração da disponibilidade orçamental do Regime de Fruta Escolar;*

- *Comunicar ao IFAP até 31 de julho, o número de alunos dos estabelecimentos de ensino aderentes, inscritos no ano letivo cessante, após fixação da dotação definitiva de ajuda comunitária prevista no n.º 4 do artigo 4.º do Reg. (CE) N.º 288/2009;*

- *Articular com elementos a designar pelos estabelecimentos de ensino, com vista a possibilitar o*

*cumprimento, por estes, do dever de efetiva disponibilização dos produtos”* (Instituto de Financiamento da Agricultura e da Pesca, I.P., 2016/2017)

No âmbito do Regime de Fruta Escolar, são elegíveis os custos dos produtos elegíveis e os custos da aplicação do RFE, relativos às seguintes operações: monitorização e avaliação; comunicação, incluídos os custos do cartaz; e implementação das medidas de acompanhamento<sup>34</sup>.

Para a comprovação de todo o processo do RFE nos vários municípios, tanto na entrega da fruta e hortícolas nas escolas como na realização das medidas de acompanhamento, o IFAP envia, no início do ano letivo, alguns documentos de preenchimento obrigatório por partes dos municípios. Estes documentos têm como nome: Pedido de Ajuda (Anexo 8), Mapa Diário de Consumo (Anexo 9), Registo de Execução de Medidas de Acompanhamento (Anexo 10) e Mapa Recapitulativo (Anexo 11).

Neste sentido, e segundo o IFAP, estes documentos serão reencaminhados através do *e-mail* ou por correio, dividindo-se da seguinte forma:

- “*E-mail - Pedido de Ajuda e Mapa Diário de Consumo;*

---

<sup>34</sup> Os custos elegíveis são pagos até ao limite do montante fixado anualmente por despacho conjunto dos ministros responsáveis pelos setores da agricultura, da educação e da saúde, considerando o número de alunos indicados pelos estabelecimentos de ensino aderentes, inscritos no ano letivo anterior.

O custo elegível dos produtos não excederá o montante médio de 0.16 euros/unidade para duas disponibilizações semanais, tendo por referência a totalidade das quantidades a que respeita cada pedido de pagamento.

Os pedidos de pagamento são apresentados ao IFAP em modelo próprio, de periodicidade trimestral, até ao último dia do 3º mês subsequente ao final dos trimestres letivos anualmente definidos. Deste modo, no ano letivo de 2016/2017, estão definidos da seguinte forma: 1º Período – 19 de dezembro de 2016 a 31 de março de 2017; 2º Período – 5 de abril de 2017 a 31 de julho de 2017; 3º Período – 26 de junho de 2017 a 29 de setembro de 2017.

Juntamente com o pedido de pagamento deve-se anexar os documentos comprovativos das despesas efetuadas, especificando efetivamente entregues e o preço unitário dos produtos, os registos dos nomes e endereços dos estabelecimentos de ensino, dos produtos e quantidades fornecidas a esses estabelecimentos, bem como dos produtos e quantidades efetivamente consumidos, por aluno. Quando aplicável, dos certificados de conformidade relativos aos regimes de qualidade.



- *Correio – Pedido de Ajuda (devidamente assinado e autenticado), Registo de Execução de Medidas de Acompanhamento, Mapa Recapitulativo bem como os respetivos documentos de faturação (faturas, ordens de pagamento, comprovativos de transferência bancárias e recibos) e Relatório de Medidas de Acompanhamento”* (Anexo 12). (Anexo 7, Notas de Campo - Semana de 22 a 24 de maio de 2017)

### 7.1. Regime de Fruta Escolar no Concelho de Soure

Pela iniciativa do Presidente da Câmara Municipal de Soure (CMS), este decidiu realizar uma candidatura ao IFAP, para requerer da Ajuda para Distribuição de Frutas e Produtos Hortícolas, Frutas e Produtos Hortícolas Transformados, Bananas e Produtos Derivados às Crianças nos Estabelecimentos de Ensino, a 28 de julho de 2014.

No ano letivo de 2014/2015, foram aceites 114 municípios de todo o país, incluindo aproximadamente 145 mil alunos, sendo um deles o Concelho de Soure com 555 alunos. Contudo, a CMS alargou a oferta às crianças do Pré-Escolar, no sentido de promover-lhes um lanche saudável.

Deste modo, o Município de Soure enviou uma candidatura para as medidas de acompanhamento a realizar no ano letivo de 2014/2015, onde propunha uma organização de visitas a quintas, mercados e centrais hortofrutícolas; fornecimento de pequeno saco de sementes para a sementeira da criança; e realização ou visualização pelas crianças de vídeos ou filmes alusivos ao programa (Anexo 13).

Para explicar melhor este regime aos encarregados de educação e professores, os Serviços Educativos organizaram um folheto, onde se esclarecia os objetivos do regime e a quem este se dirigia, como podemos ver na Figura 4.



## Município de Soure

### QUERES DAR BONS FRUTOS?

O Regime de Fruta Escolar (RFE) é uma iniciativa de âmbito europeu que pretende reforçar as práticas alimentares mais saudáveis e capacitar as **crianças e famílias** para a adoção de competências que levem a um consumo de fruta em substituição de "lanches" de fraca qualidade alimentar.



Para tal, recorre-se à distribuição gratuita de 1 peça de fruta (ou porção) duas vezes por semana associada a medidas de acompanhamento que contextualizem essa distribuição no âmbito do curriculum escolar, nomeadamente no que concerne à alimentação saudável.

Ainda que este programa seja direcionado exclusivamente *aos alunos do 1.º CEB*, o *Município de Soure foi mais longe... e alargou a oferta às crianças do Pré-Escolar, no sentido de promover um Lanche Saudável!!!*

Assim, com este programa, o Município de Soure pretende, especificamente intervir:

- **Ao nível da Saúde Pública** - melhorar a qualidade nutricional da oferta alimentar em meio escolar contribuindo para reduzir o risco de doenças crónicas associadas à obesidade;
- **Ao nível da Educação** - reforçar a aquisição de competências nas áreas da educação alimentar e da saúde em contexto escolar;
- **Ao nível da Agricultura** - aproximar as crianças do mundo rural e dar a conhecer a proveniência dos alimentos, com vista à criação e manutenção de hábitos de consumo hortofrutícolas.

### COME FRUTA TODOS OS DIAS!!!



**Figura 4** – Panfleto Informativo do RFE para Encarregados de Educação e Professores  
(Ano Letivo 2014/2015)

Para promover, junto dos encarregados de educação, o consumo de frutas e legumes, os Serviços Educativos convidaram a Escola de Hotelaria de Coimbra a desenvolver ações de *showcooking*, direcionadas às crianças e aos respetivos pais e encarregados de educação (Anexo 14). Assim, a ação passou a designar-se “Confeção Criativa e Consumo de Frutas e Legumes”, tendo como objetivo estimular o consumo de fruta e legumes, designadamente em meio escolar, explorando um conjunto de técnicas de transformação e confeção criativa, e sensibilizando para a sua importância em termos de nutrição, diatética, desenvolvimento e saúde infantil. Esta ação teve a duração de duas horas com dinâmicas de *showcooking* participativo. O programa teve uma parte teórica onde se falou sobre a importância do consumo de fruta e legumes, uma parte prática onde se realizou a transformação e confeção criativa de fruta e legumes, passando pelos passos de demonstração, exploração de técnicas e receitas e degustação<sup>35</sup>.

No ano letivo de 2015/2016, o número de municípios aprovados diminuiu para 106, abrangendo aproximadamente 147 mil crianças. Nestes municípios encontrava-se o Concelho de Soure com 553 alunos.

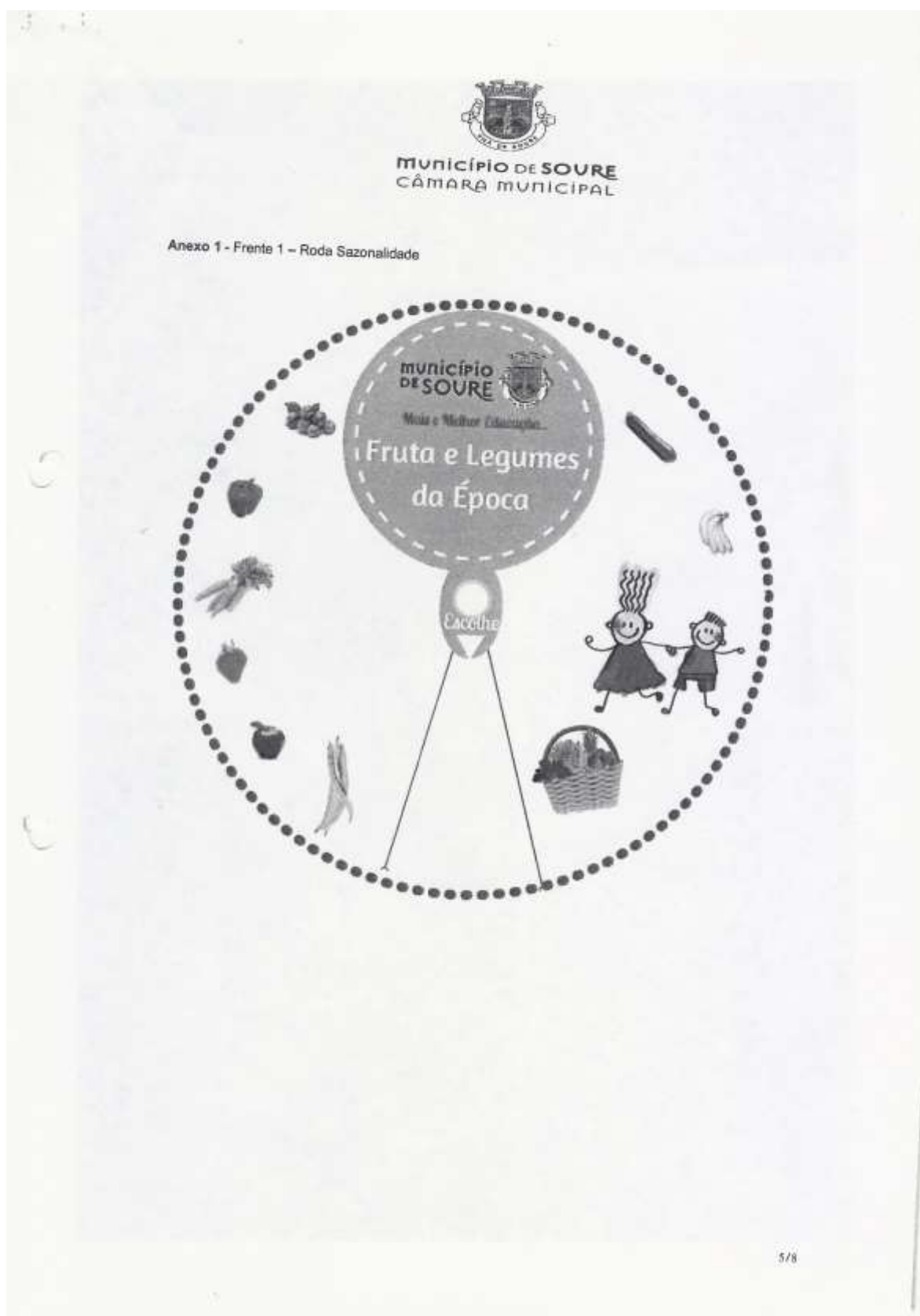
Nesse ano, os Serviços Educativos contaram com a ajuda de uma Estagiária, do curso de dietista, que organizou as atividades propostas para medidas de acompanhamento. Assim sendo, as medidas de acompanhamento apresentadas para esse ano foram:

- Instalações de canteiros nas escolas, para estabelecimento de uma ligação à origem do produto;
- Fornecimento de folhetos a crianças cativando a curiosidade pelo tema;
- Realização de atividades lúdicas: teatros, danças, canções, poemas alusivos ao programa.

Assim, na sequência de uma atividade realizada pela Biblioteca Municipal – “Faz o teu prato um arco-íris”, a dietista propôs oferecer material pedagógico a cada criança em idade pré-escolar e escolar. Esse material correspondeu a uma roda da sazonalidade das frutas e legumes, como se mostra nas imagens seguintes.

---

<sup>35</sup> Para participar nestas sessões de *showcooking*, os encarregados de educação tiveram de preencher uma ficha de participação (Anexo 13).

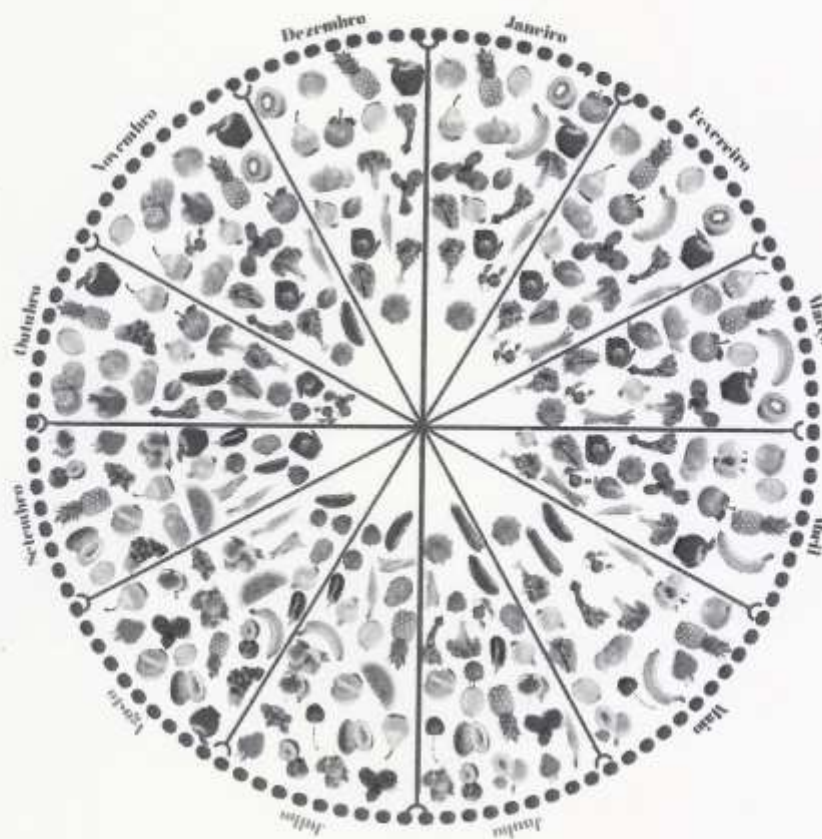


**Figura 5** – Frente 1 da Roda da Sazonalidade das Frutas e Legumes (Ano Letivo 2015/2016)



MUNICÍPIO DE SOURE  
CÂMARA MUNICIPAL

- Frente 2 da Roda da Sazonalidade (em baixo da parte 1 com a abertura)



6/8

**Figura 6** – Frente 2 da Roda da Sazonalidade das Frutas e Legumes (Ano Letivo 2015/2016)



MUNICÍPIO DE SOURE  
CÂMARA MUNICIPAL

-Verso da roda



**Figura 7** – Verso da Roda da Sazonalidade das Frutas e Legumes (Ano Letivo 2015/2016)

Um outro projeto, pensado pela dietista, teve como objetivos: promover hábitos alimentares saudáveis em toda a comunidade; promover o consumo de ervas aromáticas; incentivar ao cultivo de ervas aromáticas; diminuir o consumo de sal; explicar a leitura da rotulagem e detetar o conteúdo de sal dos alimentos.

Com estes objetivos, a dietista propôs um *workshop* para os encarregados de educação, designado “Menos sal, mais ervas aromáticas”, sendo ela a palestrante. Nesta iniciativa pretendia-se alertar os encarregados de educação para a diminuição do consumo de sal, promover a substituição do sal, incentivar ao consumo de ervas aromáticas, leitura de rótulos dos alimentos, interpretar os rótulos e identificar o sal, e ainda informar sobre formas de cozinhar de forma saudável para as crianças.

Para as crianças pensou-se numa oferta de um *kit* Nutriventures ou um vaso de ervas aromáticas, dependendo da faixa etária. Ou seja, para as crianças do 1º CEB ofereceu-se o *kit* Nutriventures, que incluía um saco impermeável que servia de vaso para que as crianças pudessem semear em casa as ervas aromáticas, legumes ou frutos como tomate-cereja, feijão-verde, rúcula e manjerição. Para as crianças da Educação Pré-Escolar ofereceu-se um vaso com ervas aromáticas (manjerição, coentros, alecrim). Estas ofertas tiveram como objetivos: cativar as crianças para a sua colaboração nas hortas pedagógicas; visualizar o nascimento e crescimento da planta; promover em casa a utilização das ervas aromáticas; dar a conhecer as ervas aromáticas, o seu cheiro, cor, forma e sabores; e promover hábitos alimentares saudáveis.

Ainda para as crianças do pré-escolar, a dietista realizou um jogo educativo com o nome “Da Horta ao Prato”. Este jogo educativo abordou o tema da origem dos alimentos, das cadeias e dos circuitos alimentares.

Assim, existia um tapete onde foram apresentados alguns elementos e situações relacionados com a origem dos alimentos: uma horta, um pomar, um campo de cereais; elementos ligados à pecuária, e também, o mar (uma outra fonte de alimentos).

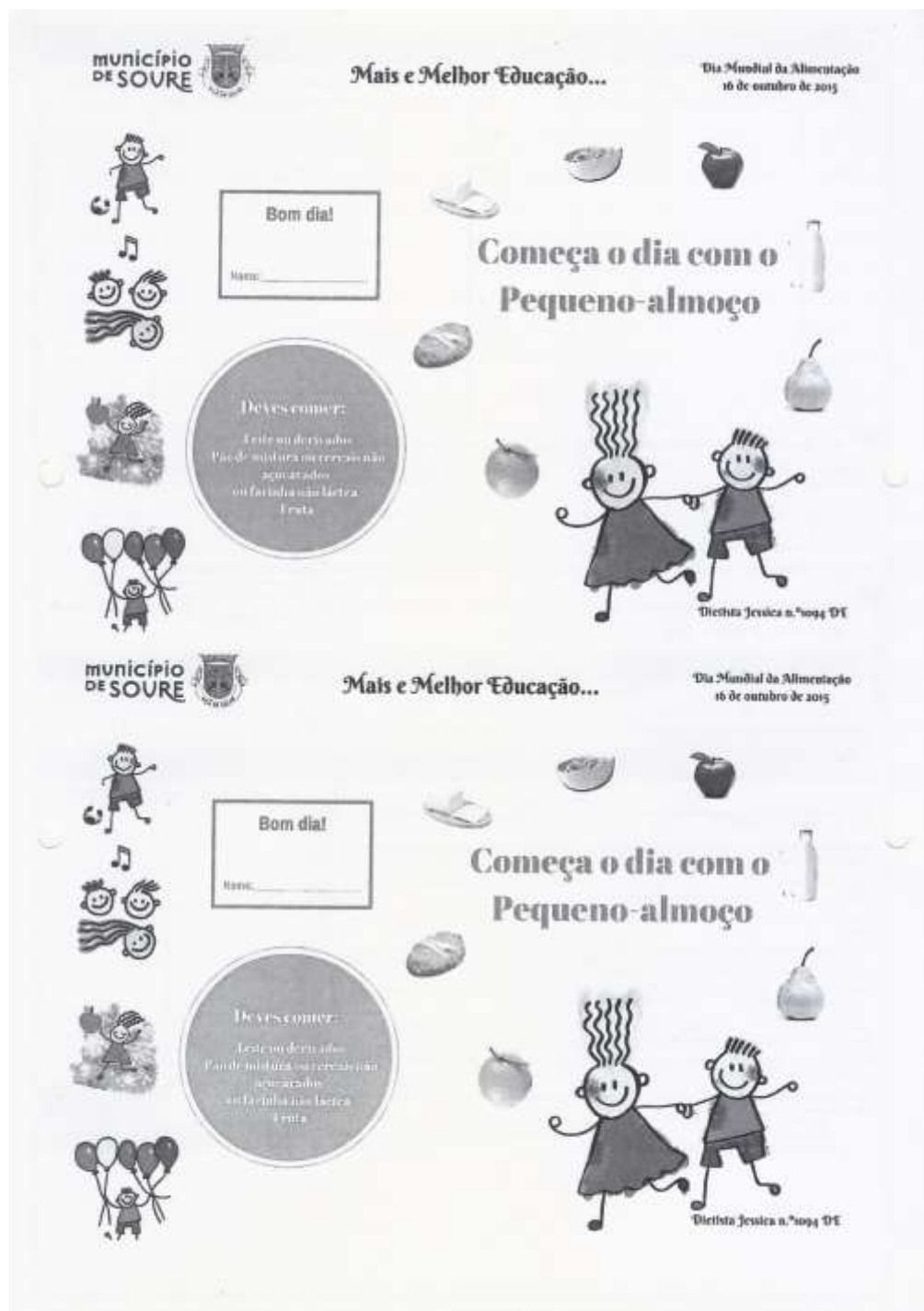
Na imagem do tapete, era possível observar também algumas profissões e personagens que, de algum modo, participavam no processo de produção dos alimentos: havia quem apanhasse a fruta, quem tratasse da horta, quem trabalhasse na indústria alimentar e quem estivesse a comprar o produto final para preparar a refeição.

Para as crianças tratou-se de uma oportunidade de contactarem com uma série de realidades (para muitos desconhecida) que fazem parte da cadeia de produtos alimentares e também de se aperceberem de que existem produtos com circuitos curtos



e outros com circuitos mais longos que implicam recolha de matéria-prima, transporte, transformação, entre outros.

Também, no Dia Mundial da Alimentação, procedeu-se à entrega de panfletos às crianças do 1º CEB e do pré-escolar, como mostra nas imagens abaixo:

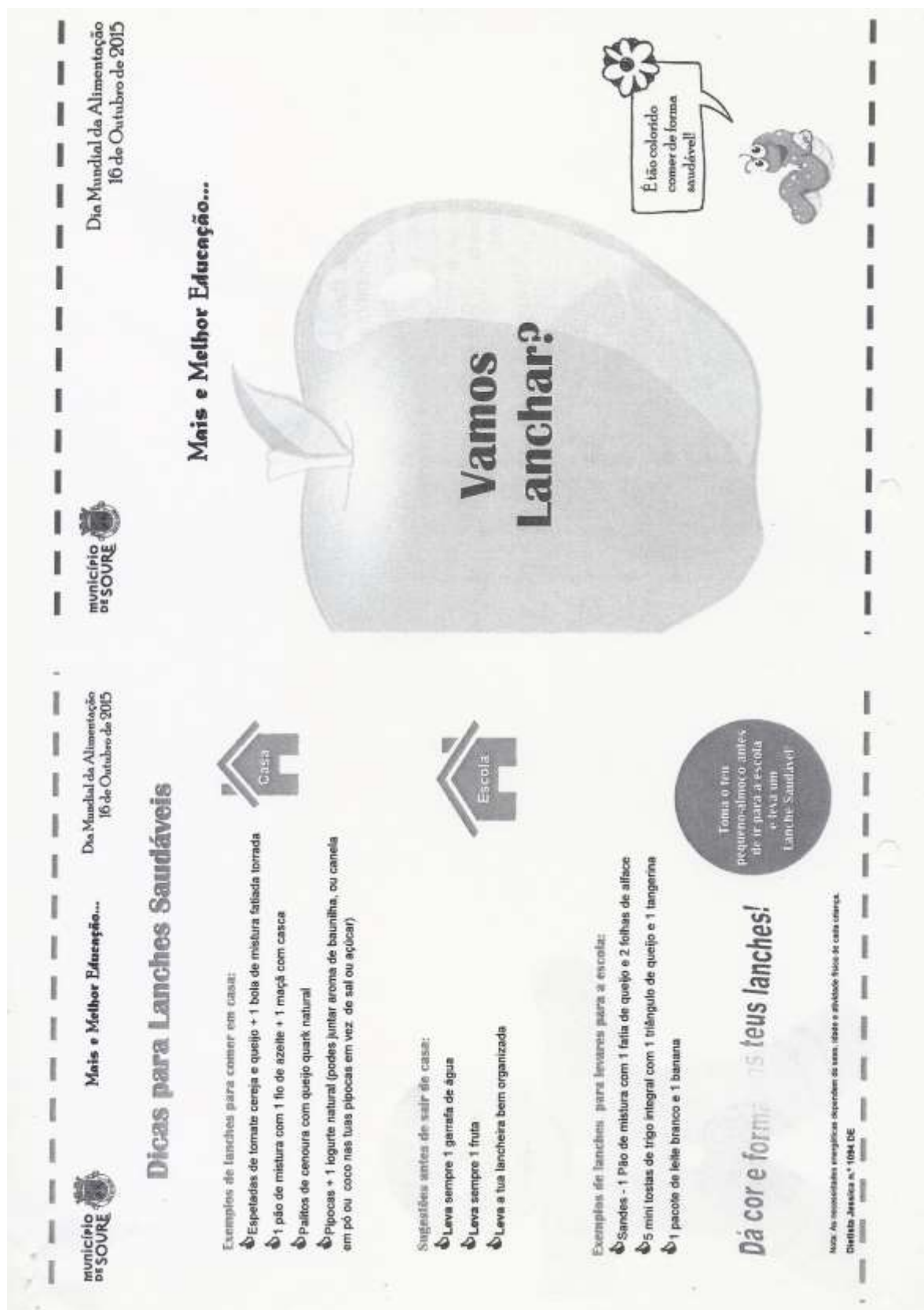


**Figura 8** – Panfleto para Crianças do 1º CEB sobre o Dia da Alimentação  
(Ano Letivo 2015/2016)





**Figura 9** - Panfleto para Crianças do 1º CEB sobre o Dia da Alimentação  
(Ano Letivo 2015/2016)



**Figura 10** – Parte exterior do Panfleto Informativo do RFE para as Crianças do 1º CEB (Ano Letivo 2015/2016)

64

Com este capítulo pretendi discutir qual a importância da Promoção e Educação para a Saúde, principalmente para as crianças. Com esta introdução ao problema procurei entender melhor todo o processo do Regime de Fruta Escolar, sendo que este, sem dúvidas, é um bom promotor de saúde para todas as crianças do nosso país.

O Regime de Fruta Escolar vai de encontro à Promoção e Educação para a Saúde, sendo que quando fui às escolas falar sobre as frutas e a boa alimentação, eu contava ajudar, por exemplo, a resolver o problema da obesidade infantil. Este mesmo regime, com a organização das atividades, vai de encontro ao tema da Educação Não Formal, por este não se integrar no currículo único escolar, mas sim se constituir num processo de aprendizagem estruturado, baseado na identificação de objetivos educativos, com formatos de avaliação efetivos e atividades preparadas e implementadas, mas de forma menos estruturada que na educação formal.

### **Capítulo III – Estágio**

No seguimento do Capítulo II, neste capítulo refiro o que fui realizando ao longo do meu estágio curricular, desde o apoio no processo do Serviço de Apoio à Família, passando pela organização das medidas de acompanhamento do Regime de Fruta Escolar, até às atividades realizadas fora do Regime de Fruta Escolar.

Ainda neste capítulo menciono duas ações de formação às quais assisti, em conjunto com a Coordenadora e a Estagiária profissional dos Serviços Educativos. Por fim apresento as reflexões sobre as aprendizagens desenvolvidas durante o tempo de estágio.

Assim sendo, este capítulo tem como objetivos: dar a conhecer o trabalho desenvolvido no estágio curricular e as aprendizagens que foram desenvolvidas neste.

#### **8. Serviço de Apoio à Família**

Como refiro no Capítulo I, segundo a legislação em vigor<sup>36</sup>, os municípios são responsáveis por assegurar a gestão dos refeitórios dos jardins-de-infância e das escolas do 1º CEB da rede pública, assegurar os transportes escolares, apoiar atividades complementares de ação educativa e ainda participar no apoio à educação extraescolar.

Neste sentido o Serviço Educativo, da Câmara Municipal de Soure (CMS), é responsável pela inscrição nos SAF, tanto do Jardim de Infância (JI) como do 1º CEB, de todo o Concelho de Soure. Neste sentido, a CMS oferece os exemplares das inscrições (Anexos 15 e 16), tendo os encarregados de educação de se deslocar aos Serviços Educativos para poderem inscrever os seus educandos, para que estes possam usufruir:

- JI – Almoço, Prolongamento de Horário, Interrupções das Atividades Letivas e Transporte;
- 1º CEB – Almoço, AEC, Transporte, Auxílios Económicos e Manuais/Fichas Escolares.

---

<sup>36</sup> Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio de 1998; Lei nº 159/99, de 14 de setembro de 1999; Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril de 2008; Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho de 2008; Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro de 2016.

Deste modo, ao iniciar o meu estágio curricular, a Coordenadora pediu que eu a ajudasse na receção dos encarregados de educação. Para as inscrições do ano letivo de 2016/2017, estes deviam-se fazer-se acompanhar dos seguintes documentos:

- II – Fotocópia do Cartão de Cidadão do encarregado de educação, fotocópia do Cartão de Cidadão do educando, declaração do abono de família e o modelo 3 do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares<sup>37</sup>;
- 1º CEB – Fotocópia do Cartão de Cidadão do encarregado de educação, fotocópia do Cartão de Cidadão do educando, declaração do abono de família e o comprovativo do Número Internacional de Conta Bancária (IBAN).

Como refiro nas minhas notas de campo, os manuais escolares, do 1ºCEB,

*“são oferecidos, a todos os alunos pelo Estado, estando disponíveis nas escolas logo na primeira semana de aulas. As fichas dos manuais escolares são financiadas pelo Município, assim sendo, os encarregados de educação compram as fichas escolares em papelarias, principalmente em papelarias do Município, entregam a fatura, com o número de contribuinte do educando, nos Serviços Educativos, e de seguida a CMS, neste caso o Gabinete de Contabilidade, reembolsa o dinheiro, estipulado pelo Ministério de Educação.” (Anexo 7, Notas de Campo - Quinta-Feira, 15 de setembro de 2016)*

---

<sup>37</sup> A declaração de abono de família adequava-se à tarifa de almoço para cada aluno, ou seja, se este apresentasse um escalão 3 pagaria 1,46€ por dia de almoço, se apresentasse o escalão 2 pagaria 0,73€, e se apresentasse o escalão 1 não teria qualquer custo sobre o almoço.

Para o caso do II, o modelo 3 do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ajustava-se ao cálculo de todas as despesas e ganhos do agregado familiar para que se pudesse calcular o valor a pagar, por cada aluno, do prolongamento de horário. O valor a pagar pelo transporte escolar, era calculado pela distância entre a residência do aluno e a escola a frequentar, sendo que para o 1º CEB o transporte escolar é gratuito.

No fim deste processo, os Serviços Educativos tinham a responsabilidade de enviar os dados necessários para o Gabinete de Contabilidade para que estes pudessem fazer as transferências bancárias. Assim, para o Gabinete de Contabilidade seguia uma fotocópia da ficha de inscrição do aluno, as fotocópias dos CC, a fatura das fichas escolares e o comprovativo do IBAN. Contudo, alguns pais optavam por receber a quantia em numerário, e assim sendo, recebiam uma carta em casa a explicar que o montante estaria disponível no Gabinete de Tesouraria, podendo ir levantar assim que possível.

Para organizar toda a informação das inscrições, tanto do 1º CEB como do JI, os Serviços Educativos contavam com a ajuda da *Dropbox*, uma ferramenta *online*, como referi nesta nota de campo:

*“Na pasta do 1º CEB, da Dropbox, existe um documento de Excel, de nome Processo SAF, onde é colocada toda a informação. Este documento está organizado por escolas, sendo elas: Alfarelos, Degracias, Figueiró do Campo, Gesteira, Granja do Ulmeiro, Samuel, Sobral, Soure, Tapéus, Vila Nova de Anços e Vinha da Rainha.”* (Anexo 7, Notas de Campo - Sexta-Feira, 16 de setembro de 2016)

Em cada escola estavam indicados os alunos inscritos onde se reunia as seguintes informações: o nome do aluno e do encarregado de educação, os números de contribuinte de ambos, o escalão de abono, a residência, o contato telefónico do encarregado de educação e o número do IBAN. Era também neste documento que identificávamos os alunos que pretendiam o almoço, o transporte escolar e o pagamento das fichas dos livros escolares, tendo um espaço onde se inseria o total da fatura e o número desta.

Assim, como havia uma pasta do 1º CEB, também existia na *Dropbox* uma pasta para o JI, com o mesmo documento de *Excel*. Contudo para o JI, não era necessário as colunas das fichas escolares e do número do IBAN, mas sim uma coluna para o prolongamento de horário, tendo ainda em atenção que só existiam 10 Jardins de Infância: Alfarelos, Degracias, Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro, Samuel, Sobral, Soure, Tapéus, Vila Nova de Anços e Vinha da Rainha.

Depois de separadas e organizadas as informações sobre os educados e os serviços a adquirir, eram elaborados os ofícios a referenciar os valores a pagar pelos serviços que cada aluno usufruía, sendo assinados pela Vereadora da Educação, e de seguida carimbados com selo branco e enviados por correio para as moradas correspondentes a cada educando e encarregado de educação.

Estas pastas ainda continham um documento, que se enviava no início do ano letivo e, sempre que houvesse modificações, para as escolas e JI, com os alunos inscritos no almoço para que as auxiliares pudessem assinalar quais os alunos que almoçavam nos respetivos dias do mês, chamado de mapa de presenças (Anexo 17). Por fim, continha outros tipos de documentos para a organização dos pagamentos de almoço, transporte e prolongamento de horário (Anexos 18 e 19).



## 9. Regime de Fruta Escolar

Como refiro no Capítulo II, o RFE estava direcionado para o 1º CEB. Contudo o Presidente da CMS quis alargar este regime também às crianças do JI, no sentido de promover um lanche saudável, para que estas pudessem desenvolver a capacidade de controlar fatores determinantes da saúde, no sentido de a melhorar.

Neste sentido, compreende-se a importância do papel da escola, enquanto contexto privilegiado para, desde cedo, e em fases de desenvolvimento tidas como determinantes, se chegar a um grande número de indivíduos, influenciando assim a saúde e a educação das gerações futuras, procurando chegar a alunos, funcionários, famílias e membros da comunidade (Organização Mundial da Saúde, 2000, 2002). Assim, neste Ano Letivo 2016/2017, o RFE, no Concelho de Soure, contou com 681 crianças: 175 do JI e 506 do 1º CEB.

No seguimento do meu estágio curricular, por sugestão da Coordenadora, fiquei responsável pela organização das medidas de acompanhamento do RFE, em conjunto com a Estagiária dos Serviços Educativos. Neste sentido, a Estagiária apresentou-me o programa do RFE e como tudo se processava, explicando que este programa estava sujeito à aplicação de uma ou mais medidas de acompanhamento que visavam promover o consumo de fruta, como explico no Capítulo II.

Assim, começámos a pensar que medidas de acompanhamento poderíamos realizar, uma em cada período letivo, tendo ficado decidido que, no primeiro período iríamos oferecer às crianças, aos encarregados de educação e aos professores um panfleto alusivo ao Dia Mundial da Alimentação (16 de Outubro). No segundo período seria a realização de um jogo educativo “Fruta & Festa” e, no terceiro período, seria a organização de um *workshop* para os pais sobre a alimentação saudável (Anexo 20).

Neste sentido, para o primeiro período começámos a organizar e a criar os panfletos para entregar aos professores, aos alunos, tanto do JI como do 1º CEB, e aos encarregados de educação.

Para os professores realizei um panfleto onde referenciei os objetivos, os destinatários e os produtos elegíveis do RFE, para que estes pudessem conhecer o programa e compreender a importância do consumo da fruta.

# Regime de Fruta Escolar



## Objetivo:

Este regime visa a distribuição de frutas e produtos hortícolas, frutas e produtos hortícolas transformados, bananas e produtos derivados às crianças, nos estabelecimentos de ensino.

Uma das exigências deste regime é que, todos os produtos sejam consumidos pelas crianças **nos estabelecimentos de ensino!**

## Destinatários:

Este regime aplica-se nos estabelecimentos de ensino público aos alunos que frequentam o 1.º Ciclo. Contudo, o Município de Soure decidiu alargar este regime aos alunos que frequentam o Pré-Escolar do Concelho.

## Produtos Elegíveis:

- |               |            |
|---------------|------------|
| ⇒ Maça;       | ⇒ Cereja;  |
| ⇒ Pêra;       | ⇒ Uvas;    |
| ⇒ Clementina; | ⇒ Ameixa;  |
| ⇒ Tangerina;  | ⇒ Pêssego; |
| ⇒ Laranja;    | ⇒ Cenoura; |
| ⇒ Banana;     | ⇒ Tomate.  |

IFAP—Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

**Serviços Educativos**  
Semana de 17 a 21 de Outubro de 2016

**Figura 12** – Panfleto Informativo do RFE para Professores do JI e do 1º CEB  
(Ano Letivo 2016/2017)


Para os alunos do 1º CEB construí um panfleto onde especifiquei doze regras para uma alimentação saudável, tendo sido estas:

- 1) Começa bem o dia com um bom pequeno-almoço
- 2) Come sopa antes do prato principal
- 3) Opta por cereais integrais
- 4) Escolhe lacticínios magros
- 5) Quantidade não é sinónimo de qualidade
- 6) Come, no mínimo, cinco refeições por dia
- 7) Substitui as bebidas gasificadas pela água
- 8) Opta por carnes brancas
- 9) Ingere peixe branco e azul
- 10) Dá preferência aos vegetais e à fruta
- 11) Mastiga lentamente todos os alimentos
- 12) Evita os fritos que são muito ricos em gordura

Também neste panfleto coloquei um coração com várias frutas de variadas cores, para que as crianças percebessem a quantidade de fruta e legumes que podiam ingerir. Incluí também um pequeno jogo de ligações, tendo que as crianças que ligar o nome das frutas à imagem das respetivas.

## Dá preferência aos vegetais e à fruta!

Une os nomes das frutas com as respetivas imagens.

Maçã	
Pêra	
Clementina	
Tangerina	
Laranja	
Banana	
Cereja	
Uvas	
Ameixa	
Pêssego	
Cenoura	
Tomate	

## Regime de Fruta Escolar

DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO  
16 de outubro



Semana de 17 a 21 de Outubro de 2016

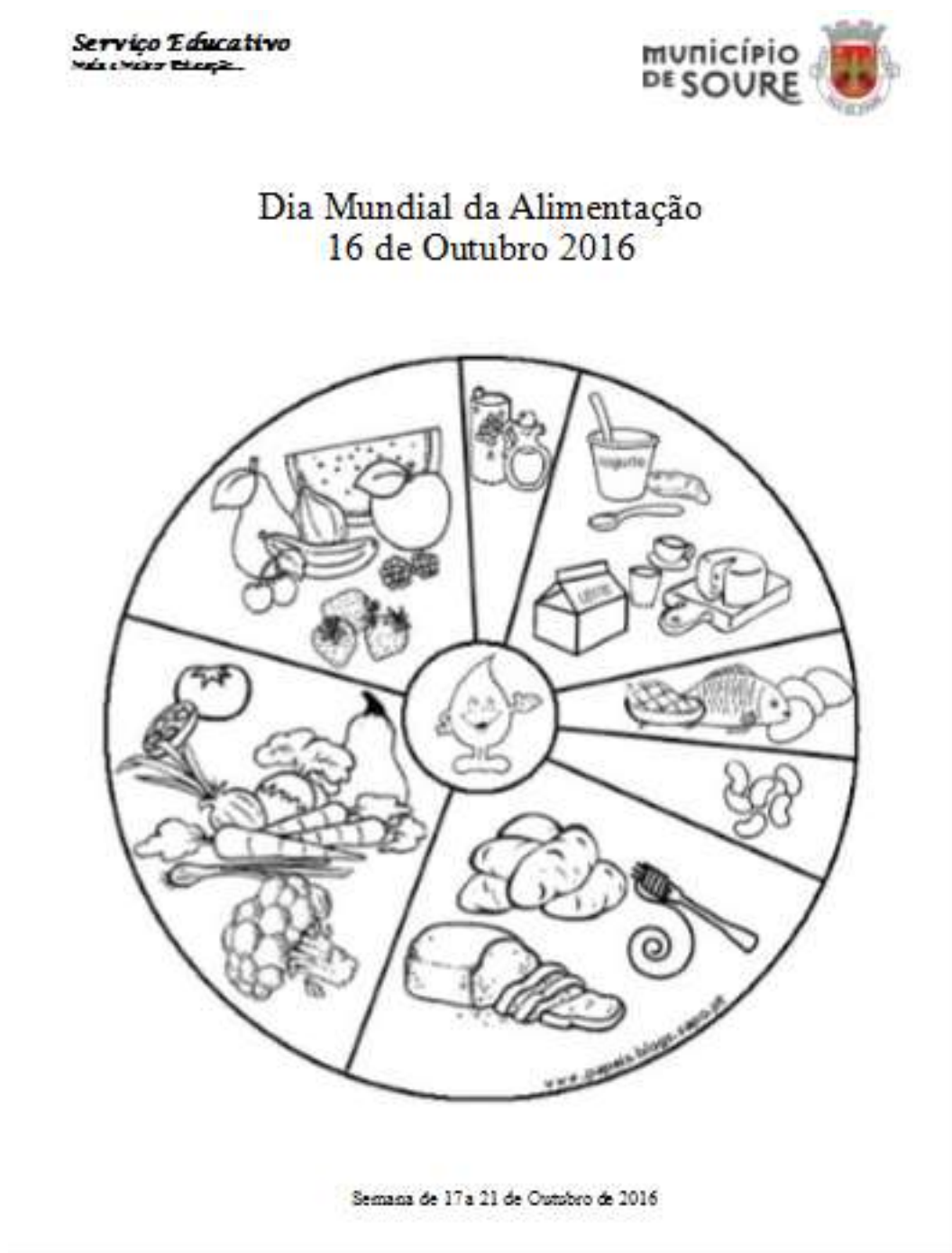
**Figura 13** – Parte exterior do Panfleto do Dia da Alimentação para as crianças do 1º CEB (Ano Letivo 2016/2017)

# 12 Regras para uma Alimentação Saudável



**Figura 14** – Parte interior do Panfleto do Dia da Alimentação para a crianças do 1º CEB  
(Ano Letivo 2016/2017)

Para o JI, como as crianças ainda não sabiam ler, pensei num outro tipo de panfleto. Neste sentido, tentei procurar uma imagem de uma roda dos alimentos para que as crianças pudessem colorir e que isso ajudasse na percepção da roda dos alimentos e que tipo de alimentos deviam ingerir em maior quantidade, como mostro na imagem abaixo.



**Figura 15** – Panfleto do Dia da Alimentação para a crianças do JI  
(Ano Letivo 2016/2017)



Para os encarregados de educação, tanto do JI como para o 1º CEB, como no panfleto dos professores, coloquei alguma informação sobre os objetivos, os destinatários e os produtos elegíveis do RFE para que pudessem conhecer um pouco do regime. Também coloquei algumas sugestões que visavam promover o gosto por uma alimentação saudável e que ajudassem a ensinar os educandos a comer bem, que eram as seguintes:

- ✓ **Seja um exemplo a seguir:** As crianças aprendem por imitação. Se não virem os pais a comer frutas e verduras, dificilmente vão fazê-lo também.
- ✓ **Não se chateie:** As crianças podem recusar alimentos simplesmente porque não os conhecem. Se em alguma ocasião o seu filho não quer provar algo, tente de novo passados uns dias, sem grandes pressões e num ambiente descontraído (o ideal é dar a provar cada alimento novo cerca de 8 a 10 vezes).
- ✓ **Peça ao seu filho que o acompanhe nas compras:** Ir às compras com as crianças fará com que estas se familiarizem com os alimentos.
- ✓ **Não se esqueça da água**
- ✓ **Seja original:** Habitue o seu filho a provar uma grande variedade de alimentos, isso ajudará a criança a seguir uma dieta equilibrada.
- ✓ **Faça com que a criança participe:** Ofereça-lhe diferentes alternativas de nutrição, de modo a que seja o seu filho a escolher o que deseja comer.
- ✓ **Não apresse a criança:** Existem crianças que comem mais devagar que outras. Comer pausadamente é um bom hábito. Planeie os horários das refeições com o tempo suficiente para que o seu filho coma ao seu ritmo, descontraído e desfrutando da experiência.
- ✓ **Nunca force a criança a comer tudo:** Não se deve insistir para que a criança coma tudo o que está no prato. Não encha o prato do seu filho, é preferível que peça mais se ainda estiver com fome.
- ✓ **Estabeleça horários:** Estabelecer horários para as refeições ajudará a criança a adquirir rotinas.
- ✓ **Comam juntos:** Sempre que possível juntem a família à mesa. Comer em família favorece a comunicação entre os seus membros e ajudará a promover uma dieta saudável nos mais pequenos.

No fim do panfleto coloquei ainda uma frase para abrir a mente dos encarregados de educação relativamente à alimentação saudável e à importância para o consumo de frutas, “Ensinar a importância da comida saudável ao seu filho e assegurar-se que ele adquira bons hábitos alimentares que perdurem toda a vida, é uma das melhores heranças que pode ser transmitida”<sup>38</sup>.

Ao realizar estes panfletos pretendi transmitir que a alimentação saudável era essencial para o crescimento, desenvolvimento e manutenção da saúde. Os hábitos alimentares inadequados acarretam problemas de saúde imediatos e também a longo prazo. Neste sentido, o aumento do consumo de frutas e hortaliças deve ser estimulado, inclusive no ambiente escolar, visto que os alimentos são fontes ricas em vitaminas, minerais, fibras e água e apresentam baixa densidade energética (Oliveira, 2008).

---

<sup>38</sup> Informação disponível em <https://goo.gl/bEFINq>



# Regime de Fruta Escolar

Dia Mundial da Alimentação

16 de Outubro de 2016



Semana de 17 a 21 de Outubro de 2016

- **Seja original:** Habitue o seu filho a provar uma grande variedade de alimentos, isso ajudará a criança a seguir uma dieta equilibrada.
- **Faça com que a criança participe:** Ofereça-lhe diferentes alternativas de nutrição, de modo a que seja o seu filho a escolher o que deseja comer.
- **Não apresse a criança:** Existem crianças que comem mais devagar que outras. Comer pausadamente é um bom hábito. Planeie os horários das refeições com o tempo suficiente para que o seu filho coma ao seu ritmo, descontraindo e desfrutando da experiência.
- **Nunca force a criança a comer tudo:** Não se deve insistir para que a criança coma a tudo o que está no prato. Não encha o prato do seu filho, é preferível que peça mais se ainda estiver com fome.
- **Estabeleça horários:** Estabelecer horários para as refeições ajudará a criança a adquirir rotinas.
- **Comam juntos:** Sempre que possível juntem a família à mesa. Comer em família favorece a comunicação entre os seus membros e ajudará a promover uma dieta saudável nos mais pequenos.

*Ensinar a importância da comida saudável ao seu filho  
e assegurar-se de que ele adquira bons hábitos alimentares  
que perdurem toda a vida,  
é uma das melhores heranças que pode ser transmitida.*

**Figura 16** – Parte exterior do Panfleto do Dia da Alimentação para Encarregados de Educação (Ano Letivo 2016/2017)

## Regime de Fruta Escolar

### Objetivo:

Este regime visa a distribuição de frutas e produtos hortícolas, frutas e produtos hortícolas transformados, bananas e produtos derivados às crianças, nos estabelecimentos de ensino.



### Destinatários:

Este regime aplica-se nos estabelecimentos de ensino público aos alunos que frequentam o 1.º Ciclo. Contudo, o Município de Sousel decidiu alargar este regime aos alunos que frequentam o Pré-Escolar do Concelho.

### Produtos Elegíveis:

- |               |            |
|---------------|------------|
| ⇒ Maça;       | ⇒ Cereja;  |
| ⇒ Pera;       | ⇒ Uva;     |
| ⇒ Clementina; | ⇒ Ameixa;  |
| ⇒ Tangerina;  | ⇒ Pêssego; |
| ⇒ Laranja;    | ⇒ Cenoura; |
| ⇒ Banana;     | ⇒ Tomate.  |

Pretende-se que estes produtos sejam consumidos pelas crianças nos estabelecimentos de ensino.

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

## Ensine o seu filho a comer bem!

Algumas sugestões que visam promover o gosto por uma alimentação saudável, que pode consultar em [www.todopapa.com.pt/critica/dieta-entao-infantil/alimentacao-infantil-ensinar-o-meu-filho-a-comer-bem-3035](http://www.todopapa.com.pt/critica/dieta-entao-infantil/alimentacao-infantil-ensinar-o-meu-filho-a-comer-bem-3035)

- **Seja um exemplo a seguir:** As crianças aprendem por imitação. Se não virem os pais a comer frutas e verduras, dificilmente vão fazê-lo também.
- **Não se chateie:** As crianças podem recusar alimentos simplesmente porque não os conhecem. Se em alguma ocasião o seu filho não quer provar algo, tente de novo passados uns dias, sem grandes pressões e num ambiente descontraído (o ideal é dar a provar cada alimento novo cerca de 8 a 10 vezes).
- **Peca ao seu filho que o acompanhe nas compras:** Ir às compras com as crianças fará com que estas se familiarizem com os alimentos.
- **Não se esqueça da água**



**Figura 17** – Parte inferior do Panfleto do Dia da Alimentação para Encarregados de Educação (Ano Letivo 2016/2017)

No segundo período, como medidas de acompanhamento, criei dois jogos educativos, um para o JI, “Peças Saborosas”, e outro para o 1º CEB, “Fruta & Festa”. Ambos os jogos têm como objetivo sensibilizar os mais novos para os benefícios do consumo de fruta de forma didática, através de um jogo de dominó (JI) e um jogo de tabuleiro (1º CEB), como apresento mais à frente no ponto 9.1 e 9.2.

Pensei em jogos educativos porque o ser humano tenta ir ao encontro de inovações, a cada dia que passa. Podemos aperceber-nos o quanto isso contribui para a evolução da humanidade. Assim, nas salas de aula, somos confrontados com as diferenças relacionadas com os níveis sociais, cultura, raça, religião, entre outros. Contudo, a tecnologia, acessível à maioria da população, e um quadro de giz não conseguem atrair a atenção dos alunos. Neste sentido, é necessário diversificar as metodologias de educação, à procura do interesse e do gosto das crianças por aprender. Foi isso que procurei com a criação dos jogos educativos, sendo que estes

*“com finalidades pedagógicas revelam a sua importância, pois promovem situações de ensino-aprendizagem e aumentam a construção do conhecimento, introduzindo atividades lúcidas e prazerosas, desenvolvendo a capacidade de iniciação e ação ativa e motivadora” (Fialho, 2008)*

É também importante que os jogos educativos sejam utilizados como instrumentos de apoio, constituindo elementos úteis no reforço de conteúdos já apreendido. Em contrapartida, esta ferramenta deve ser instrutiva, transformada numa disputa divertida e que consiga, de forma subtil, desenvolver um caminho correto no aluno.

Segundo Fialho,

*“A exploração do aspeto lúdico, pode se tornar uma técnica facilitadora na elaboração de conceitos, no reforço de conteúdos, na sociabilidade entre os alunos, na criatividade e no espírito de competição e cooperação, tornando esse processo transparente, ao ponto que o domínio sobre os objetivos propostos na obra seja assegurado” (Fialho, 2007, p.16)*

Os jogos pedagógicos lúdicos na ENF contribuem para desenvolver nas crianças e nos adolescentes o respeito, a responsabilidade, a concentração e o gosto pela aprendizagem. A utilização dos jogos, da brincadeira, das dinâmicas, do lúdico em si é de extrema importância para as crianças no processo educativo. Este é um método inovador para os educadores para facilitar a educação do conteúdo tornando a aprendizagem das crianças mais agradável e significativas (Faria & Shuvartz, 2011).

Nesta perspectiva, é necessário pensar na faixa etária dos alunos, na diversidade de culturas, na realidade de cada um e no contexto familiar, sendo que, estes jogos educativos ultrapassam o espaço da ENF, pois foram também pensados para que as crianças pudessem passar a mensagem, de que comer fruta é saudável e importante para a saúde, até aos seus encarregados de educação e família.

Assim, com estes jogos educativos, pretendi que a criança, para além de aprender o conteúdo sobre a alimentação saudável, conseguisse desenvolver a autonomia e a criatividade, a enfrentar algum tipo de problema ou constrangimento, a respeitar regras e a se organizar, a respeitar o próximo e a conceber diálogos, a enfrentar desafios, saber ganhar e perder, e ainda mais saber trabalhar em equipa.

No fim de ambos os jogos foi oferecido às crianças um porta-chaves (Anexo 21) em forma de morango e um pequeno panfleto onde se apresentava um quadro com algumas frutas, especificando em que altura do ano essa mesma fruta seria melhor de ingerir. Este panfleto também servia como resumo dos jogos, sendo que expôs algumas conclusões, como por exemplo: o pequeno-almoço dá-nos a força necessária para estarmos ativos durante o dia; a fruta é rica em vitaminas; devemos beber, no mínimo, 5 copos de água por dia; precisamos de comer 3 a 5 peças de fruta por dia, e escolher a fruta da época.

A Brincar A Brincar, hoje aprendi que...

### Fruta da Época

...o pequeno-almoço dá-nos a força necessária para estarmos ativos durante o dia!  
...a fruta é rica em vitaminas!  
...devemos comer legumes todos os dias!  
...só podemos comer gomas e rebuçados em dias de festa!  
...devemos beber, no mínimo, 5 copos de água por dia!  
...precisamos de comer 3 a 5 peças de fruta por dia, e escolher Fruta da Época!

Fruta	Primavera	Verão	Outono	Inverno
Ameixa		✓		
Banana	✓	✓	✓	✓
Cereja	✓	✓		
Laranja	✓		✓	✓
Maçã	✓	✓	✓	✓
Morango	✓	✓		
Pêra		✓	✓	✓
Pêssego		✓	✓	
Uva		✓	✓	

Fonte: Deco Proteste, 2012

PEÇAS SABOROSAS!

**Figura 18** – Panfleto Jogo Educativo “Peças Saborosas” (Ano Letivo 2016/2017)

A Brincar A Brincar, hoje aprendi que...

### Fruta da Época

...o pequeno-almoço dá-nos a força necessária para estarmos ativos durante o dia!  
...a fruta é rica em vitaminas!  
...devemos comer legumes todos os dias!  
...só podemos comer gomas e rebuçados em dias de festa!  
...devemos beber, no mínimo, 5 copos de água por dia!  
...precisamos de comer 3 a 5 peças de fruta por dia, e escolher Fruta da Época!

Fruta	Primavera	Verão	Outono	Inverno
Ameixa		✓		
Banana	✓	✓	✓	✓
Cereja	✓	✓		
Laranja	✓		✓	✓
Maçã	✓	✓	✓	✓
Morango	✓	✓		
Pêra		✓	✓	✓
Pêssego		✓	✓	
Uva		✓	✓	

Fonte: Deco Proteste, 2012

FRUTA & FESTA!

**Figura 19** – Panfleto Jogo Educativo “Fruta & Festa” (Ano Letivo 2016/2017)



No terceiro período, pensámos em organizar um *Workshop* direcionado para os encarregados de educação sobre “Culinária de Alimentação Saudável”, dinamizado pelo grupo “Aromas a Dois” (Anexo 22). Esta iniciativa decorreu no Jardim da Biblioteca Municipal e o objetivo era sensibilizar para os benefícios do consumo de fruta e produtos hortícolas de forma didática. Assim, este *Workshop* permitiu aos encarregados de educação aprender várias formas de confeccionar refeições saudáveis de forma simples e económica com recurso a produtos biológicos e menos processados.

Os “Aromas a Dois”, apresentaram três tipos de receitas, sendo elas: Doce de Limão (Anexo 23), Leites Vegetais (Anexo 24) e Bifinhos de Tofu (Anexo 25). Enquanto estes apresentavam as receitas e falavam sobre alimentação saudável, as crianças estavam com funcionárias da Biblioteca Municipal a fazer espetadas com vários tipos de fruta: melão, ananás, cereja, morangos, entre outros.



**Figura 20** – Fotografia *Workshop* “Culinária de Alimentação Saudável”  
(Ano Letivo 2016/2017)



**Figura 21** - Fotografia *Workshop* “Culinária de Alimentação Saudável”

(Ano Letivo 2016/2017)

Neste sentido, o meu trabalho enquanto Estagiária de educação passou por criar um convite a entregar aos encarregados de educação, para que estes se pudessem inscrever para poder assistir ao *Workshop*, como mostro na imagem abaixo.

**Regime da Fruta Escolar**




*Serviços Educativos*  
*Mais e Melhor Educação...*

Convidamos os Pais/ Encarregados de Educação e Filhos/ Educandos, a participar no **Workshop “Culinária de Alimentação Saudável”**, relativo à confeção de receitas simples, económicas e biológicas, dinamizado pela “Aromas a Dois”, a realizar no dia **20 de maio de 2017**, pelas **15h**, no **Jardim da Biblioteca Municipal**.

A Vereadora,

Nádia Gouveia, Dra.

  
**MUNICÍPIO DE SOURE**

Inscreva-se através do email: [educacao@cm-soure.pt](mailto:educacao@cm-soure.pt), ou pelo telef.: **239501525**, até 15 maio 2017.

**Figura 22** – Convite para o *Workshop* “Culinária de Alimentação Saudável”

(Ano Letivo 2016/2017)

### 9.1. “Peças Saborosas”

Como referi anteriormente, criei um jogo educativo, como medida de acompanhamento do RFE, para as crianças do JI, dando-lhe o nome de “Peças Saborosas” (Anexo 26).

Este jogo educativo consiste na recriação do jogo do dominó, em tamanho grande, com 56 peças (o dominó normal conta com 28 peças), em placas de isolamento (esferovite), tendo em cada metade da peça imagens de variadas frutas. Assim, este jogo tem como principal objetivo sensibilizar as crianças para os benefícios do consumo de fruta de forma didática. De seguida, apresento o plano do jogo “Peças Saborosas”:

#### Plano de Atividade – “Peças Saborosas”

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"><li>- Compreender normas de higiene alimentar (importância de uma alimentação variada, lavar bem os alimentos, desvantagem do consumo excessivo de doces, refrigerantes,...);</li><li>- Estimular as crianças física e intelectualmente, procurando colocá-las numa situação dinâmica;</li><li>- Estimular e motivar a aprendizagem das crianças, proporcionando o desenvolvimento da motricidade, a sociabilidade, a assimilação de regras e limitações espaço temporais e a autonomia;</li><li>- Sensibilizar as crianças para os benefícios do consumo de fruta.</li></ul>
Público-alvo	<p>Alunos do Jardim de Infância do Concelho de Soure:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ 7 de Alfarelos;</li><li>✓ 14 de Degracias;</li><li>✓ 10 de Figueiró do Campo;</li><li>✓ 18 da Granja do Ulmeiro;</li><li>✓ 12 de Samuel;</li><li>✓ 18 de Sobral;</li><li>✓ 45 de Soure;</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 19 de Tapéus;</li> <li>✓ 13 de Vila Nova de Anços;</li> <li>✓ 19 da Vinha da Rainha.</li> </ul>
Duração	1h30 por escola
Local	Jardins-de-Infância do Município de Soure: Alfarelos, Degracias, Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro, Samuel, Sobral, Soure, Tapéus, Vila Nova de Anços e Vinha da Rainha.
Estratégias Pedagógicas	<p>Criação do jogo dominó, em tamanho grande, para poder ser jogado no chão pelas crianças.</p> <p>Para a criação deste jogo será necessário construir 56 peças do dominó com Placas de Isolamento (esferovite), tendo em cada metade da peça imagens de variadas fruta.</p> <p>Assim, as crianças terão de fazer corresponder as imagens relativas às frutas dizendo o nome da fruta, a que árvore pertence e, se souberem, em que época ela é colhida.</p>
Recursos Materiais	<p>Peças do dominó:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 6 Placas de Isolamento (1000x500x20mm)</li> <li>- Tinta de cor preta</li> <li>- Película Adesiva</li> <li>- Impressões a Cores</li> </ul>
Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Professores e auxiliares dos respetivos jardins-de-infância</li> <li>- Estagiária Ana Nobre</li> </ul>

O processo de construção foi o seguinte<sup>39</sup>: comecei por escolher imagens de várias frutas, tendo escolhido na maioria, os produtos elegíveis pelo Instituto de Financiamento de Agricultura e Pesca, I.P (IFAP), (Maça, Pera, Morango, Banana, Ameixa, Ananás, Cenoura, Tomate, Laranja, Uva e Cereja) e recortá-las. De seguida cortei as placas de isolamento com as medidas de 500x500x20mm para que, no fim, tivesse 56 peças. Depois de recortadas, pintei-as com tinta de cor preta, sendo que este processo demorou uma semana. De seguida, fiz um esquema para perceber que imagens poderia juntar, tendo necessidade de repetir algumas delas. Sendo este dominó uma junção de dois dominós normais, e para que estes se interligassem, teria de haver imagens repetidas, assim decidi repetir as seguintes frutas: Maça, Pera e Morango, como exemplifico em baixo.

---

<sup>39</sup> Para poder realizar este jogo, “foi necessário entrar em contacto, via *email*, com a empresa *Leroy Merlin*, para pedir um orçamento para as placas de isolamento que iria precisar para a construção do jogo” (Anexo 7, Notas de Campo - Quarta-Feira, 16 de novembro de 2016). Depois de obter um orçamento, este foi enviado para a Vereadora da Educação, no sentido de ser aceite. De seguida, dirigi-me à loja *Leroy Merlin* para comprar as placas de isolamento para começar a construir o dominó.

- 1- Maçã
- 2- Pera
- 3- Morango
- 4- Banana
- 5- Ameixa
- 6- Ananás
- 7- Cenoura
- 8- Tomate
- 9- Laranja
- 10- Uva
- 11- Cereja

1	1	2	2	3	3	4	4	5	5	6	6	7	7
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

1	2	2	3	3	4	4	5	5	6	6	7
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

1	3	2	4	3	5	4	6	5	7
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

1	4	2	5	3	6	4	7
---	---	---	---	---	---	---	---

1	5	2	6	3	7
---	---	---	---	---	---

1	6	2	7
---	---	---	---

1	7
---	---

1	1	2	2	3	3	8	8	9	9	10	10	11	11
1	2	2	3	3	8	8	9	9	10	10	11		
1	3	2	8	3	9	8	10	9	11				
1	8	2	9	3	10	8	11						
1	9	2	10	3	11								
1	10	2	11										
1	11												

Depois de perceber a linha de montagem do jogo, comecei a colar as imagens das respectivas frutas nas placas de isolamento, colando também uma fita branca, em papel, para dividir a peça do dominó. De seguida, posteriormente a todas as imagens coladas, com película adesiva plastifiquei as 56 peças para que a placa de isolamento não começasse a se desfazer com a mexida das crianças dos 10 JI.

Os JI contaram com os seguintes alunos: 7 em Alfarelos, 14 em Degracias, 10 em Figueiró do Campo, 18 na Granja do Ulmeiro, 12 em Samuel, 18 no Sobral, 45 em Soure, 19 em Tapéus, 13 em Vila Nova de Anços, e por fim 19 em Vinha da Rainha. Como no JI de Soure eram muitas crianças decidi dividi-las pelas turmas existentes, ficando assim um grupo de 12 (Turma A), um grupo de 18 (Turma B), e um outro grupo de 15 (Turma C).

Com esta divisão de escolas e turmas, calculei um período que achei necessário para realizar o jogo “Peças Saborosas”, como referi nesta nota de campo:

- “Dia 1 – *JI das Degracias (2H); JI de Tapéus (2H);*
- *Dia 2 – JI do Sobral (2H); JI da Vinha da Rainha (2H);*
- *Dia 3 – JI de Samuel (1H30); JI de Vila Nova de Anços (2H);*
- *Dia 4 – JI de Alfarelos (1H); JI de Figueiró do Campo (1H); JI da Granja do Ulmeiro (2H);*
- *Dia 5 – JI de Soure – Turma A (1H30); JI de Soure – Turma B (2H);*
- *Dia 6 – JI de Soure – Turma C (2H)”* (Anexo 7, Notas de Campo – Segunda-Feira, 12 de dezembro de 2016)

Por fim, planifiquei a calendarização com os dias que gostaria de ir aos JI realizar o jogo educativo (Anexo 27), tendo este sido aprovado pelo Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure.

Assim sendo, nessa semana e meia, contando os dias, iniciei o jogo educativo “Peças Saborosas” com os alunos dos JI do Concelho de Soure, onde pretendia fomentar a ideia de que o consumo de fruta era importante para a nossa saúde.

Em todos os JI, optei por realizar o jogo educativo da mesma forma, ou seja, com os mesmos processos. Deste modo, quando chegava aos JI, começava primeiro por me apresentar e perguntar se alguma das crianças conhecia o jogo do dominó e se haveria alguém que o quisesse explicar aos colegas. Em todos os JI, houve pelo menos uma criança que sabia e soube explicar o jogo do dominó, com a minha ajuda ou com a ajuda das educadoras.

De seguida, e como refiro nas minhas notas de campo, “pedia às crianças que fossem buscar, cada uma, uma peça de dominó, repetindo este processo mais uma vez, até que cada criança tivesse na mão duas peças de dominó, e assim começávamos o jogo”. (Anexo 7, Notas de Campo – Semana de 16 a 20 de janeiro, e os dias 30 de janeiro e 1 de fevereiro de 2017)

Durante o jogo, fui perguntando às crianças se sabiam que frutas estavam representadas nas peças do dominó, se sabiam de que árvores vinham e se gostavam ou não dessas frutas. Também fui perguntado se gostavam da fruta que a CMS distribuía

todas as semanas e obtive sempre uma resposta positiva pela parte das crianças. Falei também da importância de comer 3 a 5 peças de fruta por dia, e se o faziam ou não. Para concluir, perguntava sempre se as crianças tinham gostado do jogo e em todos os JI, as crianças pediram para repetir ou então perguntavam se podiam ficar com o jogo.

Depois da realização do jogo educativo nos vários JI, a CMS publicou na sua página de *Facebook* a execução deste (Anexo 28).

Apenas no JI da Granja do Ulmeiro e do Sobral foi possível realizar este jogo na rua, onde as crianças pareceram mais animadas e mais interessadas no jogo. Os restantes foram realizados dentro das salas. Tenho de salientar o JI de Samuel em que as crianças, mesmo as de três anos pareciam estar mais motivadas do que nos restantes JI, conseguindo responder sempre a todas as perguntas realizadas.

Posso dizer que em todos os JI contei com o acompanhamento das educadoras, sendo que esta conheciam os seus alunos e ajudaram-me nas situações mais complicadas que ocorreram, como por exemplo, crianças com problemas motores e também com as crianças mais novas, com apenas 3 anos de idade. Este apoio das educadoras facilitou-me o processo de integração e deixou-me mais a vontade para estar e falar com as crianças.



**Figura 23** - Fotografia Jogo Educativo “Peças Saborosas” (Ano Letivo 2016/2017)



**Figura 24** - Fotografia Jogo Educativo “Peças Saborosas” (Ano Letivo 2016/2017)

## 9.2. “Fruta & Festa”

Na mesma medida que criei o jogo educativo para o JI, construí também um jogo para o 1º CEB, “Fruta & Festa” (Anexo 29), como medida de acampamento do RFE, sendo que este seria obrigatório consoante o regulamento do regime, como refiro anteriormente.

Este jogo educativo visa sensibilizar para a importância de uma alimentação saudável, sendo que o objetivo, comum ao JI, passa por sensibilizar os mais novos para os benefícios do consumo de fruta. Neste caso, através da dinamização de um jogo de tabuleiro, onde as crianças, à medida que avançam, vão respondendo a perguntas ou realizando provas relacionadas com fruta, refeições e alimentação saudável.

Neste sentido, comecei por pensar que tipo de jogo poderia ser interessante para as crianças entre os 6 e os 10 anos de idade e lembrei-me de jogos de tabuleiro, como por exemplo o jogo do *Party e Company*, que a maioria das crianças gosta. De seguida,

imaginei um jogo de tabuleiro, desenhado no chão, para que as crianças pudessem andar pelas casas com os pés. Contudo, lembrei-me de que na altura em que se iria fazer o jogo, por volta do mês de fevereiro, ainda pudesse estar a chover e por isso comecei a pensar numa outra maneira de o realizar. Assim, de seguida, apresento o plano jogo “Fruta & Festa”:

#### Plano de Atividade – “Fruta & Festa”

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar alguns alimentos da Roda dos Alimentos em representações figurativas;</li> <li>- Compreender a estrutura da Roda dos Alimentos;</li> <li>- Compreender normas de higiene alimentar (importância de uma alimentação variada, lavar bem os alimentos, desvantagem do consumo excessivo de doces, refrigerantes,...);</li> <li>- Conhecer e aplicar normas de higiene alimentar (identificação dos alimentos indispensáveis a uma vida saudável, importância da água potável, verificação do prazo de validade dos alimentos,...);</li> <li>- Estimular as crianças física e intelectualmente, procurando colocá-las numa situação dinâmica, criando uma articulação com o currículo escolar;</li> <li>- Estimular e motivar a aprendizagem das crianças, proporcionando o desenvolvimento da motricidade, a sociabilidade, a assimilação de regras e limitações espaço temporais e a autonomia;</li> <li>- Promover a imaginação, a ação criativa e o pensamento espontâneo, estabelecendo uma articulação entre as aprendizagens escolares e a atividade física.</li> </ul>
Público-alvo	<p>Alunos do 1º CEB do Concelho de Soure:</p> <p>✓ 34 de Alfarelos;</p>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 23 de Degracias;</li> <li>✓ 26 de Figueiró do Campo;</li> <li>✓ 34 de Gesteira;</li> <li>✓ 85 da Granja do Ulmeiro;</li> <li>✓ 4 de Samuel;</li> <li>✓ 37 de Sobral;</li> <li>✓ 142 de Soure;</li> <li>✓ 14 de Tapéus;</li> <li>✓ 50 de Vila Nova de Anços;</li> <li>✓ 19 da Vinha da Rainha.</li> </ul>
Duração	2 horas por escola
Local	Salas das escolas do 1º CEB, do Município de Soure: Alfarelos, Degracias, Figueiró do Campo, Gesteira, Granja do Ulmeiro, Samuel, Sobral, Soure, Tapéus, Vila Nova de Anços e Vinha da Rainha.
Estratégias Pedagógicas	<p>Criação de um jogo de tabuleiro, em tamanho grande, para poder ser jogado no chão pelas crianças.</p> <p>Para este jogo será necessário a criação de pequenos grupos com várias crianças, sendo que cada grupo deverá estar representado cada ano do 1º ciclo. De seguida, cada grupo, e em grupo, decidem o objeto que pretendem ir buscar às malas/carteiras, para servir de <i>pin</i>, para estes poderem jogar no tabuleiro.</p> <p>Em cada casa do tabuleiro haverá uma prova, que será uma pergunta ou atividade para as crianças responderem ou realizarem, sobre a alimentação, nutrição e roda dos alimentos.</p> <p>Estas provas estarão divididas em três categorias, sendo elas: Mímica (Laranja); Pergunta (Amarelo); e Provas (Azul).</p> <p>Em cada prova, o tempo máximo permitido é de 60 segundos.</p> <p>Cada equipa terá de conseguir realizar pelo menos uma prova bem-sucedida, de cada categoria, e por fim, tentar alcançar a</p>

	meta, para ganhar a partida.
Recursos Materiais	Dados: - 2 Caixas - 1 Spay Preto - Bloco Cartolinas A4 - Película Adesiva  Tabuleiro: - Impressão (2x2m)
Recursos Humanos	- Professores e auxiliares das respetivas escolas - Estagiária Ana Nobre

Durante a minha pesquisa sobre jogos de tabuleiro, encontrei uma imagem do “Jogo de Alimentação Saudável” da Cruz Vermelha Portuguesa. Questionei a Coordenadora se poderíamos construir um tapete grande, com aquela imagem, com mais ou menos 2x2m. Ela respondeu-me para pedir um orçamento para esse material para poder ser aprovado pela Vereadora de Educação.

Informe-me junto da Tipografia de Soure sobre o orçamento que poderiam levar para construir esse tapete. Este foi dirigido à Vereadora, de onde saiu com aprovação para a sua realização. Assim sendo, coloquei mãos à obra e com a ajuda dos colegas do Gabinete de Informática, conseguimos alterar umas coisas simples no tapete e mandámos construí-lo.

Depois, já com o tapete a ser construído, comecei a pensar em perguntas, mímicas e provas possíveis de realizar com crianças do 1ºCEB, sobre a alimentação saudável e, com especial atenção, ao consumo de fruta (Anexo 30). Também para a realização deste jogo foi necessário construir dois dados, em tamanho grande. Por isso, arranjei duas caixas médias e, com *spray* de cor preta, pintei-as, deixando-as secar durante um dia. Em seguida, recortei algumas rodas em cartolinas de várias cores que serviram como pontos nos dados, para que fosse do número 1 ao número 6. Por fim, envolvi-os com película adesiva para que não rasgassem à medida que as crianças os lançavam, como mostro na figura abaixo.



**Figura 25** - Fotografia Tapete e Dados do Jogo Educativo “Fruta & Festa”  
(Ano Letivo 2016/2017)

Para conceber o jogo educativo nas escolas, tive de averiguar quantas crianças existiam por cada escola para poder perceber se conseguia realizar o jogo uma só vez ou se teria de dividir as turmas. Deste modo, percebi que as escolas com mais alunos seriam a da Granja do Ulmeiro e a de Soure, assim sendo, dividi-as consoante as turmas, como refiro nesta nota de campo:

- “Escola da Granja do Ulmeiro: Turma A e D (14+17) com 31 alunos; Turma C com 22 alunos; e Turma B e E (17+16) com 33 alunos;
- Escola de Soure: Turma A e G (22+19) com 41 alunos; Turma B e E (18+23) com 41 alunos; e Turma C, D e F (19+20+20) com 59 alunos.” (Anexo 7, Notas de Campo – Segunda-Feira, 5 de dezembro de 2016)

Neste sentido, como explico no plano do jogo educativo, seria necessário a

criação de pequenos grupos. Contudo, a minha ideia seria criar grupos, em que, em cada grupo, estivesse representado cada ano de escolaridade do 1º CEB, para que todos os alunos, das várias idades pudessem interagir uns com os outros. Desta forma, achei necessário realizar uma distribuição de alunos (Anexo 31) para estipular quantos grupos seriam necessários por cada escola e quantas crianças dariam por cada grupo.

Depois desta organização dos grupos, concluí que necessitaria de sete dias para a realização do jogo educativo “Fruta & Festa”, nas várias escolas do 1ºCEB, ficando da seguinte forma:

- *“Dia 1: Degraças (2H), Tapéus (2H) e Vila Nova de Anços (3H);*
- *Dia 2: Vinha de Rainha (2H) e Samuel (3H);*
- *Dia 3: Gesteira (3H) e Sobral (3H30);*
- *Dia 4: Alfarelos (3H); Granja do Ulmeiro – Turma A e D (2H); Turma C (1H30)*
- *Dia 5: Granja do Ulmeiro - Turma B e E (2H); Figueiró do Campo (2H);*
- *Dia 6: Soure - Turma B e E (3H); Turma C, D e F (3H30);*
- *Dia 7: Soure – Turma A e G (3H)”* (Anexo 7, Notas de Campo - Segunda-Feira, 5 de dezembro de 2016)

Por fim, planifiquei a calendarização com os dias que gostaria de ir às escolas realizar o jogo educativo (Anexo 32), tendo este sido aprovado pelo Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure.

Com tudo organizado e aprovado, comecei a realizar os jogos educativos pelas escolas do 1º CEB, do Município de Soure, o que demorou cerca de duas semanas. Neste sentido, em todas as escolas do 1º CEB, decidi implementar o mesmo método de trabalho, ou seja, quando chegava às escolas apresentava-me, dizendo o meu nome e afirmando que estava ali para dinamizar um jogo educativo com as crianças.

De seguida, pedia que se juntassem por nível de escolaridade para poder perceber quantos alunos existiam de cada ano, para depois formar os grupos para o jogo<sup>40</sup>.

Depois de formar os grupos pedia que em grupo escolhessem um objeto que poderiam ir buscar às mochilas/carteiras, que servisse de *pin* para poderem andar pelas casas do tabuleiro.

Feita a escolha do objeto começávamos o jogo, sendo o primeiro grupo que formei, o primeiro a lançar os dados e a jogar. Consoante as casas que calhavam tinham perguntas, mímica ou provas para responder e realizar. Se acertassem avançavam uma casa, se errassem recuavam uma casa. Quem chegasse em primeiro lugar ao número 40, última casa do tabuleiro, ganhava o jogo. Depois de concluído este processo, e como refiro na seguinte nota de campo,

*“fiz uma pergunta geral para que todos me pudessem responder. A pergunta era sobre quantos grupos é constituído a roda dos alimentos, e como se chamavam esses grupos, dando mais importância ao grupo da água, das verduras e da fruta.”*  
(Anexo 7, Notas de Campo – Semana de 1 a 3 de fevereiro e a Semana de 6 a 10 de fevereiro de 2016)

---

<sup>40</sup> O caso mais difícil que tive na junção de grupo foi na escola da Gesteira, onde um aluno fez “birra” porque não queria ficar com uma colega no mesmo grupo. Neste caso, a professora levou-o para outra sala e tentou acalmá-lo, enquanto eu, na sala, aproveitei que na semana anterior eles tinham recebido uma senhora, nas várias escolas do 1º CEB (como refiro no ponto 10.1 deste capítulo), para falar sobre o tema do *bullying*, e expliquei a todos que o que se tinha passado naquele momento tinha sido *bullying* contra a colega e que não tinha percebido o porquê de eles se terem começado a rir com a situação, e penso que eles perceberam que tinham errado, assim como o aluno em questão. Depois de a professora ter falado com este, o aluno voltou à sala e aceitou fazer parte do grupo com a colega.

Por fim, perguntava quem sabia ler melhor, para que essa criança pudesse ler as sugestões sobre a alimentação que estavam descritas no tabuleiro. Perguntava às crianças se estas comiam a fruta que a Câmara Municipal de Soure levava todas as terças-feiras para eles comerem e se gostavam da fruta.



**Figura 26** – Fotografia Jogo Educativo “Fruta & Festa” (Ano Letivo 2016/2017)





**Figura 27** - Fotografia Jogo Educativo “Fruta & Festa” (Ano Letivo 2016/2017)



**Figura 28** - Fotografia Jogo Educativo “Fruta & Festa” (Ano Letivo 2016/2017)

### 9.3. Jogo Educativo “Fruta & Festa” – Câmara Municipal de Proença a Nova

Depois da realização do jogo educativo, para o 1º CEB, a CMS publicou na sua página do *Facebook* a execução deste (Anexo 33). Neste sentido, os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, em nome da Câmara Municipal de Proença-a-Nova fizeram-nos chegar um pedido, por escrito, para apresentarmos este jogo educativo nos festejos do Dia do Agrupamento desta localidade.

O Dia do Agrupamento realiza-se na Escola Básica e Secundária Pedro da Fonseca, onde se juntam todos os níveis de escolaridade, desde o Pré-Escolar até ao Secundário. Neste dia, o agrupamento oferece às suas crianças vários tipos de jogos para que estas possam aprender, mas ao mesmo tempo, divertir-se e também aprender a trabalhar em equipa.

Assim, a Coordenadora dos Serviços Educativos fez chegar, ao Presidente da CMS, um pedido oficial para que nos pudéssemos deslocar, no dia 6 de junho de 2017, à localidade de Proença-a-Nova para realizar o jogo educativo, sendo que este pedido oficial foi aceite.

Neste sentido, no dia previsto, fui com a Coordenadora até à Escola Básica e Secundária Pedro da Fonseca, em Proença-a-Nova, onde já se encontrava a Coordenadora dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social desta localidade. Ao chegarmos fomos direcionadas para o recinto da escola onde começámos a preparar o jogo para as crianças.

Nesta escola realizei o jogo educativo por duas vezes, como refiro nesta nota de campo:

*“a primeira vez foi com duas turmas, uma do 3º ano e outra do 4º ano, onde estas realizaram o jogo uma contra a outra, e a segunda vez realizei com uma turma que continham o 3º ano e o 4º ano, onde os dividi por anos de escolaridade e jogaram um ano contra o outro. Desta vez, decidi organizar em apenas duas equipas para que se tornasse mais fácil a sua realização.” (Anexo 7, Notas de Campo – Terça-Feira, 6 de junho de 2017)*



De seguida, adotei a mesma estratégia que a realização do jogo nas escolas do Município de Soure, ou seja, comecei por me apresentar, depois por explicar como se iria realizar o jogo e depois começámos a jogar, sendo que, desta vez, levámos os *pins* para que as crianças pudessem andar pelas casas.

Depois da primeira equipa chegar ao fim do tabuleiro, fiz uma pergunta geral para que todos me pudessem responder. A pergunta era a seguinte: por quantos grupos é constituído, a roda dos alimentos? Como se chamam esses grupos? Procurei dar mais importância ao grupo da água, das verduras e da fruta. Por fim, perguntei quem sabia ler melhor e, depois de escolher uma criança, essa foi ler as sugestões sobre a alimentação que estavam descritas no tabuleiro.

Penso que, no fim, todas as crianças gostaram da dinamização do jogo, sendo que algumas vieram felicitar-me e também perguntar quando voltaria lá para realizar o mesmo.



**Figura 29** – Fotografia Jogo Educativo “Fruta & Festa” em Proença-a-Nova  
(Ano Letivo 2016/2017)



**Figura 30** - Fotografia Jogo Educativo “Fruta & Festa” em Proença-a-Nova  
(Ano Letivo 2016/2017)



**Figura 31** - Fotografia Jogo Educativo “Fruta & Festa” em Proença-a-Nova  
(Ano Letivo 2016/2017)

## 10. Outras Atividades

### 10.1. “A Brincar e a Rir o *Bullying* Vamos Prevenir”

Durante o meu estágio curricular desenvolvi outros projetos e ajudei a desenvolver outras atividades. Foi esse o caso das atividades centradas no estágio profissional da Estagiária. Esta propôs a apresentação do jogo didático “A Brincar e a Rir o *Bullying* Vamos Prevenir”, nas várias escolas do 1º CEB do Concelho de Soure.

Neste sentido, a dinamizadora do jogo veio, durante uma semana, apresentar o jogo às várias escolas, mostrando como se jogava aos alunos e aos professores. Desta forma, a CMS ofereceu um jogo a cada escola de 1º CEB para que as crianças pudessem jogar sempre que quisessem.

Este jogo didático é o primeiro existente em Portugal direcionado para a prevenção primária do *Bullying*, tendo como destinatários as crianças do 1º e 2º CEB, mas também pais, professores, educadores sociais, psicólogos, assistentes sociais, animadores socioculturais, entre outros técnicos e instituições preocupadas em trabalhar junto dos mais novos esta polémica.

Este é um jogo de tabuleiro (Anexo 34), composto por 40 casas, que as crianças têm de percorrer até chegarem ao chamado Parque de Prevenção do *Bullying* Escolar. Para tal criaram-se diversas regras que devem ser lidas antes de se iniciar o percurso e respeitadas ao longo do mesmo.

No total, o jogo é composto por 52 cartões, 30 com perguntas alusivas à temática do *Bullying*, 8 com mensagens que incluem palavras e desenhos alusivos à problemática e 14 com as denominadas “pegadas verdes da prevenção”. Estas questões encontram-se organizadas no tabuleiro em três grupos: o grupo colorido, o grupo dos bilhetinhos-mensagens e o grupo das pegadas verdes da prevenção. Existem ainda as chaves douradas que são as únicas que permitem no final entrar no Parque da Prevenção.

Salienta-se ainda que nas questões criadas se tentou utilizar palavras utilizadas pelas crianças. Neste sentido, pediu-se a colaboração das mesmas.

Assim sendo, o meu papel neste projeto da Estagiária, foi ajudá-la na calendarização para a apresentação do jogo nas várias escolas e a realização de um cartaz publicitário para colocar nas escolas e nas redes sociais do Município de Soure.





**Figura 32** - Cartaz Publicitário do Jogo Didático “A Brinca e a Rir o *Bullying* Vamos Prevenir” (Ano Letivo 2016/2017)

## 10.2. *Peddy Paper* “À Descoberta de Soure”

No início de cada ano letivo, os Serviços Educativos têm de propor as atividades que pretendem realizar durante esse ano letivo, para que essas iniciativas sejam aceites em reunião de câmara. Neste sentido, no início do meu estágio curricular, a Coordenadora questionou-me se teria alguma proposta para apresentar, sendo que depois em conversa decidimos propor um *Peddy Paper*, tendo este sido aprovado.

Em março, depois da realização dos jogos educativos do RFE, por sugestão da Coordenadora, comecei a organizar o *Peddy Paper*, pensando primeiro nos objetivos, em como iria fazer a sua organização e quais os participantes que iriam ser abrangidos.

Desta forma, defini primeiro para quem queria que fosse dirigido, tendo escolhido as crianças do pré-escolar e do 1º CEB, e os seus encarregados de educação ou família próxima. Os objetivos do jogo foram os seguintes:

- Promover o conhecimento dinâmico dos principais locais e símbolos da Vila de Soure;
- Incentivar momentos de interação entre encarregados de educação e educandos;
- Desenvolver a capacidade de observação;
- Promover a curiosidade de saber;
- Adquirir novos conhecimentos;
- Dar a conhecer e valorizar património local;
- Proporcionar oportunidades educativas relacionadas com o conhecimento do mundo no âmbito dos aspetos físicos e culturais;
- Fomentar a imaginação e a criatividade.

Neste sentido, numa reunião na qual a Coordenadora assistiu, esta ficou a saber que a Biblioteca Municipal, todos os anos, realiza uma caça ao tesouro pela Vila de Soure, direcionada para pessoas que não habitam na Vila e que queiram conhecer a sua história. Assim, pensámos que seria pertinente para o nosso *Peddy Paper* a ajuda da Biblioteca, sendo que esta instituição tem pessoas que sabem e que nos poderiam ajudar com a história da Vila de Soure e sobre os seus pontos históricos.

Desta forma, marcámos uma reunião com a Coordenadora da Biblioteca, e com algumas funcionárias, tendo estas disponibilizado informação sobre os vários pontos da

Vila que eu pretendia explorar. Mostraram-se sempre ao dispor para me ajudar sempre que fosse necessário. Nesta reunião ainda ficou decidido que eu pensaria na formação dos grupos, no percurso que desejava que realizassem e também no regulamento para o *Peddy Paper*. As colaboradoras da Biblioteca deram a sua opinião para melhorar a atividade.

Como estas se disponibilizaram a ajudar, a Coordenadora dos Serviços Educativos ficou de falar com a Vereadora da Educação para saber se esta autorizava a articulação dos Serviços Educativos com a Biblioteca Municipal para a realização do *Peddy Paper* no dia 28 de abril de 2017.

A resposta da Vereadora foi positiva/negativa, sendo que aceitou o trabalho em equipa das duas instituições, mas não concordou com o dia escolhido, dizendo que em abril o tempo poderia não estar ainda estável e poderia chover. Assim sendo, mudámos a data para dia 17 de junho de 2017.

Como o meu estágio curricular acabava no fim de maio, tive de preparar a organização do *Peddy Paper* até essa altura, para que pudesse ficar tudo planificado para o dia 17 de junho. Neste sentido, continuei na preparação deste, como refiro numa nota de campo:

*“Compus as perguntas, o percurso e o regulamento, sendo que saí do gabinete para poder realizar o percurso e ver o que poderia perguntar, para compreender que percurso seria melhor realizar e também para perceber quanto tempo seria necessário para realizar o percurso completo” (Anexo 7, Notas de Campo - Semana de 10 a 12 de abril de 2017)*

Depois da organização desta atividade reuni com a Coordenadora da Biblioteca, para lhe mostrar o regulamento (Anexo 35), a carta de prova, ou seja, as perguntas (Anexo 36), as soluções da carta de prova (Anexo 37) e explicar-lhe o percurso (Anexo 38) que gostaria de realizar, sendo que este começaria no Parque da Várzea e acabaria em frente à Câmara Municipal de Soure, passando pelos pontos-chave seguintes: Rádio Popular de Soure, Castelo de Soure, Igreja Nossa Senhora de Finisterra, Biblioteca Municipal, Igreja Matriz de S. Tiago, Igreja da Misericórdia, Tribunal Comarca e Bombeiros Voluntários.

No regulamento decidi colocar um objetivo geral deste *Peddy Paper*. Este consiste num jogo onde se procura reconhecer e valorizar o património histórico da Vila de Soure e desenvolver a capacidade de resolução de enigmas, bem como a destreza e rapidez de raciocínio. Pretende ainda fomentar o convívio entre encarregados de educação e alunos e desenvolver o espírito de equipa.

No mesmo regulamento encontra-se a indicação dos destinatários deste *Peddy Paper*, tendo escolhido, como disse anteriormente, as crianças do pré-escolar e do 1º CEB e os seus encarregados de educação ou familiares próximos. As equipas contariam entre dois a seis elementos, tendo estes que se inscrever através do *e-mail* que criamos para esta ocasião ou por contacto telefónico, neste caso, para a Biblioteca.

Ainda neste regulamento, indiquei algumas regras necessárias para a realização do *Peddy Paper*, as pontuações e penalizações, a classificação final e ainda os prémios oferecidos aos participantes, sendo que cada participante iria receber um certificado de participação (Anexo 39).

Na sequência da reunião, a Coordenadora da Biblioteca sugeriu que alterasse alguns aspetos, um deles os participantes e poderia abranger diferentes faixas etárias, dando possibilidade a qualquer família de Soure de participar. Também propôs pequenas alterações nas perguntas e nos textos nos quais eu tinha pensado.

Na última semana do meu estágio curricular, eu e a Coordenadora reunimo-nos novamente com a Coordenadora da Biblioteca para podermos acertar os últimos detalhes. Eu fiquei responsável pela realização do certificado de participação e pelo cartaz publicitário (Anexo 40) e a Coordenadora da Biblioteca, em conjunto com a outra Coordenadora, ficaram responsáveis pelos prémios.

Em relação aos prémios, nada estava decidido e por isso dei uma ideia, que me pareceu uma ideia interessante, pelo menos para as crianças. A equipa vencedora poderia ir visitar, num outro dia, por exemplo, as instalações dos Bombeiros Voluntários de Soure, as instalações da Rádio Popular de Soure ou outro sítio onde as crianças pudessem aprender algo de novo sobre os locais que tinham percorrido no *Peddy Paper*. Contudo, esta minha ideia não foi bem aceite pela Coordenadora da Biblioteca, tendo esta dito que seria complicado organizar isso e que talvez não fosse interessante para as famílias. Assim, deu a sugestão de oferecer um livro sobre os pontos históricos da Vila de Soure, que a CMS possui e também um Pão-de-Ló, típico da Vila.

Ainda ficou decidido nesta reunião que, para todos os participantes, iria ser distribuído uma mochila, um boné e uma garrafa de água para o percurso.

Chegado o dia da realização do *Peddy Paper*, a Coordenadora da Biblioteca não conseguiu estar presente, tendo enviado uma colega para nos ajudar. Assim, encontramos-nos como previsto às 14h30 no Parque da Várzea, o ponto de partida do percurso. Contudo, esta atividade não se realizou, como explico nesta nota de campo:

*“Esperámos até as 15h, sendo que o Peddy Paper estava marcado para as 14h30; contudo ninguém apareceu para a sua realização. Penso que houve vários fatores para que isso tenha acontecido, como, por exemplo, as altas temperaturas neste dia e nesta hora, as férias de algumas crianças e os exames de outras, o dia de abertura das piscinas municipais do Concelho (sendo a entrada, no primeiro dia, gratuita), entre outros fatores.”* (Anexo 7, Notas de Campo – Sábado, 17 de junho de 2017)



## 11. Ações de Formações

Para além da realização do trabalho como estagiária nos Serviços Educativos, foi-me proposto pela Coordenadora, assistir a duas ações de formação, gratuitas para funcionários da Câmara Municipal de Soure.

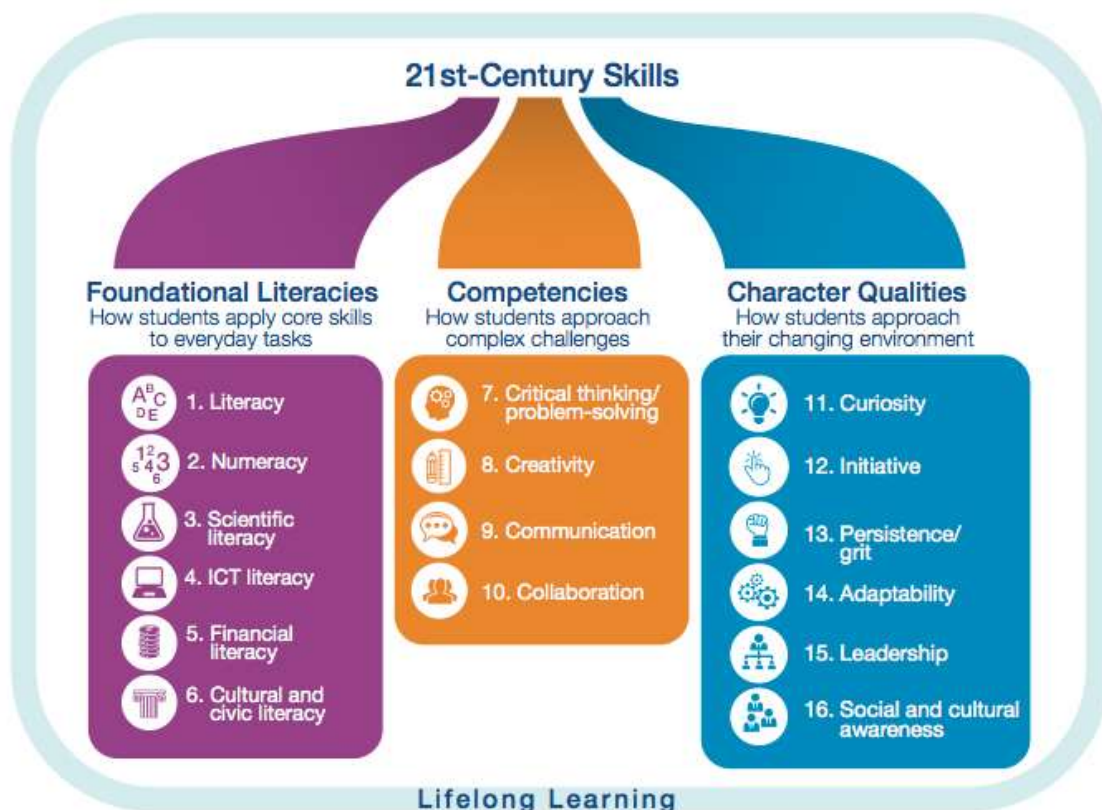
A primeira ação de formação intitulou-se “Colóquio para professores – Empreendedorismo e Criatividade na Região de Coimbra” (Anexo 41). Este foi realizado no dia 4 de novembro de 2016 (sábado) e contou com vários oradores, sendo que as temáticas abrangiam uma escola criativa, o empreendedorismo e a criatividade em sala de aula.

Neste sentido, um dos oradores trouxe-nos o tema das escolas de hoje/empreendedores de amanhã, tendo como objetivos focar as escolas de hoje, as competências de amanhã, os empreendedores e empreender em 8 pontos.

Nas escolas de hoje, o orador colocou em questão porque é que neste mundo, que necessita tanto de pessoas diferentes, mas complementares, os sistemas educativos insistem em “construir” industrialmente a uniformidade. Também refletiu sobre o facto de os sistemas educativos insistirem em formar os alunos para estes serem ouvintes, em vez de concretizadores, seguidores, em vez de líderes, conservadores, em vez de inovadores, imitadores, em vez de criadores, analistas, em vez de projetistas, dependentes, em vez de autónomos.

A escola dos nossos dias surgiu no século XVIII, para responder às necessidades de massificação da educação sugeridas com a Revolução Industrial, sendo estabelecidas, por isso, como reproduções das linhas de montagem industriais. Assim, adotaram filas de carteiras, disciplinas artificialmente separadas, aprendizagens fora de contexto, instruções de ouvir e responder, isolamento e competição escolar e ainda currículo nacional rígido. As novas formas de socialização proporcionadas pelas artes (*Internet* e telemóveis) geraram uma multidão de novas oportunidades para a educação.

O orador afirmou que as nossas escolas continuam na era industrial. Contudo, várias instituições têm vindo a estudar as competências essenciais para o século XXI, sendo este um estudo de *World Economic Forum*:



**Figura 33** - O aluno exige 16 habilidades para o Século XXI. Apresentação em *Power Point* no Colóquio para Professores – Empreendedorismo e Criatividade na Região de Coimbra

Estas deveriam ser as literacias, competências e qualidades que deveriam ser ensinadas na escola. Contudo, na escola do século XXI, são apenas ensinados os primeiros 4 pontos, ou seja, a literacia, a numeração, a ciência e a tecnologia.

De seguida, relacionou este tema com o empreendedorismo e questionou o que é um empreendedor, dando uma resposta de alguém que é capaz de encarar um problema, oportunidade ou ameaça como um desafio, transformá-lo numa visão de sucesso e lutar para que esse sucesso aconteça.

Referiu também que o modelo da escola dos nossos dias não foi feito para criar empreendedores, mas sim feito para criar funcionários. O empreendedorismo nas escolas acontece, mas não graças ao modelo da escola. Apesar dele, acontece porque há professores empreendedores que são capazes de contrariar a rigidez do modelo.

Segundo o orador, as características de um empreendedor são: iniciativa, autonomia, autoconfiança, otimismo, necessidade de realização; perseverança e

tenacidade para vencer obstáculos, saber fixar metas e alcançá-las; acreditar no que faz; lutar contra padrões conservadores e diferenciar-se; não ter medo de fracassar e considerar o fracasso como fonte de aprendizagem; ser orientado para resultados, para o futuro, para longo prazo; ter um desejo permanente de aprender; procurar conhecer o meio onde atua e ganhar intuição para aí atuar; cultivar a imaginação, mas traduzir as suas visões em ações; e construir redes de relacionamentos, que cultiva com espontaneidade.

O orador resumiu o empreendedorismo em oito pontos, que são: o princípio da imaginação; princípio da incerteza; princípio da diferenciação; princípio da dificuldade, princípio da colaboração sustentável; princípio da empatia; princípio do exemplo; e o princípio da paixão.

Perante a incapacidade dos decisores políticos para fazerem evoluir o sistema, restam dois atores-chave para a renovação: os professores e os alunos. À primeira vista, a tarefa afigura-se difícil ou intransponível. No entanto, para quem tiver espírito empreendedor, mudar o sistema é um desafio fascinante.

A segunda ação de formação, que ocorreu no dia 24 de novembro de 2016 (quinta-feira), teve como tema “Curso Práticas Comportamentais Positivas: Gestão de Tempo, do Stress e Conflitos”, tendo como objetivos focar a comunicação eficaz e assertividade, a inteligência emocional, a gestão eficaz do tempo, a gestão do stress e a gestão de conflitos (Anexo 42).

Neste sentido, o orador começou por falar sobre as mudanças sociais, ou seja, aquelas relacionadas com a emancipação da mulher (dia da mulher; direito à igualdade entre homem e mulher), condições de vida e salubridade (dando importância ao facto de querermos sempre mais), avanços na medicina e indústria farmacêutica, aumento da escolaridade, aumento da esperança média de vida, fragilidade em idosos, declínio cognitivo (doença mental) e isolamento social.

De seguida, focou-se apenas no termo “trabalho”, dizendo que este termo tem origem no latim “Tripalium” e que significa algo bem desagradável. Na cultura latina, portanto, o trabalho, junto com vários outros fatores sociais, tornou-se sinal de desgraça, pois trabalhar não era uma atividade nobre.

O orador defendeu que cada trabalhador deveria fazer uma lista de tarefas, definindo assim se o seu foco é no trabalho (trabalhar por trabalhar) ou num objetivo (trabalhar para obter o objetivo). Não deveremos fazer nada para agradar aos outros

apenas por satisfação; por isso, defendeu que primeiro devemos procurar para cada um e depois para os outros objetivos para o trabalho que realizamos.

Sobre o tempo, o orador disse que não devemos dizer que não temos tempo, sendo que, cada um de nós, tem exatamente a mesma quantidade de horas em cada dia que Louis Pasteur, Michelangelo, Da Vinci e Einstein tiveram. Ainda disse que existem 4 conceitos sobre o tempo, que são: as tarefas (determinadas por outros); compromissos (determinadas por nós); tempo útil; e aspetos que esquecemos.

Cada pessoa tem a sua percepção relativamente aos acontecimentos da vida, sendo que a percepção é a maneira como cada um de nós interpreta determinada situação e, a partir disso, se relaciona com o grupo e com o mundo. Esta percepção constrói-se enquanto criança, sendo que os fatores que a influenciam são: experiências vividas, assimilação, projeção, sentimento interior, expectativa, influência do grupo e carisma.

O que é a inteligência emocional? O orador referiu-se à eficácia como qual as pessoas percebem e compreendem as suas emoções e as emoções dos outros, sendo capazes de administrar o seu comportamento. E o que são as emoções? Todas as emoções são, na sua essência, impulsos legados pela evolução, para a ação imediata, para planos instantâneos que visam lidar com a vida.

Os fatores que contribuem para a inteligência emocional são: autoconhecimento, auto percepção, autoconfiança, autogestão, auto-motivação, empatia e habilidades sociais. A inteligência emocional é uma ferramenta indispensável para uma liderança eficaz para o trabalho de equipa. Já as funções das emoções são a sobrevivência, a tomada de decisão, o ajuste de limites, a comunicação e a união. As emoções que se têm no trabalho determinam o desempenho, as relações interpessoais e a motivação.

Na minha opinião, a primeira ação de formação, veio ao encontro de algumas problemáticas que nós, técnicos de educação, nos debatemos diariamente, como por exemplo, o facto de os sistemas educativos insistirem em construir a uniformidade, fazendo com que as crianças sejam ouvintes, seguidores, conservadores, imitadores, analistas e dependentes, em vez de serem concretizadores, líderes, inovadores, criadores, projetistas e autónomos.

O que foi referido neste colóquio ajudou-me a pensar sobre algumas questões relacionadas com estas problemáticas e, também, me influenciou nas decisões que tomei enquanto estagiária dos Serviços Educativos, principalmente na planificação das

atividades. Ou seja, as nossas escolas desenvolvem práticas que permitem que estas instituições se pareçam com linhas de montagem industriais, com as filas de carteiras, as disciplinas artificialmente separadas, as aprendizagens descontextualizadas e as instruções que envolvem ouvir e reproduzir saberes e capacidades. Neste sentido, eu tentei que, nas atividades planejadas e desenvolvidas nos Serviços Educativos, as crianças desenvolvessem a iniciativa, a autonomia, a autoconfiança, o otimismo, necessidade de realização e o desejo de aprender.

Assim sendo, alguns dos objetivos dessas atividades passaram por: estimular a criança física e intelectualmente, procurando colocá-la numa situação dinâmica; estimular e motivar a aprendizagem da criança, proporcionando o desenvolvimento da motricidade, a sociabilidade, a assimilação de regras e limitações espaço temporais e a autonomia; e promover a imaginação, a ação criativa e o pensamento espontâneo.

## 12. Reflexões sobre as aprendizagens desenvolvidas

Refletindo sobre os projetos, tarefas e momentos de aprendizagem que desenvolvi e vivenciei enquanto Estagiária dos Serviços Educativos, creio que houve algumas que foram contínuas e outras pontuais.

As contínuas, ou seja aquelas realizadas com maior frequência, foram sobretudo o desenvolvimento do processo Serviço de Apoio à Família (SAF), sendo que a qualquer momento poderíamos ter uma nova inscrição ou dar apoio aos encarregados de educação, às escolas e às professoras. Apesar de em cada período termos realizado um projeto diferente como medida de acompanhamento, o RFE é um regime contínuo em que temos de alertar as crianças para uma alimentação saudável, fazendo a distribuição da fruta, todas as semanas, pelos vários JI e escolas do Concelho.

As pontuais referem-se aos projetos que envolveram o jogo educativo “Fruta & Festa” em Proença-a-Nova, o jogo didático sobre o tema do *Bullying* e o *Peddy Paper* “À Descoberta de Soure”, assim como as ações de formação às quais assisti.

Com todas estas atividades, projetos e ações de formação posso dizer que estas potenciaram o meu crescimento aos níveis pessoal e profissional, tendo sido este estágio o meu primeiro contacto com uma realidade de trabalho.

Refletindo sobre o estágio curricular nos Serviços Educativos, este foi, para mim, um percurso de novas experiências e aprendizagens; houve dúvidas ou dificuldades, talvez pelo medo que eu sentia de que algo corresse mal ou menos bem.

Sendo este o meu primeiro contacto com a realidade do trabalho, senti-me muitas vezes posta à prova em tarefas que achava não ter competências para realizar. Mas, com o apoio da Coordenadora e da Estagiária, consegui ultrapassar os meus receios e ganhar confiança para crescer enquanto profissional, tendo aprendido com os erros. Apesar dos receios, nunca rejeitei nenhuma tarefa, o que me ajudou a desafiar-me a mim mesma e a adquirir e consolidar competências pessoais e profissionais, tais como: comunicação oral e escrita, responsabilidade, capacidade de organização, reflexão e de análise, bem como capacidade de lidar com o imprevisto para com as crianças.

Todo o meu trabalho enquanto Estagiária foi motivante e sempre tentei fazer o melhor que conseguia, sendo que aprendi a gerir o tempo, a organizar-me em função do carácter prioritário de cada projeto e atividade, a adaptar-me a ritmos de trabalho

diferentes e ainda reavivei os meus conhecimentos em várias funções do computador, como, por exemplo, trabalhar no *Excel* e na *Dropbox*.

O tempo passado nos Serviços Educativos também me possibilitou uma compreensão mais abrangente do trabalho a que estes estão sujeitos e do próprio ambiente profissional vivido. Esta foi uma experiência que não seria possível se não tivesse tido a oportunidade de realizar o estágio curricular na Câmara Municipal de Soure.

Assim sendo, penso que as minhas expectativas criadas numa fase inicial em relação ao estágio curricular e às tarefas que iria desempenhar foram totalmente atingidas e superadas.

Contudo, este percurso, de oito meses de estágio, não teria sido possível de realizar sem a formação que tive durante cinco anos neste Instituto, onde neste momento me posso considerar profissional de educação ou técnica de educação.

Quando me candidatei à faculdade, em 2012, a minha primeira opção era Educação Básica na Escola Superior de Educação, em Coimbra, sendo esta a minha zona de residência. Contudo, a vida trocou-me as voltas e só entrei na minha quinta opção, em Lisboa, no curso de Ciências de Educação.

O primeiro ano do curso foi difícil: tive de me habituar a uma nova etapa do percurso académico e biográfico, a novas pessoas, a sítios diferentes. A ideia de passar de uma aldeia para uma cidade, como a cidade de Lisboa, assustou-me inicialmente. Porém, fui-me habituando, da melhor forma, entrei na Tuna Académica de Psicologia e Ciências de Educação, também para combater os meus medos.

Mas, não deixando que estas mudanças me deixassem parada no tempo, concentrei-me em preparar o meu futuro, passando a gostar do curso, por este ser bastante abrangente e por poder juntar duas das coisas que sempre me vi a fazer, ou seja, uma parte mais técnica/administrativa e a parte da criação de projetos educativos para várias faixas etárias. Desta forma, agarrei a oportunidade que tinha entre mãos e segui em frente, estando hoje licenciada em Ciências de Educação e, neste momento, preparando-me para concluir o Mestrado.

Neste sentido, a minha escolha, para realizar o estágio curricular, só poderia passar pela Câmara Municipal de Soure, onde poderia executar várias atividades que tenho interesse e também por esta ser na minha zona de residência.

Com este capítulo pretendi destacar o trabalho que realizei nos Serviços Educativos como estagiária curricular, dando mais destaque às atividades que planei dentro do Regime de Fruta Escolar e ao *Peddy Paper*. Também neste capítulo achei interessante comentar as ações de formação que assisti, sendo que também me deram alguma base para os projetos e para a vida. Acabo este capítulo com uma reflexão de todas as aprendizagens que obtive durante este percurso nos Serviços Educativos.



## Considerações Finais

Neste momento encontro-me a terminar o percurso do meu estágio curricular, sendo que este relatório é o culminar do trajeto percorrido desde setembro de 2016 até maio de 2017, enquanto Estagiária nos Serviços Educativos, na Câmara Municipal de Soure. Desta forma, apresento agora as minhas reflexões e considerações finais em conformidade com os objetivos pessoais que tracei quando iniciei o estágio curricular.

O meu primeiro objetivo consistia em *conhecer uma realidade profissional relacionada com a Licenciatura em Ciências da Educação e em conformidade com os objetivos do Mestrado em Educação e Formação*. Assim, ao avaliar a minha experiência formativa percebo que este foi totalmente atingido graças ao acompanhamento quotidiano da Coordenadora e da Estagiária. O segundo e terceiro objetivos, *de integrar a equipa dos Serviços Educativos e participar nas suas atividades e criar e planejar projeto educativos*, foram também claramente cumpridos, devido à variedade de atividades e projetos em que participei e desenvolvi ao longo dos oito meses de estágio. O quarto objetivo, *conhecer os objetivos e competências dos Serviços Educativos*, foi cumprido com a recolha de dados que fiz e a realização de uma entrevista, o que me permitiu proceder a um cruzamento da informação com os dados que recolhi, através das notas de campo, a partir da realidade observada. Por fim, o meu último objetivo, no âmbito formativo, *realizar aprendizagens e consolidar conhecimentos adquiridos na Licenciatura e no 1º ano de Mestrado, através da sua aplicação prática e um contexto profissional*, como os anteriores, também foi atingido. No decorrer do estágio mobilizei conhecimentos que adquiri nas disciplinas de Seminário e Integração Profissional, Seminário de Investigação e Projeto, Psicologia da Educação, Educação Não Formal, Educação Intercultural e Mediação e, Desenvolvimento Local e Intervenção Comunitária. Para além do reforço de aprendizagens já consolidadas, desenvolvi novos conhecimentos através das experiências formativas em que participei.

Este objetivos só puderam ser atingidos pelo trabalho que realizei como estagiária nos Serviços Educativos e pela realização deste relatório de estágio onde abordei os seguintes temas: o Sistema Educativo e a importância da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico; Educação Formal, Educação não Formal e Educação Informal; Participação dos Municípios Portugueses na educação; Câmara

Municipal de Soure; Serviço Educativo; Promoção e Educação para a Saúde; Regime de Fruta Escolar; e Serviço de Apoio à Família.

Estes temas foram essenciais para a compreensão de todo o trabalho que realizei sendo que dentro destes grandes tópicos realço as atividades extracurriculares, a educação não formal e a participação dos municípios portugueses na educação, dando especial atenção à Câmara Municipal de Soure e em particular aos Serviços Educativos que integram nesta Câmara. Não esquecendo também o tema da importância da Promoção e Educação para a Saúde e o Regime de Fruta Escolar que me ajudaram a compreender melhor todo o processo em que a Câmara Municipal de Soure está envolvida.

O Regime de Fruta Escolar, a meu ver, é um projeto grandioso, que pretende promover hábitos saudáveis, sobretudo para reduzir a obesidade infantil. Este regime visa a distribuição de frutas e produtos hortícolas, nos estabelecimentos de ensino público, aos alunos que 1º CEB dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

A promoção dos hábitos alimentares saudáveis na escola é um fator determinante para a obtenção de resultados sustentáveis, a longo prazo, na luta contra a obesidade e contra doenças cardíacas, cancro e diabetes.

Estando agora a terminar o segundo ano do Mestrado é gratificante perceber o quanto este trabalho contribuiu para o meu crescimento pessoal e profissional. Tive uma experiência formativa muito rica em aprendizagens e valores que espero serem mobilizados nas próximas etapas da minha vida.

## Referências Bibliográficas

- Abreu, S., Pereira, S., Trindade, F., Oliveira, G. & Santos, C. (2015). A Importância das frutas na alimentação infantil. *Revista Brasileira de Ciências da Vida* (vol.3 n.2), ISSN 2525-359X. Recuperado a 19 de março de 2017, em <http://jornal.faculdadecienciasdavidacom.br/index.php/RBCV/article/view/67>
- Barroso, J. (2006). O Estado e a Educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In J. Barroso (Org.), *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaços, Dinâmicas e Actores* (pp. 41-67). Educa – Unidade de Investigação e Desenvolvimento de Ciências da Educação.
- Bell, J. (1993). *Como Realizar um Projeto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Bénony, H. & Chaharaoui, K. (2002). *A entrevista clínica*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Canário, R. (2006). Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal. In Conselho Nacional de Educação, *A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação* (pp.207-267). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Coombs, P. & Ahmed, M. (1975). *La Lucha Contra la Pobreza Rural. El Aporte de la Educación no Formal*. Madrid: Editorial Tecnos.
- Coutinho, C. P., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J., & Vieira, S. (2009). Investigação-acção: metodologia preferencial nas práticas educativas. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, vol.13 n.2, pp. 355-379.
- Correia, M. (2009). A observação participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, vol.13 n.2. pp.30-36.

- Costa, F.; Silva, J.; Diniz, M. (2008). A Importância da interface educação/saúde no ambiente como prática de promoção da saúde. *Informe-se em Promoção de Saúde*, vol.4 n.2, pp.30-33.
- Cristina, C., Bernardes, C., Esteves, M. & Ribeiro, R. (2003). *Plano de Acção. Escolas Saudáveis 2003/2004*. Faro: Direção Regional de Educação do Algarve.
- Danelon, M. A., Danelon, M. & Silva, M. (2006). Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 13(1), pp. 85-94.
- Emiliano, S. (2008). *Perspectiva(s) sobre a Escola Promotora de Saúde: Um estudo de caso*. Mestrado Integrado em Psicologia. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa, Portugal.
- Faria, R. & Shuvartz, M. (2011). Possibilidades Lúdicas em um Espaço de Educação Não Formal. *VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*. (pp. 178-187). Campinas.
- Fernandes, A. (2003). Descentralização da Administração Educacional. A emergência do município como interventor educativo. In L. L. Dinis & N. Afonso (Eds.). *Actas do 2º Congresso Nacional do Fórum Português de Administração Educacional “A Escola entre o Estado e o Mercado – O Público e o Privado na Regulação da Educação* (pp. 83-96). Lisboa: Fórum Português de Administração Educacional.
- Fernandes, A. (2004). Município, cidade e territorialização educativa. In J. A. Costa, A. Neto-Mendes & A. Ventura (Org.). *Políticas e Gestão Local da Educação*. (pp. 35-43). Aveiro: Editorial da Universidade de Aveiro.
- Fialho, N. (2007). *Jogos no Ensino de Química e Biologia*. Curitiba: Instituto Brasileiro de pós- Graduação e Extensão.
- Fialho, N. (2008). Os jogos Pedagógicos como Ferramentas de Ensino. *VIII Educere- Congresso Nacional de Educação* (pp.12298-12306). Curitiba.

- Ferreira, M. (2016). Tudo sobre o Sistema Educativo Português. *Ekonomista – Educação*. Lisboa. Recuperado a 25 de maio de 2017, de <http://www.ekonomista.pt/artigo/sistema-educativo-portugues/>
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2005). A questão da educação formal/não-formal. In Institut International des Droits de L’Enfant. AAVV, *Droit à l’éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution?* Recuperado a 25 de maio de 2017, de [http://www.vdl.ufc.br/solar/aula\\_link/lquim/A\\_a\\_H/estrutura\\_pol\\_gest\\_educacional/aula\\_01/imagens/01/Educacao\\_Formal\\_Nao\\_Formal\\_2005.pdf](http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A_a_H/estrutura_pol_gest_educacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf)
- Gohn, M. (2006). *Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*. Biblioteca Científica Electrónica, Recuperado a 25 de maio de 2017, de <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>
- Louro, P. & Fernandes, P. (2004). A intervenção autárquica no campo educativo: Estudo de caso num Município da Área Metropolitana de Lisboa. *Análise Psicológica*, vol.22, nº1, pp. 273-387.
- Ludke, M & André, M. (1986). *A Pesquisa em Educação – Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Marques, L.; Mara, L.; Rosa, M. & Silva, I. (coord.) (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.
- Neto-Mendes, A. (2007). A participação dos municípios na educação e a reforma do estado – Elementos para uma reflexão. In B. Sander (Org.), *Por um Escola de Qualidade para todos: programação e trabalhos completos do XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação* (pp. 1-22). Porto Alegre: Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

- Oliveira, A. (2008). *Que conteúdos de Educação para a Saúde devem integrar a formação inicial de professores habilitados para a docência no 1º Ciclo do Ensino Básico – Um estudo exploratório*. Mestrado em Saúde Escolar. Lisboa: Faculdade de Medicina - Universidade de Lisboa, Portugal.
- Organização Mundial de Saúde (1986). *As Metas da Saúde para Todos. Metas da Estratégia Regional Europeia da Saúde para Todos*. Lisboa: Ministério da Saúde. Departamento de Estudos e Planeamento.
- Organização Mundial de Saúde (2000). *Determinantes da Saúde na União Europeia, Actas da Conferência de Évora*. Lisboa: Ministério da Saúde.
- Organização Mundial de Saúde (2002). *Relatório Mundial de Saúde – Saúde Mental: Nova Conceção, Nova Esperança*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- Parsons, C., Stears, D. & Thomas, C. (1996). The health-promoting school in Europe: Conceptualizing and evaluating the change. *Health Education Journal*, 55, pp.311-321.
- Pedrosa, L. (2015). *O Papel dos Conselhos Municipais de Educação na Definição das Políticas Educativas Locais. O Caso do Município da Marinha Grande*. Dissertação de Mestrado. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Leiria.
- Pereira, A. (2003). As tendências pedagógicas e a prática educativa nas Ciências da Saúde. *Saúde Pública*, vol.19, n.5, pp.1527-1534.
- Pinhal, J. (2006). A intervenção do município a regulação local da educação. In J. Barroso (Org.), *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaços, Dinâmicas e Actores* (pp. 99-128). Lisboa: Educa – Unidade de Investigação e Desenvolvimento de Ciências da Educação.

Pinto, L. (2005). Sobre educação não-formal. *Cadernos D'Inducar*. Recuperado a 25 de maio de 2017, de <http://www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/sobreEducacaoNF.pdf>

Pinto, L. & Pereira, S. (2008). Educação Não-Formal para uma Infância Real sobre educação não-formal. *Cadernos D'Inducar*. Recuperado a 25 de maio de 2017, de [http://www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/Educacao\\_NaoFormal\\_para\\_uma\\_In fan cia\\_Real.pdf](http://www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/Educacao_NaoFormal_para_uma_Infan cia_Real.pdf)

Rodrigues, M.; Pereira, A. & Barroso, T. (2009). *Educação para a Saúde no Século XXI: Teorias, Modelos e Práticas*. Coimbra: Formasau.

Russel, N. (1996). *Manual de Educação para a Saúde*. Lisboa: Direção-Geral de Saúde.

Souza, A. & Lopes, M. (2002). Implantação de uma ouvidoria em saúde escolar: relato de experiência. *Revista Gaúcha Enfermagem*, vol. 23, n. 2, pp. 123-141.

Souza, J.; Tholl, A.; Córdova, F.; Heidemann, I.; Boehs, A. & Nitschke, R. (2014). *Aplicabilidade Prática do Empowerment nas Estratégias de Promoção da Saúde Ciência & Saúde Coletiva*. Vol. 19 (pp. 2265-2276). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.

## **Outros documentos consultados**

A Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde (1986). 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Ottawa, Canadá.

A Declaração de Jacarta sobre promoção da Saúde no Século XXI. (1997). Quarta Conferência Internacional. Jacarta, República de Indonésia.

Carta Educativa do Concelho de Soure (2015). Câmara Municipal de Soure, Coimbra, Portugal.

Direcção-Geral da Saúde (2005) – Programa Nacional de saúde dos jovens: documento de trabalho. Divisão de Saúde Materna, Infantil e dos Adolescentes. Lisboa: Direcção-Geral de Saúde.

Direcção-Geral da Saúde (2006). Programa Nacional de Saúde Escolar. Lisboa: Ministério da Saúde. Divisão de Saúde Escolar.

Educação e Formação em Portugal (2007). Ministério da Educação. Lisboa :Editorial do Ministério da Educação.

Estratégia Nacional do Regime de Frutas e Hortícolas nas Escolas (2016). Lisboa: Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural; Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Portugal.

Ministério de Educação, 2004. Organização Curricular e Programas Ensino Básico- 1º Ciclo. Departamento da Educação Básica. Recuperado a 23 de maio de 2017, de <http://santiagomaior.drealentejo.pt/site/programas/ocp1c>

Regulamento do Serviço da Componente de Apoio à Família - Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico (2014). Câmara Municipal de Soure, Coimbra, Portugal. (documento policopiado).



Revisão da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais (1996). *Câmara Municipal de Soure, Coimbra, Portugal*. (documento policopiado).

## **Legislação**

Constituição da República Portuguesa de 1976.

Decreto – Lei nº55/2009, de 2 de março de 2009.

Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril de 2008.

Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de março de 1984.

Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio de 1998.

Decreto-Lei nº139/2012, de 5 de julho de 2012.

Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho de 2008.

Decreto –Lei nº 281/2009, de 6 de outubro de 2009.

Decreto-Lei nº 542/79, de 31 de dezembro de 1979.

Despacho nº 2506/2007, de 20 de fevereiro de 2007.

Despacho n.º 5306/2012, de 18 de abril de 2012.

Despacho n.º17169/2011, de 23 de setembro de 2011.

Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro de 1997.

Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro de 2016.

Lei nº 46/86, de 14 de outubro de 1986.

Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto de 2009.

Lei nº 159/99, de 14 de setembro de 1999.

Portaria nº 341/2015, de 9 de outubro de 2015.

Portaria nº 375/2015 de 20 de outubro 2015.

Portaria nº 375/2015 de 20 de outubro 2015.

